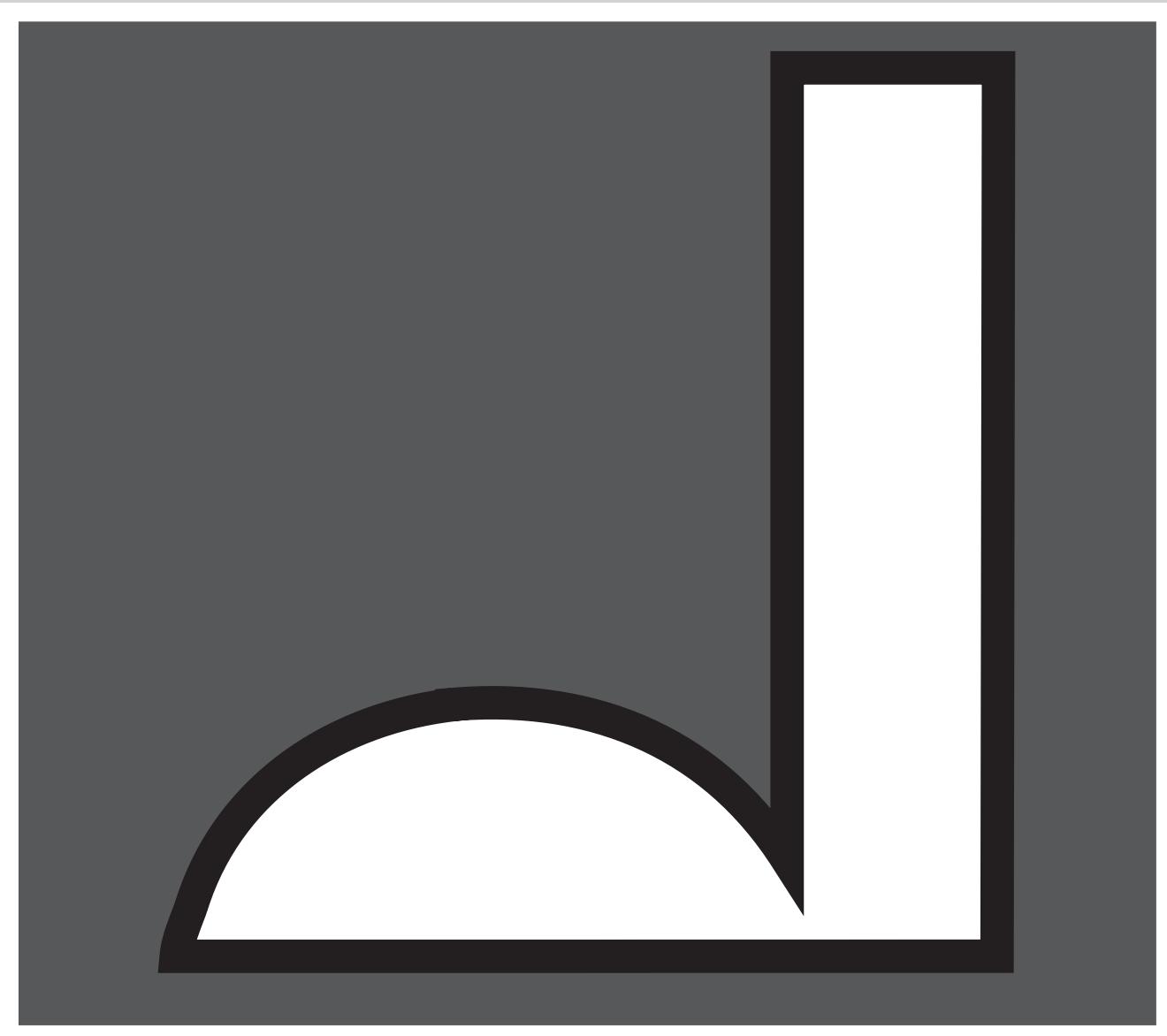




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 093 – QUINTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 197 a 242, de 2012	27022
2 – ATA DA 108ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE JUNHO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 13/2012-CN (nº 589/2012, na origem), encaminhando o Relatório e sua síntese sobre as Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2011, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo; acompanhado das Contas do Governo Federal (Mensagem nº 24/2012-CN – nº 108, de 2012, na origem), e as dos seguintes Órgãos: Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25/2012-CN – nº 21/2012, na origem); Senado Federal (Ofício nº 20/2012-CN – nº 173/2012, na origem); Câmara dos Deputados (Ofício nº 21/2012-CN – nº 630/2012, na origem); Superior Tribunal Militar (Ofício nº 22/2012-CN – nº 74/2012, na origem); Ministério Público da União (Ofício nº 23/2012-CN – nº 317/2012, na origem); Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Ofício nº 24/2012-CN – nº 11.140/2012, na origem); Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 25/2012-CN – nº 1.218/2012, na origem); Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 26/2012-CN – nº 337/2012, na origem); Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 27/2012-CN – nº 370/2012, na origem); Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo graus (Ofício nº 28/2012-CN – nº 1.341/2012, na origem); Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 29/2012-CN – nº 37/2012, na origem); e Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 30/2012-CN – nº 101/2012, na origem). <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. (Vide item 4.1)</i>	27034
2.2.2 – Comunicações	
Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de solicitação da alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN (Ofício nº 252/2012).	27035
2.2.3 – Substitutivo recebido da Câmara dos Deputados	
Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009 (nº 6.359/2009, naquela Casa), de autoria do Senador Expedito Júnior, que <i>altera as Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências</i>	27036
2.2.4 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 364/2012, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003.....	27040
2.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012 (nº 910/2007, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosado, que <i>dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade</i>	27041
Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2012 (nº 3.797/2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Valdir Colatto, que <i>altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas</i>	27044
Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2012 (nº 4.137/2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado José Airton Cirilo, que <i>institui o Dia Nacional do Humorista</i>	27048
Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2012 (nº 5.169/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que <i>institui o Dia Nacional da Liberdade</i>	27050
Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2012 (nº 5.290/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Antônio Roberto, que <i>institui o Dia Na-</i>	

<i>cional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais.</i>	27051	SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro das atividades que ocorrerão hoje, no Dia do Acre na Conferência Rio+20; e outros assuntos.....	27082
<i>Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2012 (nº 6.428/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração.</i>	27053	SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre a necessidade de criação de um instituto nacional de oceanografia no Brasil; e outros assuntos.....	27086
<i>Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2012 (nº 6.507/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Lincoln Portela, que institui o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde.</i>	27054	SENADOR SÉRGIO PETECÃO – Questionamentos sobre a gestão do atual Governo do Estado do Acre; e outros assuntos.	27090
<i>Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2012 (nº 6.562/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que “dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes”, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada.....</i>	27056	SENADOR ANIBAL DINIZ – Esclarecimento em resposta às críticas proferidas pelo Senador Sérgio Petecão em seu pronunciamento.	27095
2.2.6 – Comunicações da Presidência		SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro dos diversos trabalhos que estão sendo desenvolvidos na Rio + 20; e outro assunto.	27095
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 53 a 60, de 2012. As matérias serão apreciadas terminativamente.....</i>	27061	SENADOR PAULO PAIM – Defesa da aprovação de projeto de lei que permite a instalação de free shops nas fronteiras terrestres do Brasil.	27100
<i>Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 476, de 2008; 252, de 2009; e 614, de 2011.</i>	27061	2.2.9 – Discurso encaminhado à publicação	
<i>Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2012, apresentado como conclusão do Parecer nº 6, de 2012-CN, à Câmara dos Deputados.</i>	27061	SENADOR CIRNO NOGUEIRA – Homenagem pelo transcurso do centenário de nascimento do Sr. Octávio Miranda.	27102
2.2.7 – Ofício do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União		2.3 – ENCERRAMENTO	
<i>Nº 16.914/2012, solicitando que seja dado conhecimento aos parlamentares do Congresso Nacional da aprovação de proposta de abolição do voto secreto nas casas legislativas municipais, estaduais e federais, por ocasião da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial, realizada entre os dias 18 e 20 de maio último.</i>	27061	3 – ATOS ADMINISTRATIVOS	
2.2.8 – Discursos do Expediente		3.1 – Atos Conjuntos da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretora-Geral do Senado Federal	
<i>SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a situação do saneamento básico no Brasil; e outros assuntos.</i>	27062	<i>Nº 1, de 2012, que institui Comissão Técnica para elaborar proposta de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal.</i>	27103
<i>SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro do início, hoje, do Fórum “Senado Brasil 2012”; e outros assuntos.</i>	27067	<i>Nº 2, de 2012, que modifica a composição da Comissão Técnica para elaborar proposta de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal.</i>	27104
<i>SENADOR ALVARO DIAS – Reflexões sobre o momento atual da economia brasileira.</i>	27076	4 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
<i>SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Preocupação com os efeitos da seca que assola o Nordeste do Brasil na economia do Estado do Piauí.....</i>	27079	4.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
		<i>Nº 13/2012-CN (nº 589/2012, na origem), encaminhando o Relatório e sua síntese sobre as Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2011, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo, acompanhado das Contas do Governo Federal (Mensagem nº 24/2012-CN – nº 108, de 2012, na origem), e as dos seguintes Órgãos: Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25/2012-CN – nº 21/2012, na origem); Senado Federal (Ofício nº 20/2012-CN – nº 173/2012, na origem); Câmara dos Deputados (Ofício nº 21/2012-CN – nº 630/2012, na origem); Superior Tribunal Militar (Ofício nº 22/2012-CN – nº 74/2012, na origem); Ministério Público da União (Ofício nº 23/2012-CN – nº 317/2012, na origem); Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Ofício nº 24/2012-CN – nº 11.140/2012, na origem); Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 25/2012-CN – nº 1.218/2012, na origem); Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 26/2012-CN – nº 337/2012, na origem); Tribunal Superior do Trabalho</i>	

(Ofício nº 27/2012-CN – nº 370/2012, na origem); Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo graus (Ofício nº 28/2012-CN – nº 1.341/2012, na origem); Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 29/2012-CN – nº 37/2012, na origem); e Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 30/2012-CN – nº 101/2012, na origem).

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 27118

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 27123

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 27129

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 27134

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 27138

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 27148

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 27154

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 27160

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 27165

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 27170

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 27173

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 27175

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993) 27176

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 27177

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 27177

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 27178

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009) 27180

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010) 27182

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 27184

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 27186

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) 27189

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 27191

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 27192

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.. 27193

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 27197

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 27198

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 27199

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Esportiva e Artesanal de Carapajó para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 351, de 12 de junho de 2009, que outorga autorização à Associação Cultural, Esportiva e Artesanal de Carapajó para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 198, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Moju, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 596, de 18 de agosto de 2009, que outorga permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Moju, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 199, DE 2012

Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2009, que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 200, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Jardim Cristina, Ouro Preto e Portal de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 447, de 28 de julho de 2009, que outorga autorização à Associação de Moradores do Jardim Cristina, Ouro Preto e Portal de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 201, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Peperi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Peperi Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2012**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Integridade de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 341, de 15 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 29 de setembro de 2006, a permissão outorgada à Rede Integridade de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 203, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Quatituba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itueta, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 317, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Quatituba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itueta, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senadorense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador José Bento, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 459, de 20 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Senadorense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador José Bento, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 205, DE 2012**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 186, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 206, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Sanraimundense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.070, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Sanraimundense de Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Ludgero, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.137, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Ludgero, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2012**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Timbó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 614, de 24 de agosto de 2009, que outorga permissão à Rádio Timbó Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2012**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 539, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de janeiro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 210, DE 2012**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fênix Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 528, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de junho de 2001, a permissão outorgada à Fênix Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aricanduva, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aricanduva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 212, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Benevides fm para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benevides, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.011, de 16 de dezembro de 2009, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Benevides FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benevides, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Rádio de Veredinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veredinha, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação Amigos da Rádio de Veredinha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veredinha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 906, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 215, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio São João para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 74, de 26 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio São João para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 216, DE 2012**

Aprova o ato que outorga permissão à Terra Fm Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 918, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Terra FM Ltda. – ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora da Barra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 754, de 18 de novembro de 2008, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de dezembro de 1999, a permissão outorgada à Rádio Emissora da Barra Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira Dos Santos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilóezinhos, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização ao Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilóezinhos, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 219, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão à Moreira Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 610, de 24 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de junho de 2008, a permissão outorgada à Moreira Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 220, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão à Rádio Fm Concórdia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.034, de 18 de dezembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 4 de fevereiro de 2008, a permissão outorgada à Rádio FM Concórdia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2012**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Osvaldo Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 916, de 18 de novembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de maio de 2004, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Osvaldo Cruz Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 222, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Tv Bandeirantes de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de março de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 9 de abril de 2006, a concessão outorgada à Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 223, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Organização dos Moradores de Pirituba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009, que outorga autorização à Organização dos Moradores de Pirituba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 224, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Ramalho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 961, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Ramalho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 225, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Querência de Santo Augusto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 73, de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Rádio Querência de Santo Augusto Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 226, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Farroupilha de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 322, de 28 de maio de 2009, que outorga autorização à Associação Farroupilha de Comunicação Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 227, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipixuna do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 380, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipixuna do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 228, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Governo do Estado de Goiás – Agência Goiana de Comunicação – AGECOM para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de fevereiro de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 22 de fevereiro de 2005, a concessão outorgada ao Governo do Estado de Goiás – Agência Goiana de Comunicação – AGECOM para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Paraíso Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Paraíso FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 230, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 357, de 16 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 231, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 534, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 232, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Valença Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 197, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de maio de 2007, a permissão outorgada à Rádio Clube de Valença Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 233, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à Ponto Norte Rádio Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 65, de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 234, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à Tv e Rádio Cidade Fm para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.100, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à TV e Rádio Cidade FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Imigrantes de Turvo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de junho de 2002, a concessão outorgada à Rádio Imigrantes de Turvo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 236, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Tv Subaé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de março de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 30 de outubro de 2000, a concessão outorgada à TV Subaé Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 237, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Ibibetuba-ASCIB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.012, de 16 de dezembro de 2009, que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Ibibetuba-ASCIB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 238, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à Akatu Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 397, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à Akatu FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 239, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 240, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 368, de 19 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapema Fm de Santa Maria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de setembro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Centroeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 216, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rádio Centroeste Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 108ª Sessão, Não Deliberativa em 20 de junho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e Sérgio Petecão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 17 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Aviso nº 13, de 2012-CN (nº 589-Sesses-TCU-Plenário/2012, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese sobre as Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2011, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo, acompanhado das Contas do Governo Federal (Mensagem nº 24/2012-CN – nº 108, de 2012, na origem), e as dos seguintes Órgãos:

- Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25/2012-CN – nº 21/2012, na origem);
- Senado Federal (Ofício nº 20, de 2012-CN – nº 173, de 2012, na origem);
- Câmara dos Deputados (Ofício nº 21, de 2012-CN – nº 630/2012, na origem);
- Superior Tribunal Militar (Ofício nº 22/2012-CN – nº 74/2012 na origem);
- Ministério Público da União (Ofício nº 23/2012-CN – nº 317/2012, na origem);
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Ofício nº 24/2012-CN – nº 11.140/2012, na origem);
- Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 25, de 2012-CN – nº 1.218/2012, na origem);
- Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 26/2012-CN – nº 337/2012, na origem);
- Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 27/2012-CN – nº 370/2012, na origem);
- Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo graus (Ofício nº 28, de 2012-CN – nº 1.341/2012, na origem);

- Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 29/2012-CN – nº 37/2012, na origem); e
- Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 30/2012-CN – nº 101/2012, na origem);

Nos termos do art. 116 da Resolução nº 1, de 2006-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação das contas:

Leitura: 20-6-2012

- Até 13/8 prazo para apresentação, publicação e distribuição na Comissão, do relatório e do projeto de decreto legislativo, a partir do recebimento do parecer prévio;
- Até 28/8 prazo para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto apresentado, a partir do término do prazo anterior;
- Até 12/9 prazo para apresentação do relatório às emendas apresentadas, a partir do término do prazo anterior;
- Até 19/9 prazo para discussão e votação do relatório e do projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;
- Até 24/9 prazo para encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo anterior;
- Até 27/9 prazo para sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração dos autógrafos, a partir da aprovação do parecer pelo Congresso Nacional.

O Parecer Prévio será publicado em suplemento ao Diário do Senado Federal de 21 de junho do corrente.

À Secretaria de Expediente, para comunicação à Câmara dos Deputados e posterior envio das matérias à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 252**,

de 2012, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para 2013 e dá outras providências.

É o seguinte o ofício:

Of. Pres. nº 252/2012/CMO

Brasília, 19 de junho de 2012

Assunto: alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 3/2012-CN (PLDO para 2013).

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que o Relatório Preliminar com emendas referentes ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – Projeto de Lei nº 3/2012-CN – foi aprovado, pelo Plenário da CMO, na Terceira Reunião Extraordinária, realizada nesta data.

Isso posto, encaminho, em anexo, adequação do cronograma de tramitação da referida matéria às normas constantes da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Deputado **Paulo Pimenta**, Presidente.

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO PLDO 2013 CRONOGRAMA ALTERADO

01. Leitura em Sessão no Senado Federal	16/04/2012
02. Distribuição de Avulsos.....	até 21/04/2012
03. Realização de Audiências Públicas.....	até 28/04/2012
04. Apresentação do Relatório Preliminar perante a Comissão.....	até 08/05/2012
05. Apresentação de Emendas ao Relatório Preliminar.....	de 09 a 11/05/2012
06. Votação do Relatório Preliminar com Emendas pela Comissão.....	até 19/06/2012
07. Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei.....	de 20/06 a 28/06/2012
08. Publicação das Emendas	até 02/07/2012
09. Relatório do Relator.....	até 03/07/2012
10. Discussão e Votação do Relatório e das Emendas.....	até 12/07/2012
11. Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN.....	até 12/07/2012

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PLN Nº	MSG CN / ORIGEM	EMENTA	RELATOR
003/2012	0029/2012 0135/2012	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.	Sen. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
SECRETÁRIA: MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Ala "C", sala T-12 - Câmara dos Deputados - Brasília/DF - CEP 70.160-900
Tels.: 0(xx)61 3216-6891, 3216-6893, 3216-6894 e 3216-6895 – Fax: 0(xx)61 3216-6905
www.camara.gov.br/cmo – e-mail: cmo@camara.gov.br

Avulso da matéria: Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional – 3303-4050

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O ofício será publicado no Diário do Senado Federal de 21 de junho do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício/GSAESG/122/2012

Brasília, 20 de junho de 2012

Senhor Presidente

Tem o presente a finalidade de comunicar Vossa Excelência que, por deliberação da Presidente da CPMI da violência contra a mulher, Deputada Jô Moraes, foi cancelada a Audiência Pública da CPMI prevista para acontecer no dia 22 de junho do corrente, na cidade de Campo Grande(MS).

Acrescento que a respectiva autorização de missão com ônus para o Senado Federal foi objeto do

Requerimento nº 543, de 2012, aprovado em sessão do Plenário do dia 12 de junho deste.

Em face ao exposto, solicito os préstimos de Vossa Excelência no sentido de que as providências administrativas e regimentais pertinentes sejam adotadas.

Atenciosamente, – Senadora **Ana Rita**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009** (nº 6.359/2009, naquela Casa), do Senador Expedito Júnior, que altera as *Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências*.

É o seguinte o Substitutivo:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2009 (nº 6.359/2009, naquela Casa)

Altera as Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 9º-A, 9º-B e 9º-C:

"Art. 9º-A A exploração de serviço de utilidade pública de táxi depende de autorização do poder público local, que poderá ser outorgada a qualquer interessado que satisfaça os requisitos estabelecidos em lei relativos à segurança, higiene e conforto dos veículos e à habilitação dos condutores.

Parágrafo único. O poder público manterá registro dos títulos de autorização e dos veículos vinculados ao serviço de táxi."

"Art. 9º-B A autorização para a exploração de serviço de táxi não poderá ser transferida sem anuênciâa prévia do poder público autorizatário, assegurado o direito de sucessão na forma da legislação civil.

Parágrafo único. Após a transferência, a autorização somente poderá ser exercida por outro condutor titular que preencha os requisitos exigidos para a outorga."

"Art. 9º-C Em caso de transferência em decorrência de direito de sucessão, o novo autorizatário sucederá o anterior em todos os direitos e obrigações decorrentes da isenção tributária de que trata o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995."

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

s 1º Os auxiliares de condutores autônomos de veículos rodoviários contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social de forma idêntica à dos contribuintes autônomos.

s 2º O contrato que rege as relações entre o autônomo e os auxiliares é de natureza civil, não havendo qualquer vínculo empregatício nesse regime de trabalho.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Regulamenta a transmissão, a qualquer título, de permissão para a exploração de serviço de táxi.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O detentor de permissão para exploração de serviço de táxi pode, a qualquer tempo, transmitir sua titularidade a outrem, a título oneroso ou gratuito.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei consideram-se:

I – serviço de táxi: o serviço de transporte individual ou de pequeno número de passageiros e de pequenas cargas, para local determinado pelos clientes, por meio de veículo automotor, mediante remuneração;

II – permissão: todo alvará, autorização, concessão, permissão ou qualquer outro título que, conferido pela autoridade municipal ou distrital competente, outorgue ao seu detentor a prestação do serviço de táxi;

III – autoridade competente: qualquer ente público que possua, no âmbito municipal ou distrital, a competência para outorgar permissões, regulamentar e fiscalizar a prestação do serviço de táxi.

Art. 2º É permitida a locação de permissão para a exploração de serviço de táxi.

Art. 3º No caso do falecimento do detentor de permissão para exploração de serviço de táxi, sua titularidade será transmitida a seus sucessores, na forma estabelecida pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Art. 4º É vedada a imposição, pela autoridade competente, de qualquer restrição ao exercício dos direitos garantido nesta Lei.

Parágrafo único. A autoridade competente pode cobrar taxa de registro referente à transmissão da titularidade da permissão, ocorrida nos termos desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 6.094, DE 30 DE AGOSTO DE 1974

Define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.

Art. 1º É facultada ao Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário a cessão do seu automóvel, em regime de colaboração, no máximo a dois outros profissionais.

§ 1º Os Auxiliares de Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários contribuirão para o INPS de forma idêntica as dos Condutores Autônomos.

§ 2º Não haverá qualquer vínculo empregatício nesse regime de trabalho, devendo ser previamente acordada, entre os interessados, a recompensa por essa forma de colaboração.

§ 3º As autoridades estaduais competentes fornecerão ao motorista colaborador identidade que o qualifique como tal.

§ 4º A identidade será fornecida mediante requerimento do interessado, com a concordância do proprietário do veículo.

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por: (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003) (Vide art 5º da Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi); (Redação dada pela Lei nº 9.317, de 5.12.1996)

II - motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III - cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV - pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal; (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

V - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003 e vetado)

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, tetraplegia, triparesia, hemiparesia, hemiplegia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20°, ou ocorrência simultânea de ambas as situações. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 3º Na hipótese do inciso IV, os automóveis de passageiros a que se refere o caput serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da legislação em vigor e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 5º Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata este artigo. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão não se aplica aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)

LEI N° 12.468, DE 26 DE AGOSTO DE 2011.

Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei 6094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

Art. 9º Os profissionais taxistas poderão constituir entidades nacionais, estaduais ou municipais que os representem, as quais poderão cobrar taxa de contribuição de seus associados.

(Às Comissões de Assuntos Sociais; de Serviços de Infraestrutura; e de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O Substitutivo da Câmara vai às Comissões de Assuntos Sociais; de Serviços de Infraestrutura; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 364, de 2012**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 364/12/PS-GSE

Brasília, 19 de junho de 2012

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,
Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 4.024, de 2012,

do Senado Federal (PLS nº 310/03 nessa Casa), que “institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP; altera as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; e revoga dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Lei da Câmara:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 53, DE 2012

(nº 910/2007, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os laboratórios farmacêuticos atuantes no mercado brasileiro ficam obrigados a inserir diferenciador tátil nos envoltórios dos medicamentos injetáveis que possuam potencial de letalidade.

Parágrafo único. O elemento diferenciador de que trata este artigo deverá ser facilmente identificado pelo usuário do medicamento ao primeiro contato de suas mãos com o envoltório.

Art. 2º O registro de novo medicamento injetável que possua potencial de letalidade só será feito após prévia comprovação do cumprimento da exigência mencionada no art. 1º.

Parágrafo único. Os envoltórios de medicamentos já registrados e comercializados no País deverão estar adaptados à exigência mencionada no art. 1º no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da entrada em vigor desta Lei, sob pena de suspensão dos respectivos registros até que se faça a referida adaptação.

Art. 3º A definição de quais medicamentos deverão se sujeitar às exigências desta Lei será feita na regulamentação expedida pelo órgão competente do Poder Executivo, a quem caberá também estabelecer outros requisitos a serem inseridos nas embalagens principais e secundárias considerados indispensáveis à adequada identificação dos produtos.

Art. 4º A inobservância do disposto nesta Lei ou em seu regulamento constitui infração sanitária, sujeitando

os infratores às sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 910, DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos laboratórios farmacêuticos em procederem a diferenciação tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis que possam causar a morte e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os laboratórios farmacêuticos atuantes no mercado brasileiro ficam obrigados a procederem a diferenciação tátil dos medicamentos injetáveis, que possam causar a morte instantânea de indivíduos que não necessitem de sua administração.

§1º A diferenciação tátil de que trata o caput deverá ser colocada nos envoltórios dos produtos injetáveis que possuam potencial de letalidade.

§2º A diferenciação tátil deverá ser facilmente identificável ao contato direto com seus manipuladores, de modo a que seja identificado seu potencial letal ao primeiro contato com as mãos.

Art. 2º. O órgão de vigilância sanitária federal deverá regulamentar esta lei no prazo de 180 dias de sua publicação, definindo quais os medicamentos que se sujeitarão à diferenciação tátil definida no art. 1º desta lei, entre outros requisitos que deverão constar de suas embalagens principais e secundárias, considerados indispensáveis à adequada identificação dos produtos de que trata esta lei.

Art. 3º. O registro dos medicamentos que forem obrigados à observância dos requisitos definidos nesta lei e em seu regulamento fica vinculado à prévia comprovação do cumprimento das normas respectivas.

Art. 4º. Os medicamentos já registrados e comercializados no país terão o prazo de 360 dias para se adaptarem às normas desta lei e de seu regulamento, sob pena de terem seus registros suspensos até a regularização.

Art. 5º. A inobservância às exigências desta lei e de seu regulamento constituem infração sanitária e sujeitam os infratores às sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei objetiva reduzir, quiçá eliminar, as intercorrências médicas, em alguns casos letais, da administração incorreta de substâncias injetáveis que podem causar a morte se utilizadas em desrespeito às suas indicações de uso.

Os atendimentos emergenciais e urgentes, em face da celeridade com que precisam ser executados, têm possibilidades aumentadas de que uma administração imprópria seja realizada. Tal fato também pode ocorrer no atendimento ambulatorial padrão, por descuido ou negligência, apesar das menores probabilidades.

Todavia, se os frascos dos medicamentos com potencial letal alto, quando administrados de forma contra-indicada e em pacientes que não precisam ou não podem utilizá-los, tiverem uma forma de identificação ao primeiro contato com quem os manipular, os devidos cuidados poderão ser tomados de forma tempestiva, impedindo que a vida dos pacientes seja colocada em risco desnecessário, sem prejuízos à celeridade do atendimento médico, já que em determinados casos, os segundos e minutos podem ser primordiais para salvar a vida de alguém.

Atualmente, os medicamentos injetáveis, de uma forma geral, são veiculados em ampolas similares, não importando se perigosos ou não. Isso torna impossível, em um primeiro contato, a diferenciação entre as substâncias indicadas ou contra-indicadas a um determinado paciente.

Consideramos que a presente proposta terá impactos positivos na atenção à saúde da população, dever constitucional do Estado brasileiro, principalmente no que concerne ao seu restabelecimento e manutenção.

Ante as razões acima expendidas, solicitamos o apoio dos demais Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2007.

Deputada SANDRA ROSADO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977.

Configura infrações à legislação sanitária federal; estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 54, DE 2012

(nº 3.797/2008, na Casa de origem, do Deputado Valdir Colatto)

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 130-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, com o objetivo de permitir a implantação de sistema de localização de pessoas desaparecidas.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 130-A:

"Art. 130-A. É facultado às prestadoras de serviço em regime privado o aluguel de suas redes para implantação de sistema de localização de pessoas desaparecidas.

Parágrafo único. O sistema a que se refere o caput deste artigo está sujeito às regras de mercado, nos termos do art. 129 desta Lei."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.797, DE 2008

Altera a Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 130-A na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, com o objetivo de permitir a implantação de sistema de localização de pessoas desaparecidas.

Art. 2º Inclua-se o art. 130-A na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, com a seguinte redação:

"Art. 130-A. É facultado às prestadoras de serviço em regime privado o aluguel de suas redes para implantação de sistema de localização de pessoas desaparecidas.

§ 1º O sistema a que se refere o *caput* deste artigo está sujeito às regras de mercado, nos termos do art. 129 da LGT."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O desaparecimento de pessoas é um problema cada vez mais grave no mundo atual, com o aumento das cidades e o vertiginoso crescimento populacional. A perda de contato com um ente familiar é uma das situações mais dramáticas que podemos enfrentar nos dias atuais. Porém, apesar da freqüência com que isso acontece, ainda não temos meios eficazes para localizar pessoas que estão desaparecidas, que, em geral, são aquelas com dificuldade de locomoção, como idosos, ou com limitações de natureza mental.

Divulgação de fotos em cartazes espalhados pela cidade; nos jornais ou na televisão; nas faturas de contas a pagar ou em centrais de atendimento mantidas por organizações sociais sem fins lucrativos são alguns dos recursos utilizados para enfrentar o problema.

Recentemente, a distribuição de fotos via Internet tem sido um alento para famílias desesperadas e desesperançadas. A proposta que ora apresentamos tem o intuito de utilizar as chamadas Tecnologias da Informação da Comunicação com maior efetividade e eficácia no combate a esse problema social. Um exemplo de como isso pode ser feito é o GPS, programa que tem prestado grandes benefícios ao setor de transporte e facilitado o deslocamento de pessoas.

O GPS (*Global Positioning System*) é um sistema de posicionamento por satélite, utilizado para determinação da posição de um receptor na superfície da Terra ou em órbita. Criado e controlado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, o GPS pode ser utilizado por qualquer pessoa, gratuitamente, necessitando apenas de um receptor que capte o sinal emitido pelos satélites. Atualmente, é bastante utilizado em veículos, especialmente em países mais desenvolvidos, para localização de endereços ou de veículos furtados.

Nossa proposta é estimular a criação de sistema semelhante, porém não com a finalidade de encontrar veículos, mas pessoas. Infelizmente, o GPS é um equipamento que ainda têm alto custo para a população de menor renda. A alternativa para popularizar um sistema de localização de pessoas é incentivar empresas a montarem redes de monitoramento, utilizando as redes de telefonia móvel para envio de dados e informações. Dessa forma, poderemos oferecer um serviço de grande utilidade para famílias com idosos, portadores de deficiência e até mesmo pais aflitos com o deslocamento diário de seus filhos. A grande vantagem é que, no Brasil, o celular é o meio de comunicação que mais se popularizou, com mais de 120 milhões de terminais em uso, inclusive pelas classes com menor renda per capita.

Assim, por meio da identificação do *chip* do aparelho, as famílias poderiam contratar o serviço de uma empresa que enviaria informações em tempo real sobre a localização dos aparelhos cadastrados, via mensagens de texto ou acesso à Internet. A consulta também poderia ser feita, via Internet, no computador, com acesso individual por meio de senha.

Futuramente, o sistema poderia evoluir para o implante, em caso de comprovada necessidade, com base em laudo médico, de *chips* subcutâneos em pessoas que necessitam ser monitoradas diariamente, a bem de sua própria segurança e integridade física. Com o crescimento acelerado de nossa população idosa, que requer sempre cuidados especiais, consideramos que a medida teria grande impacto social.

Pela relevância humana da proposta, pedimos apoio dos Nobres Deputados na aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2008.

Deputado VALDIR COLATTO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI N° 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.**

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Art. 129. O preço dos serviços será livre, ressalvado o disposto no § 2º do art. 136 desta Lei, reprimindo-se toda prática prejudicial à competição, bem como o abuso do poder econômico, nos termos da legislação própria.

Art. 130. A prestadora de serviço em regime privado não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes quando da expedição da autorização ou do início das atividades, devendo observar os novos condicionamentos impostos por lei e pela regulamentação.

Parágrafo único. As normas concederão prazos suficientes para adaptação aos novos condicionamentos.

Art. 131. A exploração de serviço no regime privado dependerá de prévia autorização da Agência, que acarretará direito de uso das radiofrequências necessárias.

§ 1º Autorização de serviço de telecomunicações é o ato administrativo vinculado que faculta a exploração, no regime privado, de modalidade de serviço de telecomunicações, quando preenchidas as condições objetivas e subjetivas necessárias.

§ 2º A Agência definirá os casos que independem de autorização.

§ 3º A prestadora de serviço que independa de autorização comunicará previamente à Agência o início de suas atividades, salvo nos casos previstos nas normas correspondentes.

§ 4º A eficácia da autorização dependerá da publicação de extrato no Diário Oficial da União.

(As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 55, DE 2012

(nº 4.137/2008, na Casa de origem, do Deputado José Airton Cirilo)

Institui o Dia Nacional do Humorista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Humorista a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de abril, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.137, DE 2008

Institui o Dia Nacional do Humorista;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Humorista a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de abril, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objeto instituir no calendário brasileiro o Dia Nacional do Humorista, a ser comemorado em todo dia 12 de abril, em referência ao dia em que Chico Anysio, ícone do humor brasileiro, faz aniversário. O humorista cearense conquistou o reconhecimento nacional e abril as portas para a descoberta de diversos talentos novos, que através de seus programas tiveram oportunidade de divulgar seus personagens humorísticos. Esse projeto visa a homenagear todos aqueles que fazem sorrir e, também, os benefícios à saúde alcançados por meio da risada.

O riso é uma demonstração de bem estar que aproxima as pessoas e traz alegria e saúde. Rir relaxa as tensões e gera simpatia que contagia e ajuda a viver melhor. Não são poucos os brasileiros, principalmente os nordestinos, que fazem do humor sua profissão, transformando suas dificuldades, suas tristezas e sofrimentos em pretexto para fazer sorrir.

São talentos que surgem em meio as adversidades da vida e se destacam em espetáculos gratuitos realizados em praças, feiras e, até mesmo, em hospitais. Estudos médicos já comprovaram que o riso está associado à prevenção de doenças e à melhora de pacientes, pois ativa o sistema imunológico, já sendo considerado uma terapia que produz resultados surpreendentes.

Homenagear aqueles que buscam alegrar a vida e o coração dos outros, assim como os benefícios que o sorriso pode trazer, é o que pretendemos com esse projeto. Assim, contamos com o apoio dos nobres Colegas para cultivar e prestigiar o riso e o bom humor, comemorando no dia 12 de abril o Dia Nacional do Humorista, data que deve permanecer sempre anotada na agenda de cada um de nós, para que nos lembremos de que "rir é o melhor remédio".

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2008.

Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO
PT/CE

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA**Nº 56, DE 2012**(nº9/2009, na Casa de origem, do
Deputado Reginaldo Lopes)**Institui o Dia Nacional da Liberdade.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Liberdade a ser comemorado em toda o território nacional no dia 12 de novembro de cada ano civil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 5.169, DE 2009

Institui o Dia Nacional da Liberdade;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica instituído o “Dia Nacional da Liberdade” a ser comemorado em todo território nacional no dia 12 de novembro de cada ano civil.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Liberdade como tema da história do Brasil encontra em seus registros inúmeras páginas, reservadas ao acontecimento de lutas que alcançaram grandes vitórias. Como nos mostra a abolição da escravatura, a inconfidência Mineira e seu ideal de liberdade republicana, a luta contra a ditadura e o anseio pela democracia, as diretas já e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Destas batalhas fundamentais despontaram Líderes, Mártires, Heróis e Heroínas que promoveram o reencontro do Brasil com sua Liberdade. O reconhecimento destas conquistas não pode ser esquecido nem deixado de lado. A Liberdade como um dos maiores valores ligada aos princípios da consolidação da democracia merece todo nosso reconhecimento como alicerce fundamental na organização da sociedade brasileira. É fundamental que a Liberdade em nosso país não seja apenas reconhecida como uma palavra ou como um mero direito existente, deve ser lembrada como um bem essencial garantido por inúmeros sacrifícios e pelo pela luta por muitas das vezes mortal de incontestáveis heróis, que merecem todo nosso reconhecimento, e toda nossa celebração. É claro que muitas batalhas ainda serão travadas e precisarão outros heróis, mas é importante que possamos

sempre nos fortalecer com os bons exemplos de nossa história. É importante para a memória de nosso país o

reconhecimento da importância das garantias de liberdade alcançadas. Para garantir a realização de tal reconhecimento, buscamos a criação do Dia Nacional da Liberdade. Para a sugestão do dia a ser consagrado dia Nacional da Liberdade é preciso que relembraremos um período muito importante de nossa história que teve

como personagem principal Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), fazendo jus aos ditames de nosso Hino Nacional, “Em teu seio, ó liberdade, desafia o nosso peito a própria morte”, Tiradentes foi enforcado esquartejado e sua morte colocada como exemplo aos que ansiavam pelo grito de liberdade e a proclamação do Brasil como República. A inconfidência Mineira, movimento que sob a Liderança de Tiradentes buscava a independência, a liberdade e a luta contra um governo que tratava sua colônia com violência, autoritarismo, ganância e falta de respeito.

Tiradentes hoje é lembrado como o maior símbolo da liberdade em nosso país e como grande herói da Inconfidência Mineira. Símbolo do Sacrifício pela pátria, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, incorpora todo este sentimento de luta e perseverança na busca incansável pelos Direitos de Liberdade.

Tiradentes foi batizado em 12 de novembro de 1746, nasceu na Fazenda do Pombal, próxima ao arraial de Santa Rita do Rio Abaixo, entre a Vila de São José, hoje Tiradentes, Ritápolis e São João Del Rei. Filho do português Domingos da Silva Santos, proprietário rural e da brasileira Antônia da Encarnação Xavier, o quarto dos sete irmãos, ficou órfão aos 11 anos e ficou sob a tutela de um padrinho, que era cirurgião. Sua dedicação às práticas farmacêuticas e ao exercício da profissão de dentista lhe valeu o cognome Tiradentes.

Reconhecendo Tiradentes como ícone incontestável da luta pela Liberdade do país e considerando a sugestiva data de seu batismo encaminho projeto de lei transformando o dia 12 de novembro no Dia Nacional da Liberdade.

Sendo assim, espero contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares na aprovação deste projeto de lei em prol do reconhecimento da Luta dos heróis e heroínas pelas garantias de liberdade em nosso país.

Sala das Sessões, 05 de maio de 2009. – Deputado **Reginaldo Lopes**.

(À comissão de educação, cultura e esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 57, DE 2012

(nº 5.290/2009, na Casa de origem, do Deputado Antônio Roberto)

Institui o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais, a ser celebrado, anualmente, no dia 10 de outubro.

Art. 2º É facultado ao Ministério da Saúde elaborar calendário especial de atividades em alusão à data, bem como anualmente eleger o tema que pautará em todo o País ações governamentais para concretização dos direitos fundamentais da pessoa com transtornos mentais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.290, DE 2009

Institui o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais, a ser celebrado anualmente, no dia 10 de outubro.

Art. 2º. É facultado ao Ministério da Saúde elaborar calendário especial de atividades em alusão à data, bem como anualmente eleger o tema que pautará em todo o País ações governamentais para concretização dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Dia 10 de outubro é o Dia Mundial da Saúde Mental. Nesta data, o Ministério da Saúde promove ações para chamar a atenção para o problema dos transtornos mentais.

Cerca de 20% da população mundial necessita de atendimento mental pelo menos uma vez por ano. No Brasil, é notória a insuficiência da rede pública para atender a demanda da população.

A proposta de comemorar no dia 10 de outubro, concomitantemente com o Dia Mundial da Saúde Mental, o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais, tem o objetivo de reforçar a necessidade de políticas públicas urgentes para assegurar a universalização da rede pública de saúde mental.

A data, vai mudar o foco dos programas existentes por destacar a conotação de que o atendimento público é gratuito das pessoas com transtornos mentais é um direito fundamental e que, portanto, o Estado tem o dever de proporcionar a todos quantos precisem atenção médica ou psicológica de qualidade.

O bom e regular funcionamento das faculdades mentais são fundamentais para a qualidade de vida. Hoje ainda é forte o estigma contra as pessoas com transtornos mentais que, outrora, eram simplesmente segregadas da sociedade.

A *modus vivendi* contemporâneo, com stress do trânsito, crise econômica, desemprego, desestruturação familiar, dificuldades de toda ordem, servem para elevar a incidência de um tipo de transtorno mental, que muitas vezes nem mesmo é diagnosticado como tal: a depressão.

É preciso que o Poder Público dê a devida atenção aos transtornos mentais, moléstia muitas vezes invisíveis, mas que causam sofrimento e não raro são causas de outras doenças físicas.

Acredito que a instituição do Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais servirá para colocar o grave problema dos transtornos mentais em posição privilegiada na agenda política da saúde pública.

Por essas razões, conto com apoio dos meus pares para aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 2009.

Deputado ANTÔNIO ROBERTO
PV / MG

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 58, DE 2012

(nº 6.428/2009, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Barbosa)

Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a ser comemorado no dia 24 de abril de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.428, DE 2009

Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e dispõe sobre sua comemoração.

Art. 1º Esta Lei institui o "Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS", e dispõe sobre sua comemoração.

Art.2º O "Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS" comemoradas no dia 24 de abril de cada ano.

Art.3º No "Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS", as entidades públicas e privadas realizarão eventos com a finalidade de valorizar a conquista da liberdade de expressão gesto-visual das pessoas surdas.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei é atende a uma reivindicação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), conceituada instituição dedicada à causa das pessoas com deficiência auditiva, como parte da luta pelo reconhecimento e definitiva implantação da Língua Brasileira de Sinais – Libras em todas as instâncias do território nacional em que se faça necessário o seu uso.

Sugerimos o dia 24 de abril por ter sido nesta data a publicação da Lei 10.436, de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 2005, e, consequentemente, pelo sentimento que esta data representa para as pessoas surdas, descrito como o dia em que ocorreu a conquista e liberdade da expressão gesto-visual de toda a Comunidade Surda do Brasil.

Com a aprovação da Lei da Libras, a comunidade surda ganhou força para lutar por seus direitos e, com sua regulamentação em 2005, concretiza seus anseios como cidadãos brasileiros que, no contexto histórico, a luta pelo reconhecimento da língua de sinais durou aproximadamente 150 anos

Pelo exposto, pedimos a aprovação deste Projeto de lei, que certamente será de grande importância para a comunidade surda brasileira.

Brasília, em 17 de novembro de 2009.

Deputado Eduardo Barbosa

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 59, DE 2012

(nº 6.507/2009, na Casa de origem, do Deputado Lincoln Portela)

Institui o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional no dia 25 de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.507, DE 2009

Institui o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde a ser comemorado anualmente em todo território nacional no dia 25 de abril.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das maiores conquistas democráticas consignadas em nossa Carta Magna foi sem dúvida alguma a de estabelecimento de um sistema único de saúde que tem como uma de suas diretrizes a participação da comunidade.

De fato, posteriormente, a Lei n.º 8.142, de 1990, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de Conselhos de Saúde nas três esferas de governo, criando, desse modo, um dos mais formidáveis e originais processos de controle social de que se tem notícia.

Desde então, criou-se um grande movimento de participação social no País. Pessoas simples, que nunca participaram da administração da coisa pública passaram a se interessar e a contribuir efetivamente para o planejamento, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde. Profissionais de outras áreas desenvolveram interesse e competência sobre saúde ao militarem em conselhos, sendo que muitos procuraram e ainda procuram cursos de capacitação para poder melhor dialogar com agentes políticos e com profissionais da área.

Assim, nada mais justo que esses abnegados e lutadores conselheiros tenham a sua dedicação reconhecida e tenham um dia para comemorar a sua atuação. Nesse sentido propomos a instituição do dia 25 de abril como Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde como forma de reconhecer o trabalho dos conselheiros e comemorar essa prática tão democrática e que tantos frutos tem colhido pelo Brasil afora.

Optamos pelo dia 25 de abril tendo em vista ter sido nesse dia, no ano de 1991, que se realizou a primeira reunião do Conselho Nacional de Saúde não mais como um "conselho de notáveis", mas já na vigência da Lei 8142/00.

Diante da importância da instituição dessa data e da homenagem que os conselheiros o controle social merecem, esperamos contar com o apoio de nossos Pares no Congresso para a adoção dessa medida singela, porém eivada de significado.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2009.

Deputado Lincoln Portela

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 60, DE 2012

(nº 6.562/2009, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra)

Altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada.

Art. 2º O caput do art. 4º da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o locador reaver o imóvel alugado. Com exceção ao que estipula o § 2º do art. 54-A, o locatário, todavia, poderá devolvê-lo, pagando a multa pactuada, proporcional ao período de cumprimento do contrato, ou, na sua falta, a que for judicialmente estipulada.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 54-A:

"Art. 54-A. Na locação de imóvel urbano destinado a fim não residencial e naquelas em que a locação decorra de operações em que o empreendedor adquira, construa ou reforme substancialmente, por si ou por terceiros, o imóvel indicado pelo pretendente à locação, locando-o por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas nos contratos respectivos e as disposições procedimentais previstas nesta Lei.

S 1º Poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação.

S 2º Em caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário, compromete-se este a cumprir a multa convencionada que não excederá, porém, a soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação.

S 3º Os valores relativos aos aluguéis a receber até o termo final contratado serão livremente negociáveis pelo locador com terceiros, desde que devidamente registrado o contrato de locação no registro de títulos e documentos da situação do imóvel, na forma dos arts. 286 a 298 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, responsabilizando-se o locatário e eventuais garantidores pelo respectivo adimplemento."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 6.562, DE 2009

Acrescenta o art. 76-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que "dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei n.º 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 76-A:

"Art. 76-A Não se aplicam as disposições desta lei aos contratos em que a locação decorre de operações em que a contratada adquire ou constrói, por si ou por terceiros, o imóvel indicado pela contratante e cede a ela o uso do imóvel por tempo determinado (*built-to-suit*), salvo se as partes expressamente dispuserem em contrário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O desenvolvimento experimentado pela sociedade brasileira nas últimas décadas vem provocando alterações profundas nas relações comerciais. A gradual evolução na renda da população e na eficiência das empresas têm determinado uma significativa ampliação do mercado brasileiro, tornando-o, por um lado, atraente aos agentes econômicos internacionais e, por outro, capaz de posicionar sociedades nacionais no processo de competição global.

Essa integração internacional da economia brasileira aproxima nossas práticas comerciais com aquelas utilizadas em outros mercados, proporcionando a introdução, no País, de novos mecanismos econômicos. Um desses recém importados modelos de negócios consiste no contrato de *built-to-suit*. Uma operação pela qual "a parte interessada em ocupar um imóvel para o desenvolvimento de uma atividade empresarial (Ocupante) contrata com um empreendedor imobiliário (Empreendedor): i) a aquisição de um terreno em localização estrategicamente selecionada pelo ocupante (Terreno); ii) a construção de um edifício no Terreno para atender as atividades empresariais do Ocupante (Edifício); e iii) a locação, do Empreendedor para o Ocupante, do Terreno com o Edifício (terreno e edifício, coletivamente o Imóvel)"¹.

¹ VALENÇA, Marcelo José Lomba. *Built-to-suit – operação de crédito imobiliário estruturada* in Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais v. 8 n. 27, p. 328-343, jan/mar 2005

Esse modelo – por meio do qual, em síntese, uma empresa não imobiliária contrata uma construtora para que conclua um imóvel segundo suas necessidades e especificações e se compromete, em contrapartida, a locá-lo por longo período – representa uma série de vantagens. O Ocupante não desmobiliza seus ativos, preservando-os para aplicação em suas atividades-fins, e inclui a locação como despesa operacional dedutível. O Empreendedor incorre em projetos de construção garantidos antecipadamente pela aquisição do produto e pode negociar em mercado secundário esse fluxo futuro de recursos.

Embora não haja descrição legal expressa desse tipo de contrato, o vigente Código Civil autoriza sua celebração e consolida-o como fonte de obrigações nos termos do art. 425 que dispõe: "É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais neste Código.

Não obstante referida atipicidade, a circunstância de o contrato *built-to-suit* trazer em seu bojo uma relação locatícia incidental tem amparado a compreensão de que a Lei do Inquilinato, Lei n.º 8.245, de 1991, teria aplicabilidade sobre esse instituto. Ocorre, contudo, que as particularidades dessa modalidade de contratação mostram-se incompatíveis com algumas das disposições da Lei do Inquilinato, em especial aquelas atinentes ao prazo máximo de vigência, à denúncia, à ação revisional e à multa compensatória. Com efeito, o contrato *built-to-suit* precisar ser longo de sorte a viabilizar o investimento do Empreendedor e assegurar, por um lado, o retorno dos recursos vertidos – a amortização do investimento – por meio do pagamento dos aluguéis até o término do ajuste e, por outro, a fruição do imóvel pelo tempo de interesse da Ocupante.

O objetivo da presente proposição é conferir segurança jurídica aos contratantes dessas operações, sem, contudo, mitigar seu dinamismo e evolução. Desse modo, decidimos manter o caráter atípico, restringindo-nos a estabelecer que os dispositivos da Lei do Inquilinato não terão incidência, salvo se as partes dispuserem em sentido contrário.

Em vistas dessas considerações, solicitamos a colaboração de nossos pares para a aprovação e aperfeiçoamento do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2009.

Deputado CARLOS BEZERRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

Art. 4º Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o locador reaver o imóvel alugado. O locatário, todavia, poderá devolvê-lo, pagando a multa pactuada, proporcionalmente ao período de cumprimento do contrato, ou, na sua falta, a que for judicialmente estipulada. (Redação dada pela Lei nº 12.112, de 2009)

Parágrafo único. O locatário ficará dispensado da multa se a devolução do imóvel decorrer de transferência, pelo seu empregador, privado ou público, para prestar serviços em localidades diversas daquela do início do contrato, e se notificar, por escrito, o locador com prazo de, no mínimo, trinta dias de antecedência.

LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

TÍTULO II
Da Transmissão das Obrigações

CAPÍTULO I
Da Cessão de Crédito

Art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.

Art. 287. Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.

Art. 288. É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades do § 1º do art. 654.

Art. 289. O cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.

Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.

Art. 291. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.

Art. 292. Fica desobrigado o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo, ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, paga ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida; quando o crédito constar de escritura pública, prevalecerá a prioridade da notificação.

Art. 293. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.

Art. 294. O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.

Art. 295. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé.

Art. 296. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.

Art. 297. O cedente, responsável ao cessionário pela solvência do devedor, não responde por mais do que daquele recebeu, com os respectivos juros; mas tem de ressarcir-lhe as despesas da cessão e as que o cessionário houver feito com a cobrança.

Art. 298. O crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os Projetos serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008**, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Accidente;
- **Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009**, da Senadora Marisa Serrano, que assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011**, do Senador Paulo Davim, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, os Projetos de Lei do Senado nºs 476, de 2008; e 614, de 2011, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência comunica que está publicado, em suplemento ao Diário do Senado Federal de 19 de junho do corrente, o **Parecer nº 6, de 2012-CN**, da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 568, de 2012, concluindo favoravelmente à Medida Provisória, quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto ao mérito, nos termos do projeto de lei de conversão apresentado.

O Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2012, foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, o Ofício nº 16.914/2012, que solicita seja dado conhecimento aos parlamentares do Congresso Nacional da aprova-

ção de proposta de abolição do voto secreto nas casas legislativas municipais, estaduais e federais, por ocasião da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial, realizada entre os dias 18 e 20 de maio.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 16.914/2012/GM/CGU-PR

Brasília, 19 de junho de 2012

Assunto: Proposta de Emenda à Constituição – Fim do Voto Secreto.

Senhor Senador,

Refiro-me à 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial, convocada por Decreto do Excelentíssimo Presidente da República (DOU de 9-12-2010), cuja Etapa Nacional ocorreu entre os dias 18 e 20 de maio de 2012, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta Capital.

2. Durante três dias, reuniram-se cerca de 1.300 delegados, eleitos ao longo das 1.380 conferências preparatórias da Consocial, que envolveram 2.750 municípios – incluídas todas as capitais – de todos os Estados e do Distrito Federal, abrangendo quase um milhão de brasileiros. Esses delegados discutiram e aprovaram propostas para o incremento da transparência e do acesso à informação, o fortalecimento do controle social e o avanço na prevenção e combate à corrupção no Brasil.

3. Em tal contexto, uma das questões que mereceram especial atenção dos participantes da 1ª Consocial, por ser considerada prioritária e urgente, foi a abolição do voto secreto nas casas legislativas municipais, estaduais e federais, nos termos da seguinte proposta:

“Abolir o voto secreto nos parlamentos/legislativos (câmaras, assembleias, Senado) em todas as esferas (municipal, estadual e federal), sessões ordinárias e extraordinárias, visando à maior transparência em qualquer decisão, inclusive para cassação e com justificativa de todas as votações, e também, nas comissões do serviço público.”

4. Portanto, na qualidade de Presidente daquele evento, solicito a Vossa Excelência os bons préstimos de suas providências no sentido de dar conhecimento aos Excelentíssimos Parlamentares dessa proposta aprovada pela 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, a qual seguramente contribuirá para o debate, ora realizado por essa Casa Legislativa, acerca de possível alteração da Constituição da República, a fim de estabelecer o voto aberto nas deliberações do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Comissões,

inclusive nos processos de cassação de mandato parlamentar e no exame de vetos presidenciais.

Atenciosamente, – **Jorge Hage Sobrinho**, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Presidente da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Convidado para usar da palavra o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Alvaro Dias, neste clima de Rio+20, meio ambiente, defesa do Planeta, da saúde, da vida, vou falar um pouco hoje sobre a situação, grave para mim, do saneamento básico no Brasil.

O Brasil, sem sombra de dúvida, hoje é uma potência mundial, ocupando o sexto lugar no ranking dos países mais ricos. Passamos a ser uma nação importante, e os maiores do mundo, como Estados Unidos, China e Alemanha, são agora forçados a olhar para o Brasil. Temos, é claro, muito ainda por fazer, a resolver, e uma ferida aberta. Temos de olhar para ela e tentar salvá-la para que ela pare de sangrar. Refiro-me ao saneamento básico, que exibe números lamentáveis, apesar da nossa pujança econômica. O pior de tudo é que essa questão trágica ainda causa a morte de cerca de 2 mil pessoas por ano, fora outros graves prejuízos que traz para todo o País.

Vamos aos números dessa situação, para que possamos, então, ter uma dimensão exata de onde nos encontramos em matéria de saneamento básico. Dados de 2008, do Sistema Nacional de Informação para o Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, que são os últimos disponíveis, indicam que 57% – 57%! – da população brasileira não têm esgoto coletado. Não tem esgoto coletado! Pior ainda, menos que 35% do volume do esgoto recolhido recebem tratamento. Menos que 35% do volume do esgoto recolhido recebem tratamento! Em muitas comunidades vive-se ainda o drama do esgoto correndo a céu aberto.

Felizmente, o abastecimento de água tratada melhorou. Já chegamos ao patamar de 81,2% da população brasileira assistida com água tratada. Se considerarmos apenas as áreas urbanas, onde vivem 84% dos brasileiros, a situação é melhor no que diz respeito ao fornecimento dessa água tão importante.

Na área urbana, chegamos a 95% da população. No que tange à coleta de esgotos, no entanto, o quadro é precário, mesmo nas cidades. Apenas metade da população urbana, 50,6%, é atendida. Isso equivale a dizer que 80 milhões de pessoas que vivem nas ci-

dades ainda não dispõem de coleta de esgotos e que no total chegariam a 95,3 milhões de brasileiros que não recebem ainda esse serviço tão básico quanto essencial e fundamental para a saúde da nossa gente.

Mas o quadro pode ainda ser pior, de acordo com publicação da ONG Instituto Trata Brasil, intitulado *Os Benefícios da Expansão do Saneamento no Brasil*. Segundo ela, os números do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento são baseados em pesquisas que abrangem 4.627 cidades atendidas com serviço de água e 1.468 com serviço de esgoto. A inferência lógica que se impõe é que os Municípios não incluídos na pesquisa são aqueles que estão ainda em pior situação. Partindo desse pressuposto, o documento do Instituto Trata Brasil conclui que se esses Municípios fossem incluídos na pesquisa, o acesso ao serviço de abastecimento de água cairia para 77,4% da população, contra os 81,2% da pesquisa do Sistema antes destacada por mim, e o acesso ao serviço de esgotamento sanitário cairia para 39,6%, contra os 43,2% da outra pesquisa.

É um quadro grave, como se vê. A correlação entre falta de saneamento e doenças na população é reconhecida de todos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) menciona o saneamento básico precário como um risco tradicional à saúde. Associado à pobreza, afeta mais a população de baixa renda, em conjunto com outros riscos, como a subnutrição e a higiene inadequada. Para se ter uma ideia do que isso significa, em 2004, por exemplo, doenças associadas a sistemas de água e esgoto inadequados e deficiências com higiene causaram a morte de 1,6 milhão de pessoas nos países de baixa renda, assim considerados aqueles com PIB per capita inferior a US\$825,00.

A maioria das mortes por diarreia no mundo, 88%, é causada por sistemas inadequados de saneamento. Noventa e nove por cento dessas mortes ocorrem em países em desenvolvimento e 84% são de crianças. A Unicef e a OMS apontam a diarreia como a segunda maior causa de mortes em crianças menores de cinco anos de idade. Estima-se que 1,5 milhão de crianças nessa faixa etária morram a cada ano, vítimas de doenças diarréicas, sobretudo nos países em desenvolvimento, em grande parte devido à falta de saneamento. No Brasil, as diarreias representam mais de 80% das doenças relacionadas ao meio ambiente.

Vista essa triste realidade, examinemos outros prejuízos causados ao País pela falta de saneamento básico.

O já mencionado relatório do Instituto Trata Brasil mostra que as internações por infecções gastrointestinais custam, anualmente, ao SUS uma média de R\$161 milhões. Da mesma forma, o documento registra que

em apenas um ano foram gastos R\$547 milhões em remunerações referentes às horas não trabalhadas por funcionários acometidos por essas infecções.

Se essas doenças, muito relacionadas à falta de saneamento, causam tamanho prejuízo econômico ao País, o atendimento adequado a toda a população, com serviço de água e esgoto, traria ganhos econômicos importantes, além, claro, de salvar vidas.

O acesso universal ao saneamento básico produziria uma redução de gastos de cerca de R\$309 milhões anuais, relativos ao afastamento do trabalho, segundo o Trata Brasil.

A probabilidade, Sr. Presidente, de uma pessoa com acesso a esses serviços se afastar do trabalho é 6,5% menor do que uma que não tem acesso à rede de água e esgoto. Devido à melhoria geral da qualidade de vida gerada pelo acesso a saneamento, o Instituto estima um aumento de produtividade dos trabalhadores da ordem de 13,5%. Isso deve se refletir na renda do trabalho, com uma elevação de 3,8% no total de salários, gerando um aumento da folha de pagamento da ordem de R\$41,5 bilhões, claro, no mundo.

Sr. Presidente, buscar um processo universal da rede de esgoto pode, finalmente, trazer uma valorização média de até 18% no valor dos imóveis, aumentando o patrimônio das famílias que antes não recebiam esse serviço.

O maior ganho, no entanto, com essa universalização se daria no campo da saúde da população. Em 2009, morreram 2.101 dos 462 mil pacientes internados por infecções gastrintestinais, causadas pela falta de saneamento básico e água potável. O acesso universal ao saneamento reduziria essas internações em 25%, e a mortalidade em 65%, o que significa salvar em torno de 1.300 vidas.

Como se vê, essa é uma obra urgente para o nosso País. O governo do Presidente Lula, junto com governos estaduais e municipais, começou a atacar mais firmemente o problema a partir de 2003. Houve avanços, mas precisamos fazer mais. Entre aquele ano e 2008, a parcela da população atendida pela rede de água passou de 73% para 77%, o que incluiu 5,4 milhões de pessoas nesse atendimento.

O acesso à rede de esgotamento sanitário cresceu de 34% para 40% da população, reduzindo o déficit de acesso em 2,3 milhões de habitantes, em razão do aumento populacional no mesmo período. O percentual de esgoto coletado que passou a ser tratado cresceu nesse período, de 58% para 66%. Isso foi possível graças ao aumento do volume de recursos investidos nessa área.

A preços de 2008, os investimentos para a melhoria e expansão da rede de água passaram de R\$1,3

bilhão, em 2003, para R\$2,2 bilhões, em 2008, um aumento da ordem de 12% ao ano. Infelizmente, na rede de esgotamento sanitário, o ritmo de crescimento desses investimentos foi menor. Os recursos aplicados, que eram de R\$1,8 bilhão, em 2003, cresceram a 7,5% ao ano, atingindo R\$2,6 bilhões, em 2008.

Outro avanço importante no que diz respeito ao saneamento básico no Brasil foi a criação do marco regulatório do setor, com a aprovação da Lei nº 11.445, também conhecida como Lei do Saneamento, em 2007.

Essa legislação, sem sombra de dúvida, ajudou a superar dificuldades para a realização de investimentos no setor. Junto com o marco legal, veio o Programa de Aceleração do Crescimento, que procurou aportar recursos para superar as carências de saneamento básico dos Municípios brasileiros, aí incluído também o tratamento do lixo, que foi muito importante.

O Programa previa a destinação de R\$40 bilhões para o setor no período 2007/2010. Lamentavelmente, de acordo com o balanço do Instituto Trata Brasil, apenas cerca de 40% desses recursos, de fato, foram liberados e aplicados até 2010.

Para a segunda fase do PAC, referente ao período 2011 a 2014, foi anunciado um investimento do Governo Federal da ordem de R\$45 bilhões. Um novo inventário, realizado pelo Instituto, revelou que, em dezembro de 2011, a média de execução das 114 obras de saneamento monitoradas estava em 54%.

Bem, houve avanço no volume de recursos liberados para essas obras. O percentual de liberação das verbas passou de 19%, em 2009, para 50%, em dezembro de 2011. Contudo, segundo o Instituto Trata Brasil, seria necessário o investimento de R\$280 bilhões – sete vezes os recursos do PAC I – para que toda a população brasileira tivesse acesso a água potável e a esgotos tratados.

Como se vê, é uma enormidade de recursos, que vai exigir um esforço igualmente grande por parte das autoridades brasileiras. E esse é um esforço que tem de ser feito. Estamos tratando de vidas, estamos tratando de saúde, Senador Mozarildo, V. Ex^a que é médico.

É crucial para melhorar as condições de vida da população brasileira, principalmente dos mais pobres, que são sempre os que mais sofrem com esse tipo de questão. Seja nas regiões mais distantes dos grandes centros, seja nas periferias das grandes cidades, temos de fazer esse investimento.

Não podemos mais permitir que nossas crianças continuem tomando água sem tratamento e brincando em ruas onde o esgoto corre a céu aberto. Resolver essa grave questão é, para mim, dizer o mínimo: é uma questão de humanidade, é uma questão de direitos humanos.

Senador Mozarildo, nestes minutos que me restam, vou fazer alguns registros. Meu pronunciamento principal já está feito.

Quero aqui destacar que hoje a minha cidade natal, Caxias do Sul, completa 122 anos. Com alegria, lembro aqui esta data, nesta quarta-feira, 20 de junho, 122 anos da emancipação política de Caxias.

As festas iniciaram no dia 1º e vão até o final do mês, em diversas atividades, com a participação da comunidade de trabalhadores, de sindicalistas, líderes sindicais e líderes dos empresários.

Amanhã à tarde, a partir das 15 horas, haverá o tradicional corte do bolo na Praça Dante. A sobre-mesa foi feita pelo Clube de Mães de Caxias do Sul. O bolo tem 122 metros de comprimento, lembrando os 122 anos.

São informações que nos foram passadas pelo próprio Prefeito, Ivo Sartori, e sua assessoria, que estão trabalhando nessa festividade e prestigiando-a.

Caxias do Sul, Sr. Presidente, é uma região de colonização italiana. Lá chegaram muitos italianos. Vieram da Itália e ali desenvolveram toda a sua capacidade.

Em 1º de junho de 1910, ela foi elevada à categoria de cidade, com a chegada do primeiro trem ligando a região a Porto Alegre.

Caxias é uma região próspera, um dos principais Municípios do meu Rio Grande do Sul. Foi, ao longo do tempo, forjado o desenvolvimento daquela região, que contribuiu para o crescimento do meu Estado. No início, o cultivo era de videira, para a produção de vinho. Com o tempo, avançamos muito mais. Caxias hoje é um grande centro comercial, que impulsiona a economia não só da cidade, mas também da região e do Rio Grande. E hoje é um polo inclusive importante para o País.

Caxias destacou-se, nos primeiros tempos, como falei, pela produção de uva e vinho, trigo, milho e arroz. O tempo passou, Caxias foi crescendo e a produção industrial e comercial ampliou-se. Atualmente, Caxias é um polo fundamental de desenvolvimento. São fortes os setores agropecuário, industrial, de comércio e serviços, mobiliário e de aluguel. É um grande polo metal mecânico, de material de transporte, alimentício, de bebidas, da administração pública, entre outros, que estão crescendo de forma muito acelerada.

Quando falamos em Caxias, não podemos deixar de falar da grande Festa da Uva, uma das festas mais bonitas do continente; da Feira do Livro; da Universidade de Caxias; do Museu Municipal; do artesanato local; dos pratos típicos italianos.

Caxias tem, segundo projeção do IBGE para 2011, 441.332 habitantes. O PIB é de R\$12,509 bilhões, que equivale a 5,8% do PIB estadual.

A história de Caxias é uma história bonita. Ali, além dos italianos, claro, se encontraram os chamados “pelo duros”, aqueles que são ditos brasileiros natos, que vieram ali das serras e de outras regiões.

Enfim, Sr. Presidente, faço esta homenagem. Encaminhei aqui, no Senado, um voto de aplauso, em nome da bancada gaúcha, pelo aniversário da minha querida cidade natal, orgulho do Rio Grande e do Brasil, Caxias do Sul.

Sr. Presidente, quero ainda fazer outro rápido registro. Registro o convite que recebi da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários para participar da festa de comemoração dos 12 anos da criação da carreira do fiscal agropecuário. A festa será nesta sexta-feira, 22 de junho. Infelizmente, eu não estarei lá, porque assumi outro compromisso, mas ficam aqui os meus cumprimentos a esta bela data: 30 de junho, Dia do Fiscal Federal Agropecuário.

Sei da luta de vocês, sei da qualidade do trabalho que vocês desenvolvem em defesa do Rio Grande e do Brasil. Podem contar comigo hoje e sempre, inclusive nos projetos que estão ainda tramitando na Casa, que vão na linha de atender ao plano final de carreira de fiscal federal agropecuário.

Por fim, Sr. Presidente, eu anunciei aqui, da tribuna, ontem – eu vou terminar, Sr. Presidente –, que...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Paim, V. Ex^a poderia me permitir, antes de concluir seu pronunciamento,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – ...register a presença nas tribunas dos alunos do Ensino Fundamental do Colégio Ávila, de Goiânia, Estado de Goiás. Sejam bem-vindos, portanto, à nossa sessão, que hoje é uma sessão não deliberativa, como vocês estão lendo no painel. Não há votação, apenas pronunciamentos e debates dos Srs. Senadores, como é o caso, agora, do pronunciamento brilhante do Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos. Eu me somo à saudação que fez o Presidente Mozarildo, grande Senador desta Casa. Aqui, pacientemente, esperando que eu termine, está o Senador Alvaro Dias, uma grande liderança também do nosso Parlamento.

Sr. Presidente, eu anunciei ontem que começaria hoje uma greve dos funcionários do Itamaraty. Hoje, eu informo como está. Já são 70 os postos consulares do exterior fechados por conta da greve dos funcionários do Itamaraty. Estão paralisados, por exemplo, os de Boston, San Francisco, Houston e Nova York, nos Estados Unidos; Madri, Roma e Paris, na Europa; e, ainda, Pequim e Cingapura, na Ásia. Também estão paradas

as seções consulares de Montevidéu e Buenos Aires. Os postos parados chegam, mais ou menos, à metade das representações do Brasil no exterior.

Aqui no Brasil, também, podemos dizer que, na sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, cerca de 250 funcionários estão sem trabalhar. No entanto, a maioria dos funcionários está acompanhando a Rio+20 e, por compromisso assumido, ainda estão lá prestando atendimento às autoridades, enfim, àquele grande evento.

Mais uma vez insisto, pedindo ao Itamaraty que chame uma mesa de entendimento, de negociação, para que se resolva, de uma vez por todas, essa questão, ou seja, para que os funcionários no exterior possam ter sua situação regulamentada, o que não têm até hoje.

Fica aqui, mais uma vez, o apelo. Ontem, eu avisei que a greve aconteceria hoje. E ela está acontecendo. Não é bom para o Brasil, não é bom para os trabalhadores, não é bom para ninguém. Tem de prevalecer o diálogo, o bom senso, para se conseguir uma proposta no campo da razoabilidade, que garanta o direito mínimo desses trabalhadores.

Por fim, Sr. Presidente, quero apenas registrar que, na segunda-feira, falei aqui da importância da vitória do Presidente François Hollande na França, que garantiu a maioria no parlamento.

Aí me informaram, no Rio Grande do Sul – fiquei sabendo hoje –, um fato interessante: entre os eleitos, está um brasileiro com dupla cidadania. Falo de Eduardo Cypel, de 36 anos, gaúcho, nascido em Porto Alegre.

Eduardo Cypel, que mora na França desde os 10 anos, garantiu uma entre as 278 cadeiras do Partido Socialista na França. É um brasileiro que passa a ser Deputado Federal na França. Ele é o primeiro franco-brasileiro eleito para a Assembleia Nacional do país. Há que destacar que, em 2008, ele se elegeu vereador no Município de Torcy.

Cypel fez sua formação profissional na França. Graduado em Filosofia pela Universidade de Paris XII, especializou-se no Instituto de Ciência, berço acadêmico de figuras como os ex-Presidentes Jacques Chirac e François Mitterrand.

Ficam aqui meus cumprimentos – aí termino, Sr. Presidente – a esse gaúcho, brasileiro, que se elegeu pelo Partido Socialista da França e que hoje faz parte do governo de Hollande.

E aqui destaco – eu falava ontem, e já vou terminar; é um assunto de que trato muito – que um dos primeiros atos do Hollande, o novo Presidente da França, foi reduzir o direito à aposentadoria de 62 para 60 anos na França.

Aqui, no Brasil, no caso do servidor público, a idade é 60, e querem ampliar. Temos que pegar o exemplo da França e garantir o princípio da aposentadoria integral e sem fator previdenciário. Lá não tem fator previdenciário.

Espero que derrubemos o fator aqui, garantindo, assim, o direito à aposentadoria integral para os trabalhadores da área pública e da área privada, sem fator previdenciário.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Exª e peço que considere na íntegra os meus pronunciamentos. O primeiro deles eu fiz integral; sobre os outros quatro fiz comentários.

Obrigado, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre os 122 anos de Caxias do Sul/RS.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com alegria informo que minha cidade natal, Caxias do Sul, estará completando nesta quarta-feira, 20 de junho, 122 anos de emancipação política.

Os festejos iniciaram dia primeiro e vão até o final do mês, com diversas atividades e a participação da comunidade, do setor empresarial e do Poder Público.

Amanhã à tarde, a partir das 15 horas, haverá o tradicional corte do bolo na Praça Dante Alighieri. A sobremesa foi confeccionada pelos Clubes de Mães de Caxias do Sul. O bolo tem 122 metros de comprimento.

Cerca de 70 mulheres, colaboradoras do Projeto Conviver, que se reúnem para atividades mensais de lazer, culturais e de solidariedade na comunidade, distribuirão fatias do bolo à população caxiense.

Para celebrar os 122 anos de Caxias do Sul são esperadas diversas autoridades, entre elas o prefeito José Ivo Sartori, vereadores, líderes empresariais e de trabalhadores.

Sr. Presidente, Caxias do Sul foi fundada em 20 de junho de 1890 e, no dia 24 de agosto do mesmo ano, foi efetivada a sua instalação.

É uma região de colonização italiana, cujos primeiros imigrantes chegaram ao município em 1875. Em 1º de junho de 1910 foi elevada à categoria de cidade, com a chegada do primeiro trem, ligando a região a Porto Alegre.

Caxias é um dos mais prósperos municípios do Rio Grande do Sul. Foi ao longo do tempo forjando o desenvolvimento de todo o território gaúcho e se tornando uma das mais importantes cidades do Estado.

Em princípio, a cidade se destacou pelo cultivo da videira e produção vinícola... produção essa que

teve duas etapas; primeiro para o consumo próprio e posteriormente, o vinho passou a ser comercializado, o que impulsionou a economia caxiense.

Paralelamente, Caxias começou a se destacar pelo cultivo do trigo e do milho. O tempo passou, Caxias foi crescendo e a produção industrial e comercial ampliada e diversificada.

Atualmente, Caxias do Sul é um polo desenvolvimentista. Os setores agropecuário, industrial, de comércio e serviços, mobiliário e de aluguel, metal mecânico, de material de transporte, alimentício, de bebidas, da administração pública, entre outros, estão tendo um bom desempenho.

Sr. Presidente, quando falamos de Caxias do Sul, falamos da Festa da Uva, da Feira do Livro, da Universidade de Caxias, do Museu Municipal, dos artesanatos locais, dos pratos típicos italianos...

Caxias, tem, segundo projeção do IBGE para 2011, quatrocentos e quarenta e um mil trezentos e trinta e dois habitantes.

O PIB é de 12 bilhões e quinhentos e nove milhões de reais, o que equivale a 5,8% do PIB Estadual.

Sr. Presidente, a história de Caxias do Sul é marcada pela chega da italianada, com os nonos e as nonas que vieram do outro lado do oceano, trazendo suas tradições e se juntando a outros que aqui já estavam... como os "pelo-duro".

Aconteceu a miscigenação e a aculturação. Os cantos, as danças, os hábitos, o vinho, a polenta, o galeto, a macarronada, e o tortéi, se misturaram ao churrasco de ovelha, ao arroz de carreteiro, ao sarabulho, e a "um trago de canha" para esquentar o corpo do inverno ou escorrer o suor no verão.

Tudo foi se juntando, criando raízes, fazendo comunidades, foram moldando novas falas e gestos. E, todos hoje são um mesmo povo, brasileiros, construindo o nosso país.

Antes de terminar quero mandar minha saudação aos caxienses, deixar meus mais sinceros cumprimentos àqueles lutadores que nasceram em um "solo de imensa riqueza, esplêndida glória infinita, de tão nobre, excelsa beleza".

Parabéns aos meus conterrâneos caxienses por tão importante data. E queira Deus que muitas mais venham!!!

Quero dizer que encaminhei aqui no Senado voto de aplauso pelo aniversário da nossa querida cidade, orgulho do Rio Grande e do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre 12 anos de criação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário – Asfagro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar o convite que recebi da ASSOCIAÇÃO DOS FISCAIS FEDERAIS AGROPECUARIOS (ASFAGRO), para participar da festa em comemoração aos doze anos de criação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

A festa será nesta sexta-feira, 22 de junho. Infelizmente não poderei comparecer. Eu estarei no RS cumprindo vários compromissos que já haviam sido agendados anteriormente.

Gostaria muito de poder estar com os companheiros da ASFAGRO, comemorando o dia 30 de junho, Dia do Fiscal Federal Agropecuário. Sei que a luta por essa conquista foi longa e precisou de muita perseverança.

Em 18 de dezembro de 1994, um grupo de servidores Engenheiros Agrônomos, Médicos, Veterinários, Químicos, Farmacêuticos e Zootecnistas da área de controle, inspeção e fiscalização agropecuária reuniu-se com o então Ministro da Agricultura e do Abastecimento – Dr. Sinval Guazelli, buscando salários compatíveis com as demais carreiras da área de fiscalização federal.

Esse pleito foi levado pelo Ministro Guazelli ao Presidente da República à época, Dr. Itamar Franco, que editou a MP nº 807 de 30 de dezembro de 1994 que instituía a Gratificação de Desempenho de Fiscalização.

Ainda não era o ideal, mas foi o início da criação da Carreira. Eles continuaram firmes em sua luta até que em 2 de abril de 1998, foi aprovada a Lei nº 9.620/98, que criava a Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária.

Também foi um avanço, no entanto a Lei não disciplinava a transformação e transposição para a Carreira de ocupantes de alguns cargos. Sendo assim, a luta continuou e aquelas carreiras foram enquadradas mediante a Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998.

Foi em 30 de junho de 2000 que esses funcionários viram seus méritos reconhecidos. Foi com a publicação da MP nº 2048-26/2000, que criou a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

Na verdade, Sr. Presidente, naquilo que diz respeito à parte remuneratória, eles continuam recebendo proventos que ficam muito aquém das demais carreiras exclusivas de Estado, mas não vão abrir mão de continuar lutando.

Eles seguem buscando o reconhecimento da categoria como o de Auditoria Fiscal, considerando seu alto nível.

Quero deixar meu forte abraço aos Fiscais Federais Agropecuários e agradecer por sua contribuição profissional para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Agradeço o convite que me foi feito e, sinto muito por não poder compartilhar desse momento de alegria com vocês.

Parabéns e sucesso!

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a paralisação dos funcionários do itamaraty.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem registrei a paralisação dos funcionários do Itamaraty. Gostaria de aproveitar este espaço para atualizar algumas informações.

Já são 70 os postos consulares no exterior fechados por conta da greve dos funcionários do Itamaraty, incluindo alguns dos mais movimentados do mundo, como Boston, São Francisco, Houston e Nova Iorque, nos Estados Unidos, Madri, Roma e Paris, na Europa, Pequim e Cingapura, na Ásia.

Também estão paradas as seções consulares de Montevidéu e Buenos Aires.

Os postos parados não chegam à metade das representações do Brasil no exterior, mas concentram a grande maioria dos oficiais e assistentes de chancelaria e quase todo o atendimento consular do Brasil.

Na sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, cerca de 250 funcionários estão sem trabalhar.

No entanto, a maioria dos Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria, cerca de 300, está no Rio de Janeiro para a Conferência Rio+20, e só deve parar a partir da semana que vem.

Importante destacar que o sindicato dos servidores se comprometeu a não atrapalhar a realização da conferência, da qual participarão mais de uma centena de chefes de Estado.

Sr. Presidente, reitero o que disse ontem.

Faço um apelo para que o Ministério de Relações Exteriores estabeleça uma mesa de negociação com os líderes dos trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre Eduardo Cypel, franco-brasileiro eleito deputado na França.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na segunda-feira, dia 11, eu utilizei este espaço, para falar sobre o segundo turno das eleições legislativas da França. O presidente François Hollande garantiu a maioria.

Um fato interessante é que entre os eleitos está um brasileiro, com dupla cidadania. Falo de Eduardo Cypel, de 36 anos, gaúcho, nascido em Porto Alegre.

Eduardo Cypel, que mora na França desde os 10 anos, garantiu uma entre às (278) duzentas e setenta e oito cadeiras do Partido Socialista.

Ele é o primeiro franco-brasileiro eleito para a Assembleia Nacional do país. Há de se destacar que em 2008 ele se elegeu vereador no município de Torcy.

Cypel fez sua formação profissional na França. Graduado em Filosofia pela Universidade Paris 12, especializou-se no Instituto Ciência, berço acadêmico de figuras como os ex-presidentes Jacques Chirac e François Mitterrand.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/ PTB – RR) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Convido V. Ex^a para presidir a sessão, já que serei o próximo orador a falar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Senador Mozarildo Cavalcanti está com a palavra. Em seguida, o Senador Alvaro Dias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, o Senado está promovendo, nestes dias, um fórum chamado Senado Brasil 2012, que cuida de vários aspectos, como por exemplo, “O Apolitismo, a Maior Ameaça à Democracia”, “O Consenso na Democracia”, “A Igualdade, a Unanimidade e a Legitimidade” e outros temas.

Fiquei bastante preocupado – e já é uma preocupação constante minha – com o que foi dito por um cientista político, aliás, um filósofo. A frase dele é a seguinte: o desinteresse por política ameaça a democracia. O nome desse filósofo é Francis Wolff. Ele é professor da Escola Normal Superior de Paris e abre o fórum do Senado hoje.

Segundo ele, o povo sonha com o poder quando é governado por tiranos, mas se recusa a assumi-lo quando alcança a democracia.

Isso realmente é uma verdade. Se analisarmos, veremos que quando há uma ditadura, um regime de exceção em que as garantias individuais e a liberdade de expressão são suprimidas, o povo vai às ruas, como está acontecendo no Oriente Médio, desde o Egito até a Síria, onde estamos vendo o povo se mobilizando nas ruas, nas redes sociais contra os tiranos. Mas, quando há democracia, o povo se desinteressa pela política, porque acha que política é uma coisa perniciosa, que todo político é igual, é corrupto e não presta. Portanto, tanta faz como tanto fez.

Estamos em ano de eleições municipais de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste País, para eleger Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos. E esse desinteresse pela política leva a algumas coisas. Primeiro, aquelas pessoas de bem acham que não devem entrar para a política, porque é um jogo sujo, que uma eleição só é ganha se se comprar o voto do eleitor e que só ganha a eleição quem tem dinheiro para pagar bons marqueteiros, bons produtores de propaganda eleitoral. Por isso, não se metem. Ora, ao não se envolverem os bons, o que eles estão fazendo? Estão abrindo caminho, esncararando as portas para que os maus prosperem, para que os maus cada vez ganhem mais espaço.

E o cientista diz exatamente isso aqui. Os povos mais politizados, nos períodos de transição, como foi o Brasil nos anos 80, reagiram à ditadura, ao chamado regime militar. Porém, depois de passado esse período, depois do Movimento pelas Diretas Já etc, o que aconteceu, Senador Paim, o que ouvimos até de amigos próximos? Que não tem jeito, que é isso mesmo.

Então, lemos na imprensa que o Senado e a Câmara custam muito, gastam muito dinheiro. Portanto, se não houvesse Câmara e Senado, seria beleza. Não tendo Câmara e Senado, teríamos o quê? Um ditador, uma ditadura. E esse ditador, sem a fiscalização do Senado ou da Câmara e manobrando o Poder Judiciário, como acontece em vários países mundo afora, o que faria? Nenhum cidadão e nenhuma cidadã teriam segurança para fazer nada. A lei é feita, portanto, por uma pessoa ou por um grupinho de pessoas, e a execução dessa lei, pior ainda.

Então, é muito importante que as pessoas que querem o bem deste País se interessem, sim, pela política. Que, inclusive, acompanhem, de fato, tanto o trabalho das Câmaras Municipais, para as quais agora vamos eleger Vereadores ou reeleger alguns, como das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Deputados Federais e do Senado.

Hoje mesmo recebi algumas mensagens reclamando do aumento do preço da tarifa de energia elétrica. Essa é uma atribuição do Poder Executivo, mas, como o povo não analisa profundamente a política, não se aprofunda na Constituição etc., acha que o aumento é ocorre porque os Parlamentares não se preocupam em evitar o aumento.

Há também o exemplo do aumento de salários. V. Ex^a acabou de falar aqui sobre aposentadoria. Nós estamos lutando aqui há quanto tempo para acabar com fator previdenciário e não conseguimos? E não conseguimos por quê? Porque, infelizmente, temos um modelo no qual não há efetivamente equilíbrio entre os Três Poderes, como deve acontecer no regime republicano.

Quero chamar atenção para este artigo. Aqueles que puderem lê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, permita-me interrompê-lo antes de V. Ex^a iniciar o artigo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria apenas de registrar a presença entre nós dos alunos de Relações Públicas da Universidade Federal de Goiânia. Sejam bem-vindos!

Temos o Senador Mozarildo na tribuna e o Senador Alvaro Dias no plenário, esperando para fazer o seu pronunciamento. Com certeza, vocês estão assistindo ao discurso de um grande Senador e assistirão ao discurso de outro grande Senador, que vai falar em seguida.

Sejam bem-vindos.

Senador Mozarildo com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – É uma honra ter uma plateia tão seleta aqui neste momento, porque não estou falando para uma categoria apenas de brasileiros. Aquelas pessoas mais intelectualizadas têm de ter uma atitude menos egoísta e ir além do pensamento “Eu estou cuidando de mim”. Não, vamos cuidar também do vizinho, do amigo, do seu empregado, daquele que talvez não tenha tido oportunidade de estudar, de se informar melhor, e mostrar a importância, por exemplo, do voto.

O voto não pode ser uma mercadoria negociável. Há, aliás, uma frase que vem aparecendo muito no Facebook: “Voto não tem preço, tem consequência.” Votos mal dados têm consequência e, nesse sentido, pergunto a vocês: quem compra voto, quem usa de mecanismos outros para se eleger, que compromisso moral tem com o Município, com o Estado ou com o País? Nenhum! E, se a população se desinteressa da política, evidentemente isso só vai piorar.

Então, está na Constituição que “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Mas, para emanar do povo, é preciso que o povo escolha adequadamente os seus representantes. Pode errar? Pode, eventualmente pode errar, mas também pode, em seguida, tirar. É verdade que, nas campanhas políticas, as coisas hoje são tão bem fabricadas que se vendem imagens que, depois, não se revelam verdadeiras. Mas a essência do regime democrático é que ninguém é eleito para mandato vitalício, mas com mandato certo.

Quero aqui também fazer o registro, Senador Paim, de algumas matérias de jornais do meu estado. Esteve em visita ao meu Estado a Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que disse que “O Tribunal Superior Eleitoral não vai tolerar a compra de votos”.

Muito oportuno que ela tenha dito isso em Roraima, porque, na última eleição, o que se viu foi uma desvergonhada e escancarada compra de votos na eleição. Denunciado, o Governador foi cassado lá e foi absolvido no TSE, aqui, por uma questão de processualística, de erro formal do processo, mas está com outros processos para serem julgados.

A Presidente disse que ter tolerância zero com a compra de votos, e os dirigentes de entidades que irão fiscalizar entidades da sociedade civil dizem que não acreditam em tolerância zero nas eleições de 2012. Por quê? Porque não viram isso na eleição de 2010. Mas, na minha cabeça de médico é o seguinte: você não pode perder a esperança diante de um quadro que pode parecer sem jeito, de um paciente que está desenganado; se você não insistir, ele morre mesmo. Então, nós temos que lutar, temos que brigar para que, de fato, a nossa democracia se consolide, que avance cada vez mais e que se aprimore cada vez mais. Mas depende, sim, Senador Paim, depende, Senador Álvaro Dias, da conscientização do eleitor.

É verdade que se diz que camadas vulneráveis, aquelas pessoas que estão passando fome, ficam realmente a mercê desses favores, mas eu também conheço muita gente rica que negocia voto, que participa e, inclusive, financia fraudes.

Eu gostaria de frisar, aqui, que, por coincidência, hoje haverá um jantar em homenagem aos 50 anos da Associação Brasileira das Estações de Rádio e Televisão e também homenageando os 90 anos de rádio no Brasil. E, já que estou falando de democracia, não pode haver democracia se não houver liberdade de imprensa. É preciso haver a ampla liberdade de imprensa para que aqueles profissionais possam, de fato, fiscalizar todos os agentes públicos.

Se não fosse a imprensa, não teria vindo à tona aquele escândalo do seu Waldomiro com o seu Cachoeira, lá atrás, que deu origem à CPI dos Bingos. O seu Cachoeira já estava ali envolvido. Eu fui Vice-Presidente da CPI dos Bingos, e o seu Cachoeira foi indiciado. Bem, indiciado não é o caso, mas seu nome foi relacionado e enviado para o Ministério Público. E de lá se desencadeou uma série de investigações. E o que se descobriu agora? Uma verdadeira metástase de corrupção pelo Brasil todo. Desculpem-me o termo médico metástase. É o espraiamento, o agigantado da doença, no País todo, provocado por um conjunto de empresas.

Veja, Senador Paim, se não fosse a democracia, essas coisas seriam descobertas? Não! É evidente que não, porque essas empresas corruptas estariam beneficiando o ditador ou a ditadura de plantão, como aconteceu nesses países de que estamos vendo re-

centemente saírem os tiranos, que estavam ali há décadas, milionários, com contas fabulosas, palácios e propriedades imensas. Então, é muito importante que o povo entenda que está nas mãos dele, por meio do voto, a possibilidade de mudar para melhor este País.

Eu quero encerrar, para não me estender muito, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição das matérias a que me referi e também de uma matéria referente à história da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

É muito importante que a Abert esteja atenta e na luta para evitar qualquer artifício de controle da imprensa através do nome que se queira dar, mas é melhor uma imprensa livre, que cometa até excessos – para o que existe a lei –, a uma imprensa amordaçada ou uma imprensa “chapa-branca”, que só diga aquilo que agrada a quem esteja no poder. Não estou falando, aqui, do atual Governo; estou falando, em tese, de uma questão da democracia e do Estado brasileiro.

Portanto, acho muito importante e oportuno que o Senado esteja fazendo esse ciclo de palestras, esses seminários. É importante mesmo que discutamos, que tragamos esse tema aqui para a tribuna e que levemos, Senador Paim, para os jovens, para as camadas sindicais e para todos os setores da sociedade a importância de mantermos a democracia, porque, como disse, aqui, esse filósofo, o povo sonha com o poder, quando é governado por tiranos, mas se recusa a assumi-lo quando alcança a democracia. É interessante essa frase, que significa que, quando estamos oprimidos, o povo quer assumir o poder, mas, quando alcança a democracia, relaxa e deixa a coisa correr frouxa.

É por isso que fiz questão de fazer este pronunciamento, hoje, quando se comemoram os 50 anos da Abert e os 90 anos de existência do rádio no Brasil. Portanto, o pedido de transcrição.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Desinteresse por Política Ameaça Democracia

O filósofo francês Francis Wolff é um ardoroso defensor da democracia, mas evita o romantismo ao analisar aquele que é tido como fonte e sustentáculo dos regimes democráticos:

– O povo está para a democracia como Don Juan está para as mulheres: a conquista mobiliza toda a sua energia, mas a posse o entedia – costuma observar, em tom bem humorado, aos seus alunos da Escola Normal Superior de Paris.

Autor de livros como Aristóteles e a Política e Dizer o Mundo, Wolff fará nesta quarta-feira (20) a primeira palestra do ciclo de debates Fórum Senado Brasil 2012.

Como se pode notar pela comparação em que remete ao lendário sedutor espanhol, um dos alvos da filosofia de Wolff é o apolitismo. Na opinião do filósofo, o desinteresse dos cidadãos pela política ameaça a democracia, ao fomentar entre outros males a ação do que chama de “políticos profissionais”. Livre de cobranças, esse grupo teria o hábito de aprovar ou impor medidas descoladas das verdadeiras necessidades e desejos dos cidadãos.

- Quando é governado por um tirano, o povo sonha em conquistar o poder. No entanto, ao alcançar a democracia, recusa-se a exercê-lo e abandona a política – lamenta Francis Wolff, que classifica o distanciamento entre governantes e governados de “negação da democracia”.

Observador da cena política brasileira desde os anos 1980, quando lecionou na Universidade de São Paulo (USP), o filósofo vê de forma positiva o avanço no Brasil dos mecanismos de fiscalização do poder público por meio da internet.

- Cada país precisa encontrar seus próprios remédios – disse Wolff em entrevista a Ricardo Westin, do **Jornal do Senado**.

O que é o apolitismo?

O apolitismo é a recusa dos cidadãos, explícita ou implícita, em participar da vida da comunidade política e das escolhas que essa comunidade faz. É o desinteresse pela coisa pública. Na Europa, o apolitismo se manifesta quando o povo vota em grupos populistas e demagógicos (partidos de extrema direita, xenófobos) e quando se abstém em massa das votações. No Brasil, o apolitismo se manifesta quando os cidadãos se afastam dos políticos. Em vez de entrar no território ligado ao poder, os cidadãos se “retiram” para o território individual, familiar, religioso e até esportivo.

Por que o apolitismo é uma ameaça à democracia?

O distanciamento entre os governantes e os governados é a negação da democracia. É possível que o cidadão nem perceba que, quando ele procura “viver em paz”, sem intrometer-se nos temas públicos, a política acaba se tornando um campo exclusivo dos “políticos profissionais”. Como estão distantes do povo, esses políticos tendem a tomar medidas tecnicistas, orientadas por critérios técnicos, sem levar em consideração as opiniões, os interesses e as vontades da população. No dia a dia, o cidadão não se dá conta disso. Só percebe quando os políticos baixam alguma medida que realmente o prejudica.

O apolitismo pode levar à ditadura?

A possibilidade existe. O apolitismo cria “políticos profissionais”, políticos que não distinguem entre público e privado, políticos corruptos. Isso, por sua vez, estimula partidos populistas e demagógicos a espalhar a ideia de que todos os governantes são corruptos e que é preciso “limpar” a política. Com tais argumentos, podem instaurar a ditadura.

O que leva os cidadãos a recusar a vida política?

O individualismo. Trata-se de um paradoxo, porque o individualismo é uma conquista feliz da democracia e, ao mesmo tempo, sua principal ameaça. A democracia deixa as pessoas livres para realizar, sozinhas, seus objetivos de vida. Mas, justamente por conseguirem preencher suas necessidades sem depender de outras pessoas, elas se preocupam menos com o grupo e se afastam da política – o que abre espaço para os “políticos profissionais”.

De que forma se combate o apolitismo?

Não se trata de obrigar as pessoas a fazer política. Repito: o individualismo é uma das maiores conquistas da democracia. Trata-se de encontrar meios educacionais e institucionais que preencham a distância entre a comunidade e o poder. Pode-se reduzir o apolitismo por meio da educação para a cidadania, nas escolas, e por meio de campanhas. Há também soluções políticas, maneiras institucionais de melhorar o funcionamento da democracia. Para reduzir os votos brancos nas eleições, por exemplo, a Sérvia recentemente decidiu que, quando a porcentagem desse tipo de voto atingir certo patamar, nenhum candidato pode ser eleito. No caso do Brasil, boas medidas são a prestação pública de contas de políticos e governantes, o acesso dos cidadãos pela internet à informação pública e a divulgação de indicadores que permitam comparar gestores públicos. Cada país precisa encontrar seus próprios remédios.

Quando fala do apolitismo, o senhor costuma fazer uma comparação com o personagem Don Juan.

Os momentos em que um povo é mais politizado são os períodos de transição, como o que o Brasil viveu nos anos 1980 e o que certos povos árabes viveram no ano passado. Mas, quando finalmente conquista a democracia, o povo tende a desinteressar-se da política. Eis outro paradoxo. O interesse do povo é conquistar o poder, e não exercê-lo. O povo execra os tiranos, aqueles que exercem o poder contra ele, mas tem horror de exercê-lo ele mesmo. Usa sua liberdade para não ocupar esse lugar. É por isso que digo que o povo está para a democracia assim como Don Juan

está para as mulheres: a conquista mobiliza toda a sua energia, mas a posse o entendia.

O senhor viveu no Brasil nos anos 1980. Do que mais se lembra?

Eu tive a sorte de morar no Brasil entre 1980 e 1984. Peguei desde a Lei da Anistia, no governo Figueiredo, até as grandes manifestações das Diretas Já. No meu voo de Paris para São Paulo, voltavam para o Brasil os últimos intelectuais exilados. Foi a época da minha vida em que mais aprendi do ponto de vista político. Eu sempre escutava que "um povo sem passado nem cultura democrática não está maduro para a democracia". No Brasil, aprendi que isso é bobagem, pura bobagem. O povo brasileiro conseguiu fazer uma transição democrática exemplar, que até agora está absolutamente fiel aos seus objetivos.

O Senado quer estimular a sociedade a refletir criticamente sobre os grandes temas do país e do mundo. Por isso, convidou intelectuais brasileiros e estrangeiros a expor suas visões e debatê-las com o público em Brasília.

Filósofo francês abre, hoje, ciclo de debates no Senado.

O Fórum Senado Brasil 2012 se divide em ciclos de discussão, cada um com um tema específico. O primeiro ciclo começará hoje, com o seminário de Francis Wolff. Ao longo das próximas semanas, 11 seminários abordarão a democracia sob diferentes prismas. O segundo ciclo girará em torno da ciência.

As discussões se darão no auditório do Interlegis, no Senado. Os seminários começarão às 19h. Os interessados poderão inscrever-se pela internet (senado.gov.br/senado/forumsealdo2012).

A entrada será gratuita.

– Muitas vezes, saímos em frenética carreira sem saber aonde queremos chegar. O Senado deseja que paremos por um instante e reflitamos, saímos da inércia. É a partir da reflexão que podemos fazer alguma mudança – diz o embaixador e ex-ministro da Cultura Jerônimo Moscardo, incumbido pelo Senado de planejar e realizar o fórum.

Moscardo lembra que o Congresso dos Estados Unidos é pródigo nas discussões dos grandes temas. Nesta segunda-feira, por exemplo, a Biblioteca do Congresso realizará em Washington um simpósio sobre a democracia baseada no conhecimento.

– No Brasil, as discussões filosóficas costumam ficar restritas às universidades. O Senado pode e deve dar sua contribuição nas grandes questões, e não discutir só os temas pontuais dos projetos de lei. Tem uma massa crítica de proporções extraordinárias. Basta di-

zer que, dos consultores legislativos, 150 têm PhD. O Senado não tem o direito de ser modesto.

O fórum foi criado por decisão do presidente do Senado, José Sarney.

História da Abert

A Abert surge na luta contra os vetos do presidente João Goulart ao Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962. Nesse momento, o empresariado de radiodifusão começa a despertar e parte para um trabalho de esclarecimento da sociedade, por meio de seus congressistas. João Medeiros Calmon, presidente da Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (AESP), que mais tarde se tornaria o primeiro presidente da Abert, liderou um grupo de trabalho que reuniu subsídios para a discussão sobre os vetos. O grupo conseguiu reunir em um encontro histórico no Hotel Nacional, em Brasília, representantes de 213 empresas.

A movimentação era intensa e a conquista de votos em número suficiente para a derrubada dos vetos ao Código foi árdua. Os participantes daquele momento histórico foram responsáveis não só pela derrubada dos vetos, como também pela formação da Associação Brasileira de Empresas de Radiodifusão e Televisão – Abert.

A movimentação

A ausência de uma representação organizada nacionalmente fazia com que os empresários da radiodifusão tivessem apenas uma atuação regional, por intermédio dos sindicatos. Radiodifusão era sinônimo de Diários e Emissoras Associados, de propriedade do empresário Assis Chateaubriand, que acabou se transformando em interlocutor informal do setor com o Governo e com a sociedade. A falta de unicidade, no entanto, permitiu que outros interlocutores surgissem nesse processo. É o caso da Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (AESP) e do Sindicato das Empresas Proprietárias.

Além da AESP, existiam ainda quatro associações estaduais – Associação Bahiana de Radiodifusão (ABART), Associação Paraense de Emissoras de Rádio e Televisão (APERT), Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco (ASSERP) e do Ceará (APERTEC/CE). A política em defesa da classe era tímida, por um lado pela falta de sintonia entre as empresas paulistas e cariocas, por outro pela inexistência de uma conscientização do empresariado sobre a necessidade da formação de uma classe homogênea e unida.

O empresariado da radiodifusão só começou a se mobilizar depois do início dos debates da classe

em torno do projeto que previa a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações.

A fundação

A Associação foi fundada no dia 27 de novembro de 1962, dia da apreciação dos vetos. A vitória foi total: a classe passava a existir como sociedade civil e todos os 52 vetos foram derrubados. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert nasce como uma sociedade civil sem fins econômicos, de duração indeterminada, constituída por empresas de radiodifusão autorizadas a funcionar no País e por outras pessoas físicas e jurídicas com vínculos e participação no setor. Como principal objetivo, a defesa da liberdade de expressão, em todas as suas formas, bem como dos interesses das emissoras de radiodifusão, suas prerrogativas como executoras de serviços de interesse público, assim como seus direitos e garantias.

A primeira diretoria

A primeira sede foi instalada em uma pequena sala no Centro do Rio de Janeiro. Brasília estava dando os primeiros passos. A primeira tarefa era consolidar a euforia da fundação. O objetivo do grupo era manter a unidade e a combatividade da classe, além de dar um sentido profissional às atividades da Associação.

João Calmon foi eleito o primeiro presidente da Abert, como homenagem e reconhecimento ao seu trabalho na AESP e na luta pela derrubada dos vetos. A primeira diretoria obedeceu a um critério geográfico, fórmula de consenso que evitava o predomínio dos Diários Associados sobre a Abert.

Os estatutos da entidade foram aprovados com base em um anteprojeto elaborado por uma comissão formada por Nagib Chede, Clóvis Ramalhete, José Carlos Rao, Ernesto Gurgel Valente, José de Almeida Castro, Assuero Costa, José Pires Sabóia Filho, Flávio Parente e Vicente Rao.

III Congresso Brasileiro de Radiodifusão

O trabalho da primeira diretoria resultou no III Congresso Brasileiro de Radiodifusão, em outubro de 1964, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Presidido por João Calmon, o Congresso elaborou e aprovou o primeiro Código de Ética da Radiodifusão, baseado em um anteprojeto de Clóvis Ramalhete, aprovou o esboço de anteprojeto da regulamentação da profissão de radialista e iniciou a luta pela regulamentação de uma cobrança justa de direitos autorais.

O Código de Ética foi seguido até setembro de 1980, quando o XII Congresso Brasileiro de Radiodifusão aprovou um novo estatuto. O novo Código sofreu diversas alterações em 1983, 1984 e 1991, até ter sua redação atual aprovada, em Assembleia – Geral Ex-

traordinária realizada na data de 8 de julho de 1993 em Brasília.

Medalha do Mérito da Radiodifusão

As Medalhas do Mérito da Radiodifusão e Assis Chateaubriand, são uma homenagem da ABERT a empresários e personalidades do rádio e da televisão.

Com a outorga das medalhas a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, presta homenagem a profissionais do setor que possuam, no mínimo, cinco anos de serviços prestados à causa e que tenham contribuído com trabalhos nos campos científicos, técnico, artístico do rádio e da TV. As medalhas também são concedidas a personalidades e empresários que contribuíram ou tenham prestado serviços relevantes a radiodifusão brasileira.

A entrega das Medalhas acontece durante a abertura dos Congressos Brasileiro de Radiodifusão, de dois em dois anos.

As medalhas do Mérito da Radiodifusão e Assis Chateaubriand, esta uma láurea póstuma, foram criadas no ano de 1966, durante a quarta edição do Congresso Brasileiro de Radiodifusão, realizada em Salvador, estando no exercido da Presidência do Dr. João de Medeiros Calmon (1962-1970).

As diretorias durante o governo militar

Dr. João Jorge Saad – 1970-1972

Dr. Adalberto de Barros Nunes – 1972-1974 Dr. José de Almeida Castro – 1974-1978 Dr. Carlos Cordeiro de Mello – 1978-1980

Mudança de sede

Em 1978, a Abert inicia um novo capítulo na sua história ao mudar a sede para Brasília. A mudança moveu o fortalecimento da Associação como entidade de representação do setor de radiodifusão brasileiro junto aos organismos governamentais.

No campo internacional, o período foi marcado pela mudança da Associação Interamericana de Radiodifusão (AIR) que foi transformada em Associação Internacional de Radiodifusão (AIR), formada por associações nacionais. Enquanto isso, a Abert promovia o fortalecimento das associações estaduais, iniciativa que foi positiva tanto para o âmbito nacional quanto para o regional, mostrando o valor da unidade.

Presidentes profissionais da radiodifusão

Após alguns períodos de crise e dissidências, recomeçam os mandatos de presidentes profissionais da radiodifusão: o primeiro foi Paulo Machado de Carvalho Filho (1980-82), sucedido por Joaquim Mendonça, que ocupou o cargo por nove mandatos.

Em 1985, o País volta ao regime democrático com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Tancredo adoece na véspera da posse e José Sarney assume o cargo. Em 21 de abril de 1985, com a morte de Tancredo Neves e José Sarney assume definitivamente. Em 18 de junho de 1985, envia ao Congresso Nacional a mensagem Presidencial de nº 330, que resultaria na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, convocando a Assembleia Nacional Constituinte.

Assembleia Nacional Constituinte

Em 2 de fevereiro de 1987, o deputado Ulysses Guimarães toma posse como presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Todos os segmentos da sociedade se movimentam para garantir os seus direitos na nova Carta.

A Abert participa ativamente da elaboração do Capítulo V, que trata da Comunicação Social na nova Constituição. Ficam garantidas a liberdade de expressão e informação. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens será privativa de brasileiros natos ou naturalizados. É proibida toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Em 2000, no final da administração de Joaquim Mendonça, o governo regulamenta resarcimento fiscal pela veiculação da propaganda eleitoral.

Novo século

Em 31 de agosto de 2000 foi eleito presidente da Abert Paulo Machado de Carvalho Neto, radialista desde os 14 anos e membro ativo da diretoria da associação desde 1998. As lutas agora são outras. Os principais temas são as rádios comunitárias, as "ilegais" e as televisões comunitárias, as restrições à propaganda de produtos fumígeros, a Classificação Indicativa (prevista na Constituição de 1988), a flexibilização do horário de veiculação da Voz do Brasil, a regionalização do conteúdo para a produção de programação das televisões e a negociação entre o Ecad e a Abert para descontos no recolhimento dos direitos autorais. Começam as discussões sobre a implantação da rádio digital.

Em fevereiro de 2002, a direção da Abert é surpreendida com a publicação de um comunicado, em alguns jornais de circulação nacional, no qual as cabeças de rede de televisão (SBT, Record e Bandeirantes) afirmam que a entidade não as representa e se desligam dos quadros de associados. As redes anunciam a criação de uma nova entidade de classe de âmbito nacional.

Ainda em 2002, é implantado o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988,

que tem como representantes da empresas de rádio, Paulo Machado de Carvalho Neto e Emanuel Soares Carneiro. Os representantes das empresas de televisão são Roberto Wagner Monteiro e Flávio de Castro Martinez. Também começa a ser discutido o padrão de TV Digital que será adotado pelo Brasil. Paulo Machado de Carvalho Neto presidiu a Abert até 2004.

Desafios realizados

Em agosto de 2004, assume a presidência da Abert José Inácio Gennari Pizani, radialista, fundador do Sistema Clube de Comunicação Ltda. Foi vice-presidente (1982-2001) e presidente (2001-2004) da AESP – Associação das Emissoras de Rádio e TV do Estado de São Paulo.

Em 1º de novembro de 2004, depois de muitos anos de luta, a Abert assina convênio com o ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. O convênio estabelece regras, critérios e parâmetros para a radiodifusão de obras do repertório do Escritório Central, além de propiciar a cada associada da Abert um desconto de 25% no valor que seria normalmente cobrado a título de retribuição autoral, o que é de suma importância para a grande maioria das associadas.

A Abert continua participando ativamente dos grupos de trabalho para a implantação da rádio e da TV Digital.

Em 2006, o Ministério das Comunicações expede uma portaria que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. E determina que, no prazo de dois anos, os recursos previstos e obrigatórios serão: Legenda Oculta (closed caption), Janela para Linguagem de Sinais (Libras), Descrição das Cenas e Dublagem.

A Abert alerta seus filiados de que vários levantamentos efetuados, relativos aos custos de implantação de recursos em geradoras e retransmissoras, indicam que as emissoras terão enorme dificuldade para cumprir o que determina a portaria. Para emissoras médias e pequenas a demanda beiraria o impossível.

A entidade consulta o Ministério das Comunicações sobre a possibilidade da implantação dessas ferramentas somente após a implantação da TV Digital e consegue mais um prazo.

Ainda em 2006, a gestão de José Inácio Gennari Pizani aprova o novo Estatuto da entidade.

Novos desafios

Em agosto de 2006, assume Daniel Pimentel Slaviero. O novo presidente iniciou suas atividades profissionais em radiodifusão nas emissoras que compõe o GPP – Grupo Paulo Pimentel, afiliada ao SBT no

Paraná. Foi vice-presidente da Abert e vice-presidente para América Latina da AIR – Associação International Radiodifusão.

SBT e Record retornam à Abert após um esforço conjunto dos presidentes anteriores. Juntas, SBT e Record congregam 205 emissoras geradoras e retransmissoras em todo o Brasil, sendo 107 ligadas ao SBT e 98 à Record. O retorno dessas cabeças de rede à Abert amplia ainda mais a sua representatividade, que hoje possui entre seus associados, 2,4 mil emissoras de rádio e 320 geradoras de televisão, incluindo Globo, SBT, Bandeirantes, Record, Rede Vida, MTV.

Depois de intensas negociações, a Abert é bem sucedida no processo de desoneração de impostos de equipamentos para a TV Digital. O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ aprova a concessão de incentivo fiscal estabelecendo a desoneração de ICMS sobre a importação de equipamentos, sem similar nacional, efetuada por empresa de radiodifusão de recepção livre e gratuita (Convênio ICMS 10 de 30-3-2007).

A Abert assimilou o valor da unidade ao longo de sua história e por meio de suas muitas lutas. Essa atuação ativa permite que a Abert represente hoje pequenos empresários de fora do eixo Rio-São Paulo.

Daniel Pimentel Slaviero tem ainda como desafios a luta da entidade na busca do melhor padrão de Rádio Digital para o Brasil (Iboc), o início da operação da TV Digital, e a Convergência Tecnológica.

Conheça a Abert

Atualmente, a Abert é assessorada por um Conselho Técnico composto por 14 engenheiros e pelas assessorias Parlamentar, Jurídica, de Imprensa e Técnica.

Assessoria Parlamentar

A assessoria parlamentar tem como objetivo fazer o acompanhamento de todas as matérias de interesse da radiodifusão brasileira em tramitação na Câmara e Senado Federal. O trabalho requer a elaboração de informações, monitoramento, análise, classificação e atualização de todos os assuntos de interesse do setor. Cabe a essa assessoria a tarefa de representar a Abert junto a parlamentares, consultores e assessores do Poder Legislativo Federal, fazendo com que a Associação esteja presente em todos os espaços de diálogo no âmbito das duas Casas do Congresso Nacional. Além disso, o segmento também é responsável pelo atendimento e diálogo com as entidades estaduais e os associados. A assessoria é composta por Adolfo Fernandes.

Assessoria Jurídica

Entre algumas de suas funções está a de assessorar a diretoria e as demais assessorias da Abert em

todos os assuntos relativos à radiodifusão. A assessoria jurídica representa a entidade nos processos judiciais e administrativos, além de assessorar os afiliados da Abert em questões jurídicas. Também tem como atribuição o acompanhamento de consultas públicas e grupos de trabalho que discutam assuntos de interesse da categoria. A assessoria é composta por Rodolfo Machado Moura e Gabriel Henrique Pena Costa.

Assessoria de Imprensa

O objetivo da assessoria de imprensa é fazer com que a Abert garanta uma exposição adequada de sua imagem nos veículos de comunicação, estimulando a parceria entre a imprensa e a entidade. Uma forma de conseguir isso é a produção de pautas sobre a Abert que possam ser trabalhadas com o objetivo de transformar a Associação em uma fonte confiável para os meios de comunicação. A assessoria é feita por Théo Rochefort, Joana Paula e Carolina Krause.

Assessoria Técnica

Uma das funções da assessoria técnica é promover a atualização de técnicos e engenheiros da radiodifusão. Ela também elabora pareceres técnicos sobre temas e questões que afetam a radiodifusão, em atendimento à diretoria e aos radiodifusores. Além disso, é responsável pela representação da Abert em fóruns nacionais e internacionais de discussão técnica, participando da elaboração de documentação técnica junto aos órgãos federais. Outro trabalho desempenhado por essa assessoria é a defesa e preservação de faixas de frequências atribuídas ao serviço de radiodifusão e seus serviços auxiliares. A assessoria é composta por Ronald Barbosa e Djalma Ferreira.

Dirigentes de entidades não acreditam em “tolerância zero” nas eleições 2012

A afirmação da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármem Lúcia, de tolerância zero a qualquer forma de corrupção eleitoral, durante sua passagem por Roraima, na última segunda-feira, dia 18, não foi encarada com ânimo por dirigentes de entidades locais. Procurados pela Folha, todos foram unâmindes em afirmar que a população roraimense está descrente e que a prática da compra de votos ainda continua arraigada nos quatro cantos do Estado.

O coordenador do Comitê de Combate a Corrupção Eleitoral, João Franco, tratou do tema na abertura do programa de rádio que mantém em uma rádio da capital. Segundo ele, “o povo está completamente desiludido com a Justiça Eleitoral”. “O Comitê encaminhou muitas provas com áudio e vídeo de corrupção eleitoral em alto nível. Mandamos para o TSE. A própria atual presidente recebeu. Todos os órgãos de fiscalização

e combate a corrupção no Brasil receberam o dossier, mas não vemos resultado", disse.

Na avaliação do coordenador, a ministra não veio a Roraima puramente por cortesia, mas porque as denúncias locais são complexas, e era preciso uma aproximação com a Corte Regional para conhecer a realidade do Estado. "Ela (Cármén Lúcia) veio aqui saber o que está acontecendo. As denúncias não são simples. São circunstanciadas com provas e as figuras que cometem crimes eleitorais continuam no poder", salientou.

Josinaldo Barbosa: "Se esperarmos pela Justiça, vamos continuar presenciando eleições marcadas por atos de corrupção"

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinter), Josimar Barbosa, acredita que o processo de conscientização deve partir do próprio eleitor, e acha pouco provável que esse entendimento seja seguido, mesmo com a iniciativa positiva da Justiça Eleitoral. "O político compra porque acha quem está disponível a vender. É preciso que cada cidadão não só deixe de vender seu voto, mas esteja envolvido no processo de construção de uma nova mentalidade, para assim poder exigir dos poderes constituídos uma tramitação processual coerente e ágil, necessária para combater os casos comprovados de corrupção eleitoral", frisou.

Josimar explicou que não acredita que apenas a iniciativa da Justiça Eleitoral seja o suficiente para resultar em eleições limpas, mas que apenas a sociedade possa ser a protagonista desse processo. "Se esperarmos pela Justiça, vamos continuar presenciando eleições marcadas por atos de corrupção. Enquanto a sociedade não se mobilizar e conscientizar que não basta votar, mas se envolver no processo permanente por eleições limpas, vamos ter resultados como nas eleições passadas, e por mais 500 anos", comentou.

Oneildo Ferreira: "A morosidade da Justiça diminui a crença, a esperança, que a população tem e às vezes incentiva quem comete a fraude"

Também o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima, Oneildo Ferreira, afirma que a população está descrente. Contudo, entende que a declaração da ministra, referência de autoridade, deva ser encarada como um estímulo para o combate a ilícitos. "Acredito que deve ser uma motivação para que possamos combater abusos de poder político e econômico, aliciamento de eleitores. Então, partindo da presidente do TSE, é um incentivo à população que também procura inibir essas fraudes", analisou.

A declaração da ministra, conforme Oneildo, também deve servir de alerta para candidatos, de que os órgãos fiscalizadores planejam em termos de ações

para o pleito deste ano. "Acho que vão trabalhar de forma ostensiva para inibir de forma progressiva os excessos", disse. A impunidade, frisou o presidente, acaba incentivando o cometimento dos crimes.

A demora no andamento dos processos eleitorais também soa negativo, na opinião do causídico. "A morosidade da Justiça diminui a crença, a esperança, que a população tem e às vezes incentiva quem comete a fraude, por que acreditam que podem postergar a punição", concluiu.

Em Roraima, presidente do TSE diz que não vai tolerar compra de votos

"Tolerância zero contra a corrupção eleitoral". Esse foi o tom do discurso da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármén Lúcia, durante sua rápida passagem por Roraima, na manhã de ontem. A viagem a Pacaraima, inicialmente confirmada pela comitiva da ministra, teve que ser cancelada devido a compromissos em Brasília no horário da tarde. Segundo ela, "tudo o que chegar ao conhecimento da Justiça Eleitoral e for comprovado, será devidamente julgado e punido na forma da lei".

Cármem Lúcia chegou ao estado por volta das 10h, na Base Aérea de Boa Vista, e foi recepcionada pela presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR), desembargadora Tânia Vasconcelos, e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lúpercino Nogueira.

Na sede da Corte Regional, a ministra assistiu a uma apresentação teatral feita por adolescentes do município de São João da Baliza, sobre voto consciente, e em seguida dirigiu uma reunião, a portas fechadas, com juízes, promotores e procuradores eleitorais. Na pauta, o processo eleitoral deste ano, e as possíveis dificuldades enfrentadas em Roraima.

À imprensa, Cármén Lúcia salientou que a passagem por Roraima foi uma cortesia, estendida aos tribunais regionais de todo o país. Ela já passou por cinco estados até o momento, e pretende visitar todas as unidades da federação até a realização do pleito, em outubro.

Questionada sobre estratégias para dar mais celeridade ao julgamento de demandas eleitorais, ela informou que trabalha para a implantação do Processo Judicial Eletrônico, o que poderá reduzir o tempo de tramitação de ações de cassação eleitoral, por exemplo. "Já estamos tentando dar maior celeridade ao processo, essas ações que não foram definitivamente concluídas se referem a processos cujos recursos foram se repetindo, e com isso, não se conseguiu obter a finalização, a coisa julgada. Estamos acelerando cada vez mais e empenhados em implantar o processo judicial

eletrônico que vai fazer com que eventuais demoras, até no deslocamento de processo, não aconteçam e possamos dar uma resposta", comentou.

Sobre o fato de Roraima ter sido destaque nacional no que diz respeito à compra de votos, a ministra disse não fazer diferenças entre os estados, independente dos indícios de corrupção eleitoral. "Estou percorrendo todos os estados brasileiros, não há nenhuma diferença nesse momento. Qualquer forma de captação ilícita de votos, de qualquer eiva, qualquer mácula de corrupção será, de forma rigorosa, contundente e reiterada, negada pela Justiça Eleitoral. Temos todo o empenho de que a eleições se passem de maneira proba, limpa e honesta. A Lei da Ficha Limpa veio exatamente para deixar claro que a sociedade não suporta mais qualquer forma de corrupção, e a Justiça Eleitoral será implacável na apuração de qualquer denuncia", ressaltou.

A presidente do TRE, Tânia Vasconcelos, avaliou a reunião como positiva. "Ela (ministra) veio para nos conscientizar do apoio do TSE para o pleito de 2012. Estamos juntos para que o pleito ocorra na maior tranquilidade", disse.

Quanto à corrupção eleitoral, Tânia admitiu ser um desafio enfrentado a cada nova eleição, mas disse que a atuação da Justiça Eleitoral será nos moldes do que o TSE determina. "A tolerância continua zero", concluiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Ao mesmo tempo, cumprimento V. Ex^a pelo importante pronunciamento, exigindo transparência absoluta em todos os atos, em todos os fatos, e uma imprensa livre. E lembrou o aniversário da Abert. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento, que só vem, nestes tempos, fortalecer a democracia direta!

O Senador Alvaro Dias já está convidado a ir à tribuna; enquanto isso, fico comentando o importante pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Mas o tempo agora é todo seu para o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar do esvaziamento do Congresso Nacional, nestes dias em que as atenções estão voltadas para os problemas globais em discussão no Rio de Janeiro, na Rio+20, a economia brasileira ficou em plano secundário. Mas é preciso que todos nos preocupemos com os acontecimentos que dizem respeito a ela.

Até agora não se ouviu do Governo ou da Presidente ou mesmo do Ministro Mantega nenhuma explicação sobre as razões de ter a situação piorado tanto em tão pouco tempo. Os indicadores econômicos são

preocupantes. Vale recordar que, até há bem pouco tempo, a Presidente da República propagandeava aos quatro ventos que a economia brasileira aceleraria neste ano. A Presidente não falava sozinha; o Ministro da Fazenda apostava ainda mais alto e previa crescimento de 5% em 2012. De repente, de forma sorrateira, o discurso do Governo foi mudando. As projeções fantasiosas de dias atrás foram sendo abandonadas, sem, contudo, merecerem qualquer explicação oficial do Governo.

A portas fechadas, em encontro com governadores, na semana passada, a Presidente Dilma disse não enxergar luz no fim do túnel para a crise europeia. Foi uma forma de dizer que, por aqui, a escuridão também deve preocupar.

Já se aceita que o desempenho da economia brasileira neste ano deverá ficar aquém até mesmo dos 2,7% do PIB do ano passado, que foi pífio. No boletim *Focus*, divulgado pelo Banco Central, os prognósticos despencaram. A previsão prevalecente entre analistas financeiros agora é de que o PIB crescerá apenas 2,3% em 2012. Mas o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, desde a semana passada, vem duvidando dessas previsões da pesquisa *Focus*. Após a divulgação do resultado das contas nacionais no primeiro trimestre deste ano, a equipe do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas revisou sua previsão de crescimento do PIB para 2012 de 3% para 1,8%.

O resultado ruim da indústria já não é novidade. O que mudou no cenário econômico brasileiro é que o setor de serviços dá sinais de perda de fôlego, e o quadro de investimentos se agravou. "Os investimentos estão muito fracos", diz a Fundação Getúlio Vargas.

Ainda segundo a Fundação, o problema do Brasil não é crescer pouco; o grande problema é o descasamento entre o consumo das famílias e do Governo frente à evolução do investimento. O investimento está negativo há três trimestres e é o consumo que continua sustentando algum crescimento.

Essa armadilha é complicada e a previsão é de que a taxa de investimentos cresça 0,4% em 2012.

O setor de serviços é o segundo grande fator que levou o Instituto da Fundação Getúlio Vargas a rever a sua previsão para o PIB. O índice de confiança apurado recuou significativamente, se comparado com o mesmo período do ano passado.

O setor que mais emprega no País começo a ficar menos otimista. Se a economia não reagir, teremos um impacto sobre o emprego do setor, e esse fator, somado à alavancagem das famílias que estão mais inadimplentes, pode-se tornar um problema maior.

Não são apenas as projeções que azedaram. A economia real continua amarga no segundo trimestre: de acordo com a prévia do PIB divulgada pelo Banco Central na sexta-feira, em maio a economia caiu 0,02% sobre o mesmo mês de 2011, na primeira queda neste tipo de comparação desde setembro de 2009. No acumulado em 12 meses, o crescimento é de 1,65%. Ocorre que o Governo brasileiro apostou alto numa única estratégia: a do aumento do consumo, parecendo julgar que a curva ascendente verificada nos últimos anos poderia perdurar para sempre. Descuidou, neste ínterim, de incentivar os investimentos e os empreendimentos privados.

Com as vendas no comércio já refluindo, o Governo simplesmente ignorou que o consumidor tem limites para se endividar. Estrilou quando a federação que representa os bancos fez um alerta nessa direção, mostrando que não bastaria os juros baixarem na marra, se o tomador não quer beber da água da dívida.

Eros acontecem. O que não se admite é a insistência neles, a despeito de todos os alertas em contrário. Não é de hoje que o Governo vem sendo criticado pelo seu samba de uma nota só na economia, o do incentivo ao consumo desenfreado – e justamente no momento em que o mundo todo discute como tornar o planeta mais sustentável e menos agredido pelos excessos.

Não é de hoje também que se pede mais celeridade para destravar investimentos privados, concessões, parcerias público-privadas no País. Mas, aos apelos, novamente a gestão petista responde com promessas tardias, voltadas agora a incitar o “espírito animal” do empresariado apenas, porém, no ano que vem, porque neste Inês já é morta.

Em dezembro, Mantega falava que havíamos batido “no fundo do poço” e começáramos a decolar. Meses depois, afirmou que “ter 2,7% como piso de crescimento é muito bom”. Em ambos os casos errou feio, mas nem na primeira nem na segunda ocasião foi desautorizado pela Presidente da República. Caberia agora a ambos justificar por que alcançar o “pibinho” de 2011 tornou-se tarefa impossível.

As avaliações e alertas dos especialistas não devem passar

despercebidas. A competente Miriam Leitão, credenciada jornalista da área econômica e de negócios, no último fim de semana, trouxe à reflexão alguns atos que rondam o nosso sistema financeiro. Ela chama atenção para o fato de que, apesar da inquestionável solidez do sistema financeiro brasileiro, alguns fatos recentes demonstram que a conjuntura já não exibe sinais tão favoráveis.

A jornalista destaca que foram usados R\$9 bilhões pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para cobrir

rombos e fraudes em cinco bancos: PanAmerican, Morada, Schahin, Matone e Cruzeiro do Sul.

Ela ilustra sua análise afirmando que a conta do banco Cruzeiro

do Sul está em aberto porque o banco tem R\$ 1,5 bilhão de fundos de pensão e pode não ter como honrar.

Vejamos o histórico traçado por Miriam Leitão: o Morada foi liquidado com um rombo de R\$ 100 milhões, o PanAmerican recebeu R\$ 4,3 bilhões de empréstimos para cobrir as fraudes. O buraco no Cruzeiro do Sul está até agora em R\$1,3 bilhão. O banco Schahin foi absorvido pelo BMG, mas com a ajuda de um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão do Fundo Garantidor de Crédito. O Banco Original, do grupo JBS, absorveu o Matone com um crédito de R\$1,8 bilhão. São movimentações atípicas e que, no turbilhão do nosso cotidiano, passam despercebidas.

Vale recordar que, pouco antes de quebrar, a Caixa Econômica Federal havia injetado quase R\$ 800 milhões na compra de 49% do capital votante do PanAmerican. Uma operação rigorosamente nebulosa e de contornos políticos controversos. Neste momento, a Caixa está capitalizando o PanAmerican.

Com lucidez, a comentarista ressalta que o custo real de todos esses abalos do sistema financeiro nacional ainda não pode ser dimensionado com exatidão. Fatalmente, a conta será maior do que os R\$9 bilhões usados do Fundo Garantidor de Crédito para salvar inúmeras instituições financeiras.

Numa sequência de crescimento minguado, inadimplência crescente, famílias se endividando, empresas reduzindo investimentos, o real se valorizando, juros caindo, cenário atual da nossa economia, o acesso dos bancos médios ao interbancário foi prejudicado. Os bancos estão sendo afetados de diversas maneiras pela virada na economia brasileira e a piora da crise na Europa.

As ações do setor financeiro têm o terceiro pior resultado da bolsa, com queda de 3,2%; mas, de março para cá, a queda é maior, o Banco do Brasil perdeu 34% do seu valor em bolsa nesse período; o Itaú, 21%, o Bradesco, 8,6% – só para ficar entre os maiores bancos. A queda reflete a expectativa de investidores de rentabilidade e lucro menores pela frente.

Consideramos importante nesse trecho o seguinte:

Incapaz de executar investimentos federais previstos no orçamento, o Governo estimula o crescimento via consumo.

No último lance, por exemplo, o Governo incentivou os Estados a investirem, via endividamento de R\$20 bilhões. No caso do consumo, depois de mais de três anos de expansão

forte do crédito, que acelerou a partir de 2009, a tendência dos bancos privados é serem mais rigorosos na concessão e garantir liquidez.

A Presidente anunciou há poucos dias o endividamento de mais R\$20 bilhões para os Estados brasileiros. Ou seja, parece que estamos retornando a tempos que ficaram no passado, em que a irresponsabilidade do endividamento público empurrava o País para o caos econômico, com a inflação galopante que aterrorizava as famílias brasileiras até o golpe fatal dado pelo Plano Real.

O crédito, como proporção do PIB, saltou de 40,5% para 49,6%, de janeiro de 2009 a abril de 2012. O saldo de recursos emprestados cresceu a uma velocidade que oscilou de 15% a 21% de 2010 para cá. O crédito direcionado chegou a crescer 30% num período de 12 meses.

O estoque de crédito inadimplente subiu 35% nos 12 meses até abril. A provisão que os bancos têm que fazer para o crédito podre, que está inadimplente há mais de 180 dias, disparou 24% no período. O comprometimento mensal da renda das famílias chegou a 22%, isso sem contar financiamentos feitos via crediários em lojas, que não são contabilizados pelo Banco Central. A inadimplência das pessoas físicas chegou a 7,6% em abril.

Em que pese os analistas econômicos afirmarem que não há problemas no sistema financeiro brasileiro, é inegável que a conjuntura mudou.

O cenário não é mais o céu de brigadeiro. Temos a Europa com problemas, grandes empresas no Brasil adiando investimentos, o governo não consegue investir, a inadimplência da pessoa física subiu, o endividamento das famílias está elevado – avaliação do analista da Austin Rating Luís Miguel Santacreu, citado por Miriam Leitão.

O outro alerta: os empréstimos consignados têm sido um problema para bancos pequenos e médios, segundo Luís Miguel Santacreu.

Embora a inadimplência seja baixa, o retorno sobre o capital é menor e de longo prazo. É preciso captação constante por parte dos bancos para girar essas carteiras. A crise na Europa diminuiu a liquidez; as fraudes em carteiras de consignado elevaram a desconfiança.” – explicou Santacreu.

Por fim, ela nos chama a atenção sobre outros aspectos que inspiram cuidados no atual cenário do sistema financeiro:

O problema com o PanAmericano, no final de 2010, colocou na berlinda o Banco Central. Ele se viu obrigado a dar uma resposta sobre fiscalização e vigilância no sistema financeiro. Isso é bom porque há mais rigor sobre a situação dos bancos, mas os bancos, ao fazerem mais provisão, estão com menor capacidade de emprestar

Conclui dizendo:

A situação no financiamento de veículos é um sinal de alerta. A inadimplência cresce há 16 meses. Saiu de 2,5% do total de operações para 5,9% dos empréstimos concedidos. A redução do imposto derrubou o preço dos carros novos. Com isso caiu também o do carro usado. Quando o banco tenta recuperar o ativo inadimplente ele recebe menos do que havia previsto. As crises nos Estados Unidos e na Europa são lições suficientes para se ter cautela quando o assunto é crédito. O sistema financeiro brasileiro é muito concentrado. Os seis maiores bancos detêm 91% de todos os ativos financeiros. Os bancos médios são necessários. Seria ruim se continuasse aumentando a concentração.

Portanto, há economistas alertando o Governo. É preciso saber se o Governo tem a capacidade de ouvir esses especialistas independentes, que não rezam pela cartilha elaborada e adotada pelo Governo já há 10 anos, porque, desde a posse do Presidente Lula, quando se esperava um passo adiante em relação ao Plano Real, quando se imaginava a retomada da política desenvolvimentista para fazer com que os índices de crescimento fossem acelerados, nada se fez. O Governo valeu-se apenas do patrimônio herdado. Explorou ao máximo os dividendos conferidos pelo Plano Real sem promover as reformas exigidas no pós-Real.

O pós-Real não aconteceu. Já são 10 anos de inação governamental. O Governo está paralisado, sem criatividade, sem capacidade de promover reformas e, evidentemente, o risco de que a bolha seja furada é visível.

Esses economistas estão alertando, estão indicando as possibilidades de risco que o povo brasileiro está vivendo neste momento.

O Governo não faz a reforma administrativa, o Governo não investe, o Governo gasta demais, é um governo perdulário, que engordou excessivamente e usa parte substancial da receita para manter a máquina inchada. Não investe, as obras de infraestrutura estão paralisadas, o superfaturamento consome mais do que devia consumir de recursos públicos e, de outro lado,

a reforma tributária, que promoveria um incremento de desenvolvimento, com a redução da carga tributária e, certamente, promoveria uma melhor distribuição dos recursos entre os entes federados, e, mais do que isso, uma melhor distribuição de renda entre os brasileiros, em 10 anos, não andou. Como outras reformas, a reforma administrativa, que seria mais simples, dependeriam apenas de vontade política de que governa, também não acontece.

Enfim, as apostas dos economistas não são levadas em conta pela Presidência da República. As apostas a que me refiro são as que dizem respeito a mudanças necessárias para que o País possa não só fazer frente a uma eventual crise econômica, decorrente da crise europeia ou dos Estados Unidos, mas para que País possa fazer frente às aspirações do povo brasileiro de crescer mais para viver melhor.

Portanto, Sr. Presidente, modestamente, sem ser especialista na matéria, estamos trazendo depoimentos daqueles que conhecem economia. E estão diante das ameaças que a paralisação governamental nos oferece: a economia começa a fazer água e é preciso que o Governo acorde e adote providências urgentes e mais competentes do que aquelas que têm sido adotadas até aqui, já que o Governo se conforma com atitudes periféricas, com medidas secundárias, pontuais e não tem a ousadia ou a criatividade para adotar reformas de maior profundidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Senador Alvaro Dias que, ao fazer o seu pronunciamento, faz uma análise da economia, demonstrando as suas preocupações.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador João Vicente Claudino, do PTB do Piauí, para que faça o seu pronunciamento nesta tarde de quarta-feira, em que o Brasil vive o clima da Rio+20.

Senador João Vicente Claudino com a palavra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paulo Paim, Sras e Srs. Senadores, volto à atividade parlamentar depois de algumas semanas sem poder vir ao Senado, por ter sofrido uma cirurgia, uma intervenção cirúrgica. Mas, restabelecendo já a saúde, voltamos com todo o gás, como se diz, e com força, para que possamos ainda fazer deste primeiro semestre um semestre produtivo quanto às matérias que ainda temos de aprovar.

Presidente Paulo Paim, voltando às minhas atividades políticas no Estado do Piauí, principalmente neste período de convenções partidárias, viajando pelo Estado do Piauí na semana passada, realmente

tive uma visão *in loco* estarrecedora – este tema já foi tratado aqui por diversos Senadores, como V. Ex^a, que falou sobre a Rio+20; a questão do clima é um tema preponderante – da seca que assola o Nordeste do Brasil e, em especial, o nosso Estado do Piauí. Vi, *in loco*, que o flagelo da seca vai mudar, de maneira decisiva, a face econômica do meu Estado. Está ferindo de morte a esperança do povo do Estado do Piauí, principalmente o nosso semiárido, que não é problema. O semiárido nordestino não é problema. Nele, há uma situação própria de atividade econômica, de desafios a serem suplantados. Há muito tempo, buscam-se políticas públicas, primeiro, para a convivência do homem no semiárido, com obras preventivas, com políticas públicas voltadas para dar assistência às famílias que ali ficam.

Presidente Paim, pelos dados que temos no Piauí de produção agrícola, como em todo o Brasil – o Estado é essencialmente agrícola –, vejo a perda de mais de 90% da produção. A inflação, em função da diminuição da produção, atinge as famílias, encarecendo principalmente a cesta básica.

Há atividades como a ovinocaprinocultura. Presenciei a situação dos criadores. O Piauí, que está entre os três maiores Estados na atividade da ovinocaprinocultura no Brasil, tem de vender seu plantel em mercados mais próximos a preços subvalorizados, a preços inimagináveis. É certo que todo o plantel está sem condição de água. Hoje, não há água para o ser humano. Imagine, então, o que acontece com aqueles que buscam criar pela pecuária, pela ovinocaprinocultura e por outros arranjos produtivos animais que existem no semiárido piauiense, em diversos Municípios! Essa seca já assola mais de 150 Municípios, colocando toda uma atividade econômica voltada às famílias em desaparecimento.

O Piauí é o segundo produtor nacional de mel silvestre. Praticamente a cadeia produtiva do mel, na apicultura, sofre um abalo intenso. Nesse fim de semana, na região do médio Parnaíba piauiense, visitei o Município de Regeneração e vi produtores onde eu nem sabia que essa atividade consorciada daria certo. O que salvou a produção do mel no Piauí foram os projetos de reflorestamento de eucalipto. Na outra mata, onde há todo o processo de polinização, de floração, que abriga toda a produção de mel, dizimada pela seca, tivemos a oportunidade de trabalhar em outra escala o consórcio da apicultura, com esses projetos de reflorestamento de eucalipto.

A pecuária, da mesma maneira, está indo no mesmo sentido. A água não atinge as comunidades, que estão com seu abastecimento comprometido. E há decisões que não consigo entender.

Vi a grande região de Picos, uma das regiões mais importantes do centro do Estado do Piauí – Picos é a terceira cidade do Estado –, que congrega em torno de 44 Municípios do Estado do Piauí. Lá existe o 3º Batalhão de Engenharia e Construção. Toda a atuação de carros-pipas no Piauí é distribuída pelo Exército brasileiro. Mas tenho recebido reclamações de prefeitos, de representantes da sociedade civil organizada e de vereadores no sentido de que essa região está sendo atendida, por carros-pipas, pelo 40º Batalhão de Infantaria, que reside no Ceará, na cidade de Crateús, que dista de Picos 320 quilômetros, numa média de distância das cidades do Piauí em torno de 400 quilômetros. Se fossem atendidos pelo 3º Batalhão da cidade de Picos, a distância média seria de 60 a 70 quilômetros.

Nós solicitamos audiência na Secretaria Nacional de Defesa Civil, para buscarmos entender essa logística de atendimento, até porque essa ação não tem sido continuada. Há um atendimento de 10 a 15 dias, e passa um tempo de 20 dias a um mês para os Municípios serem novamente atendidos. Inclusive, no mês de maio, estavam sendo atendidos os que estavam na lista para serem atendidos no final de dezembro do ano passado ou no início de janeiro deste ano. Vamos cobrar para que esse atendimento seja atualizado. O atendimento é feito por carro-pipa, que é uma figura que poderíamos ter eliminado da face do nosso semiárido nordestino, mas ainda temos de conviver com ele.

Uma imagem muito dura, Presidente Paim, foi mostrada no primeiro capítulo do relançamento da novela *Gabriela*, da Rede Globo. Foi mostrada a seca, com animais morrendo. As cenas foram gravadas no Piauí, na Serra das Confusões, na região de São Raimundo Nonato, próximo ao sítio arqueológico da Serra da Capivara. Aquilo é realidade, é o que acontece hoje. Aquilo não é ficção científica de uma novela. Aquilo é a realidade dura que está acontecendo no Estado do Piauí.

A minha maior preocupação ainda se refere ao segundo semestre, porque, no segundo semestre, há o nosso verão. É o que chamamos lá, no jargão popular, de B-R-O-Bró, setembro, outubro, novembro, dezembro. É duro! A seca realmente se faz presente.

Preocupo-me com a cajucultura, uma atividade econômica importante. O Piauí é o maior produtor de caju do Brasil. Não é o maior exportador de castanha, porque os Estados compram lá, têm portos e exportam pelos seus portos. Mas o Piauí é o maior produtor de caju do Brasil. Essa atividade estará comprometida se não houver uma mudança do clima nesse segundo semestre. É uma atividade importante.

Saídas estão sendo discutidas. No Estado do Piauí – não tanto quanto no Ceará, onde houve uma

ação, por meio do Dnocs, de acúmulo de água muito grande –, o único efeito das barragens existentes lá foi o de acumular água. Em nenhuma delas, há um trabalho de irrigação nas margens da barragem.

Turismo ou lazer como atividade econômica só existem em uma barragem próxima a Teresina, chamada Barragem do Bezerro, no Município de José de Freitas.

Piscicultura só existe num Município, numa barragem da região de Picos, chamada Barragem de Bocaina.

Quanto às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), três ou quatro delas poderiam ter sido instaladas para gerarem energia – no Piauí, ainda há carência de energia –, mas nenhuma avançou.

A atividade que pode ser utilizada para diminuir a falta de água é a das adutoras. Uma tem avançado na barragem Petrônio Portela. Neste Município que cito aqui, o de Jaicós, próximo à cidade de Picos, há uma barragem muito próxima, que é a de Poço Marruás, que fica a 40 quilômetros. Há muito tempo, luta-se por uma adutora para dar atendimento a essas cidades. Nós temos de fazê-la de maneira urgente, para que seja minorada essa situação.

Então, esse é o retrato, Presidente Paim, que mostro nesta semana, em que voltei ao Senado.

No Estado do Piauí, há a revista *Cidade Verde*, de um grupo de comunicação muito conceituado, o grupo Jesus Elias Tajra. É a revista mais conceituada no Estado. A capa e a reportagem principal falam da seca que assola o Piauí. A capa que está aqui mostra a realidade. Isto aqui não está maquiado, para mostrar a dificuldade que estamos passando. Esta é a realidade de que temos visto no Piauí.

Vejo aqui o Conselho Editorial, todos aqueles que são responsáveis pela publicação. Quero parabenizar a revista *Cidade Verde* por essa preocupação, principalmente o Conselho Editorial, comandado pela jornalista Dina Magalhães. Ela inicia toda a matéria, falando: “Vidas secas, futuro árido!”. Esse é o retrato do Piauí, o nosso futuro. Se não fizermos algo, de maneira rápida, célere, vamos condenar grande parte do nosso povo a esse futuro árido.

Na matéria principal, que mostra um quadro real da situação do Estado do Piauí, com fotos que a retratam bem, com entrevista de lideranças, ela relembraria o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e os personagens. Aquilo não é fictício. Em cada canto de uma cidade do semiárido do Piauí, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, aquilo existe. Aquele homem, que resiste pela sua fé, a fé no Ser Supremo – a qual ainda o mantém lá como um forte, como já dizia Euclides da Cunha –, vê, num momento como esse, ser ferida a sua fé, mas quer resistir e ir em frente.

E, já que se completam os 100 anos de nascimento de Luiz Gonzaga neste ano, ela traz um trecho da música de Luiz Gonzaga que diz: "Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage. Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage".

Esse é o nosso caminho. Há muitas ideias. A própria CPRM do Piauí tem a ideia de levarmos água do Vale do Gurgueia – no Piauí, há o terceiro lençol freático de água subterrânea do Brasil –, da região de Cristino Castro, Colônia e Bom Jesus, para o semi-árido piauiense. Esse é um projeto que já foi apresentado à Presidente Dilma e que é uma das saídas que temos de trabalhar nesse sentido.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, gostaria de pedir que esta reportagem da revista *Cidade Verde* fosse anexada aos Anais da Casa, parabenizando esse trabalho.

Também quero registrar a aflição por que o povo piauiense passa. O povo precisa de nós, dos representantes do Estado e do Governo Federal, dos órgãos que têm a responsabilidade de encontrar as saídas e os caminhos para a resolução desse problema.

Uma medida provisória está chegando a esta Casa e vai destinar recursos para o enfrentamento à seca. Mas acredito muito mais nos projetos que estão tramitando no Senado no sentido de criar fundos para os quais sejam transferidos recursos para os momentos emergenciais, como as enchentes e as secas. Há mais de uma dezena de projetos. Eu mesmo sou Relator de dois projetos dessa natureza, que, em minha opinião, são respostas mais imediatas do que a emissão de uma medida provisória, que terá de passar pelo trâmite normal nas duas Casas, demorando, assim, a resolver o problema daqueles que estão sofrendo tanto.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, esse é o registro que faço por dever do mandato que cumpro e por crença no povo do Piauí. Também quero dividir com os piauienses a dor da seca que tanto assola o Piauí!

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vidas Secas, Futuro Árido!

Revista Cidade Verde, 17-6-12

O drama de retirantes descrito no romance do escritor alagoano Graciliano Ramos, sob o título de "Vidas Secas", publicado em 1938, retrata a vida miserável de uma família de retirantes sertanejos obrigada a se deslocar de tempos em tempos para áreas menos

castigadas pela seca. A narrativa é ambientada no sertão, região marcada por chuvas escassas e irregulares.

Pesquisando para uma matéria sobre a seca, assinada pelo jornalista Fábio Lima, ficamos perplexos diante das notícias do agravamento da situação no Piauí, principalmente na região do Semiárido, no interior do Estado, por conta da falta de chuva e da previsão de estiagem até o ano 2016. Perplexos, ainda mais por conta da reclamação dos prefeitos a respeito da escassez de água, inclusive para o consumo humano, e do número de municípios atingidos pela estiagem no Piauí: já são 150.

Após definirmos a abordagem da matéria e vermos as fotos, imediatamente a obra "Vidas Secas" veio à mente dos jornalistas que participavam das discussões da reunião de pauta. A imagem dos personagens descritos por Graciliano Ramos (Fabiano, Sinhá Vitória, os dois filhos e a cadelha Baleia) parecia saltar aos olhos, através

das fotografias que chegavam para nossa apreciação. Entre todas, de uma beleza incontestável do ponto de vista emocional, duas especialmente nos chamou atenção: a primeira, que ilustra a capa da publicação, mostra uma criança à margem de um riacho seco, com uma cabaça na cabeça; e a outra, no corpo da matéria, com uma família enfrentando a dura realidade do sertão, em busca de água.

As fotos, capturadas pelas lentes do genial André Pessoa -profissional com uma carreira internacional ligada a denúncias por meio da fotografia- foram feitas na zona Rural de Guaribas, região árida e que deveria ser justamente o município-modelo em termos de projetos de convivência com a seca.

A falta de chuva -somada a uma política secular de parcós investimentos sociais, mesmo. após a iniciativa do governo Lula com o Fome Zero- transforma a Paisagem em um ambiente inóspito e hostil. E fica o questionamento. Qual o futuro da nossa gente do Sertão?

Dina magalhães, Editora Chefe.

Vidas secas

Semelhante ao romance de Graciliano Ramos, o sofrimento da população de 150 municípios do Piauí castigados pela seca revela a dura vida no sertão.

E a situação se agrava por conta da previsão de estiagem até 2016.

Ser filho do sol do Equador, como canta o Hino do Piauí, é também conviver de perto com ele por longos períodos, sem direito a uma nuvem no céu. A seca é noticiada no Nordeste brasileiro desde o povoamento pelos portugueses há mais de 500 anos. No século XVIII, há registros de meio milhão de mortes por fome num único período de estiagem. Ela foi contada pelo

escritor alagoano Graciliano Ramos no livro "Vidas Secas", e cantada pelo Rei do Baião, Luiz Gonzaga, que entoava: "Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barragem/Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage". E mesmo após tudo isso, o povo continua a sofrer no sertão.

A perspectiva da meteorologia de que a chuva só volte com vigor em 2016 retomou a exigência por soluções que deem um basta nessa situação. A determinação da presidente Dilma Rousseff em se agir com

Vidas Que Secam Agora e Amanhã

Enquanto os projetos não saem, o piauiense vai precisar provar por mais um tempo que é, sobretudo, um forte. A previsão é de que não chova no semiárido piauiense até o final de outubro. E quando chover, não será por muito tempo "Os próximos anos vão ser bastante irregulares em termos de pluviometria. Todas as nossas projeções indicam que até 2016 nós teremos invernos com chuva em quantidade menor que a média dos anos anteriores. Nós temos que nos preparar para isso", frisa Dalton Macambira, da Semar. Segundo a Agespisa, em maio o consumo já foi semelhante aos meses de setembro e outubro, pico do B-R-O-BRÓ, época mais quente do ano. São mais de 300 carros-pipa pelo sertão para dar conta do abastecimento, entre os do Estado, Exército, que fazem a ajuda emergencial e "pipeiros", que chegam a vender mil litros de água a R\$ 70, segundo denúncia, na região de São Raimundo Nonato.

Em Bocaina, a barragem com capacidade de 106 milhões de metros cúbicos conta hoje com apenas 54 milhões e uma preocupação que angustia os Dnocs. O sangramento do reservatório peneriza o rio Guaribas, cujo leito vive da agricultura, e o volume da barragem viabiliza a produção de 400 toneladas de tilápia por ano. Porém, a prioridade é a água para o consumo humano e a vazão para o rio já foi reduzida. Por enquanto, o corte não prejudica o abastecimento humano, plantações e piscicultura. A situação faz José Carvalho alertar que é preciso repensar também a utilização econômica das barragens. Em Paulistana, o controle é maior. Com apenas 14 dos 25 milhões de sua capacidade a barragem de ingazeiras teve de ser fechada para carros-pipa das obras da ferrovia Transnordestina e de estradas da região. Como sua função básica é abastecer a população do município, em portaria vetou a retirada da água para outros fins.

Mesmo com o cenário preocupante, José Carvalho lembra que a situação já foi pior, com constantes migrações por conta da estiagem. "nós não temos uma consequência social que tínhamos até a década de 1970. (...) Já não uma "tragédia", garante. Ele cal-

cula que as barragens do Piauí estão com até 70% de sua capacidade, volume razoável para enfrentar a adversidade, mas não por um período tão longo como o que se avizinha. O gestor admite: há risco de mais racionamento. "Nos temos que colocar essa possibilidade porque ele é real. Se nós tivermos três anos de seca como este, em alguns municípios vamos ter que fazer ações emergenciais de transportar água para lá".

O sociólogo Carlos Humberto Campos trabalha na Cáritas e coordena no Piauí um fórum com 14 entidades, que criticam o prevalecimento de ações emergenciais e cobram políticas de convivência com a seca. "A gente percebe que os agricultores, por eles, não abandonariam aquela terra. Mesmo com os fenômenos naturais o semiárido tem suas potencialidades, como mel, acaprinocultura a castanha de caju. Falta um política de convivência com a seca, com maiores investimento e uma melhor orientação técnica, com um olhar mais estratégico do governo", argumenta.

Os órgãos, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, vão usar R\$ 3 milhões na construção de 2500 cisternas no Piauí, além de outras ações. "todo o nosso trabalho tem o objetivo de romper esse paradigma de combate a seca e construir alternativas de convivência com o semiárido", explica Campos, que estima serem atingidos pela estiagem, direta ou indiretamente, cerca de 800 mil a 1 milhão de pessoas – um terço da população do estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino, que fez um relato e nos mostrou praticamente uma fotografia real do Norte e Nordeste, da seca que assola a todos naquela região, principalmente os mais pobres, demonstrando a sua preocupação e lembrando que é relator de dois projetos que buscam solução para essa questão.

Parabéns a V. Ex^a.

V. Ex^a será atendido na forma do Regimento em relação a fazer constar nos Anais da Casa o artigo da revista *Cidade Verde*.

De imediato, passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para falar do Dia do Acre na Rio+20, que está acontecendo exatamente hoje.

Há uma extensa programação, coordenada pelo Governador Tião Viana, que conta com a presença do Senador Jorge Viana. Há vários secretários de Estado presentes: o Secretário de Educação, Daniel Zen; a Chefe do Gabinete Civil, Secretária Márcia Regina;

o Secretário de Meio Ambiente, Edgard de Deus; o Subsecretário de Ciência e Tecnologia, Fábio Vaz; e várias outras autoridades do Acre, pessoas ligadas ao movimento social, fazendo parte dessa programação.

Vale a pena ressaltar que o Acre, por sua posição geográfica privilegiada na Amazônia brasileira e também pela oportunidade que teve de implantar um projeto de desenvolvimento sustentável a partir da experiência do Governador Jorge Viana, em 1999, depois com o Governador Binho Marques e, agora, com o Governador Tião Viana, acumulou uma experiência importante na área de desenvolvimento sustentável. É exatamente esse acúmulo de experiências durante esses anos todos que está sendo mostrado na Rio+20, tanto no que diz respeito à experiência de floresta plantada quanto no que diz respeito à industrialização de produtos florestais e à experiência educacional.

Eu gostaria de mencionar quais são as atividades que estão tomando o dia de hoje, o Dia do Acre, na Rio+20, que está acontecendo no Espaço Tom Jobim, do Jardim Botânico.

O evento começou com o seminário “Faça do Acre a sua Floresta”. Imediatamente depois, houve o “Lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos” e a “Assinatura de Termo de Cooperação do Governo do Estado do Acre e a Fundação Roberto Marinho”. Depois, seguiu com um painel sobre o empreendedorismo sustentável, cujo moderador foi o Senador Jorge Viana, e teve a presença de Jandir Santim, da Empresa Laminados Triunfo; de Manoel Monteiro, da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre; de François Ghislain, da empresa Veja Fair Trade; de Eric Bettelheim, da empresa Floresta; e de Dirlei Bersch, da Indústria de Preservativos Masculinos – Natex.

Os participantes debateram o empreendedorismo sustentável, como fazer para que produtos da floresta tenham rentabilidade e possam gerar melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Agora à tarde, está acontecendo mais um importante evento. Houve o lançamento do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas e pelo Sindicato dos Jornalistas do Acre. Vale ressaltar que faz dois anos que o Sindicato dos Jornalistas do Acre conseguiu levar para o Acre a realização do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, e eles tiveram um momento para apresentar qual é o plano para a realização desse congresso no Acre, que vai acontecer de 7 a 10 de novembro, de 2012, no Estado do Acre.

Também está havendo outra atividade agora à tarde para debater A inovação e conservação das ideias de desenvolvimento sustentável”, sob a moderação de Roberto Esmeraldi, da Oiscip Amigos da Terra

– Amazônia Brasileira, e conta com a participação de Vera Olinda; de Miguel Scarcello; de Mauro Armelin; de Lorena San Román; de Stephan Schwartzman e também de Rubens Gomes, que trabalha no Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA).

Agora também, na finalização do dia, ocorrem mais duas atividades. Uma delas diz respeito ao financiamento do desenvolvimento sustentável, que tem a moderação da Deputada Federal Perpétua Almeida, e conta com a participação de Deborah Wetzel, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); de Karl-Heinz Stecher, do Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW); de Guilherme Lacerda, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e também de Virgilio Gibbon, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Por último, temos outro debate sobre os novos desafios para as políticas de educação, ciência e tecnologia, que será mediado pelo Deputado Federal Sibá Machado, que conta com a participação de Marcos Vinicius, que é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/AC); do Prof. Foster Brown, da Universidade Federal do Acre; de Daniel Nepstad, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa); e do Secretário Estadual de Educação, Cultura e Esporte, Daniel Zen.

Todos esses eventos estão acontecendo no Espaço Tom Jobim, do Jardim Botânico. E, à noite, as atividades serão encerradas com uma exposição sobre floresta habitada, produtiva e conservada. Será aberta essa exposição à visitação de todos que tiverem oportunidade de chegar até o Jardim Botânico.

Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar o quanto é importante para nós cada um desses debates que foram promovidos no dia de hoje, na Rio+20, pelo Governo do Acre, particularmente o intitulado “Novos desafios para as políticas de educação, ciência e tecnologia”. Haverá a possibilidade de um projeto de desenvolvimento sustentável dar certo no Brasil se ele puder contar com a contribuição da inovação tecnológica e com uma forte determinação de investimento na educação.

Então, essa Conferência, a Rio+20, para nós é uma oportunidade única de realçar a importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o cumprimento dos objetivos de uma economia verde sustentável e socialmente justa, que são exatamente os temas centrais que estão sendo debatidos em todos os painéis da Rio+20.

A ciência, a tecnologia e a inovação podem ajudar de inúmeras maneiras para o crescimento econômico sustentável, ou seja, um crescimento com a preservação da natureza e sem danos catastróficos ao meio ambiente. Vale ressaltar sempre que desenvolvimen-

to sustentável é aquele que proporciona a geração de renda, o desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo ele tem o cuidado de fazer a preservação dos recursos naturais para que as futuras gerações possam ter acesso a esses recursos.

Então, a inovação tecnológica e a disseminação de tecnologias são fundamentais para a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável depende fundamentalmente da inovação tecnológica e do desenvolvimento científico. As inovações podem modificar, podem substituir os padrões insustentáveis de produção e consumo, e daremos alguns exemplos de como isso está acontecendo no Brasil e particularmente no Acre, onde algumas experiências bem importantes estão acontecendo.

A segurança energética, com ênfase nas fontes sustentáveis, hídricas, biomassa e eólicas, é também um desafio posto. Para se atingir segurança energética com preservação do meio ambiente, é preciso fortes investimentos na busca dessas energias alternativas.

A segurança alimentar, incluída a questão do acesso à água, também depende fundamentalmente da inovação tecnológica na produção agropecuária. Os recursos da biodiversidade para a inclusão social, por meio de um acesso justo e equitativo, o uso sustentável para a produção de fármacos e outros bens e produtos indispensáveis à humanidade também são outros desafios. Eles dialogam diretamente com as populações amazônicas, porque temos uma imensa floresta, uma imensa biodiversidade, mas, ao mesmo tempo, temos uma pobreza muito grande da nossa população e indicadores sociais muito negativos, muito deprimidos.

A erradicação da pobreza também depende do acesso universal aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico. E a universalização do acesso à Internet Banda Larga, a pesquisa para a exploração econômica sustentável dos recursos da floresta e a popularização da ciência são também elementos essenciais.

Feitas essas afirmações que estão no bojo das preocupações da Rio+20, vem a pergunta: o que está fazendo o Estado do Acre, o que está fazendo o Governo do Acre, as instituições do Estado do Acre, a sociedade civil organizada do Estado do Acre para que o Estado se considere antenado ou sintonizado com esses desafios propostos na Rio+20, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20?

Entramos, portanto, na inovação tecnológica da produção, em relação à qual o Acre tem dado alguns passos importantes. Por exemplo, o complexo industrial da piscicultura, que foi lançado pelo Governador Tião Viana, é uma forma importante de agregar valor a um

produto da piscicultura que está se transformando em marca considerável do Governo do Acre. O Acre, hoje, está se transformando no endereço da piscicultura na região amazônica, justamente porque teve esse investimento. Primeiro, na construção de tanques e açudes, cujo esforço permanece por parte do Governo; e, depois, na construção do complexo industrial, que vai permitir o processamento dessa produção tanto para o consumo interno quanto para a exportação.

A mecanização agrícola é outro aspecto importante, porque, se não há avanço tecnológico na produção agrícola, vai haver pressão sobre a floresta e a prática insustentável da derrubada e da queima. Então, a utilização do recurso da mecanização é algo muito importante para esse projeto de desenvolvimento sustentável.

Há 15 dias, ainda no início de junho, o Governador Tião Viana fez a apresentação para a comunidade agrícola, em cujo ato eu estava presente, de 364 máquinas agrícolas que foram distribuídas nos 22 Municípios, justamente para fortalecer a agricultura e facilitar a vida do homem do campo.

Há também um trabalho importante na área de melhoramento genético dos rebanhos. A Natex, indústria de preservativos de borracha natural, em Xapuri, é um esforço tremendo do Governo do Acre, que começou lá com o Jorge Viana, depois teve também um trabalho importante do Governador Binho e agora do Governador Tião Viana. A produção da indústria de preservativos masculinos com borracha natural é fornecida integralmente para o Ministério da Saúde, contribuindo, assim, para a campanha antiaids, no Brasil. É um esforço tremendo de todo o Governo brasileiro, que conta com a contribuição importante do Acre.

Há também um esforço importante sendo feito pelo Governo do Acre que produz um impacto muito grande. É o Florestas Plantadas, programa do Governo estadual que permite a criação de novas florestas e a não pressão sobre as florestas naturais, uma vez que são áreas inteiras que estão degradadas e que já sofrem com o desequilíbrio da biodiversidade. Isso está, inclusive, sendo mostrado, hoje, neste dia do Acre, na Rio+20.

Vale ressaltar que o Acre é um Estado com 87% da sua floresta natural preservada. E, desses 13% de áreas antropiadas ou exploradas, boa parte não está sendo corretamente utilizada. Por isso, tem que haver uma política também de aproveitamento dessas áreas degradadas. Por isso, o trabalho de mecanização; por isso, o trabalho de florestas plantadas.

Outro aspecto muito importante do esforço do Governo do Acre para fortalecer o desenvolvimento sustentável são os avanços e os investimentos feitos

na área de educação, com foco na alfabetização de crianças, de jovens e adultos, na formação de professores. Hoje, estamos caminhando para que 100% dos professores da rede estadual de ensino tenham formação superior, e isso significa também uma melhoria da renda desses professores, porque os professores têm um piso salarial que praticamente dobra quando eles têm o nível superior concluído. O Governo do Acre fez um esforço todo especial, uma parceria com a Universidade Federal do Acre, no sentido de formar 100% dos professores, e conseguiu levar faculdade através de estruturas modulares para todos os Municípios. Agora, nós estamos com outro desafio, que é o de levar o ensino à distância para as comunidades isoladas e para núcleos, em todos os Municípios também, de maneira a aproveitarmos melhor essa estrutura da Universidade Aberta do Brasil, a partir da Internet; podermos utilizar essas novas tecnologias para levar o ensino superior a todas as comunidades.

Para se ter uma ideia, Senador Paim, na cidade de Tarauacá, todos os anos, saem do ensino médio cerca de 300 alunos. Desses, apenas 40 são absorvidos pela universidade; os outros acabam ficando sem perspectiva.

Então, na busca dessa ampliação das possibilidades com a Universidade Aberta do Brasil, queremos fazer com que mais e mais alunos tenham acesso à universidade. Daí as novas tecnologias. A necessidade da Internet banda larga em todos os Municípios é um dos desafios postos. Precisamos fazer com que o Ministério das Comunicações se sensibilize no sentido de avançar, em toda a região amazônica, particularmente no Estado do Acre, a expansão da rede de fibra ótica, para garantir Internet de banda larga em todos os Municípios. Caso não seja possível levar a fibra ótica a todos esses Municípios, temos que pensar no caminho do satélite estacionário, para que possa chegar também um sinal de qualidade, porque, dessa maneira, poderemos fazer o ensino à distância e também fazer com que a infinidade de conteúdo que está disponível na rede mundial de computadores fique acessível também às pessoas que moram nos Municípios mais distantes do Estado do Acre.

Dessa maneira, nós temos muito a mostrar em relação ao que foi possível alcançar na área de educação. O Acre, há 13 anos, estava na 27ª colocação em qualidade de ensino no Brasil. Hoje, graças a Deus e ao esforço dos governos de Jorge Viana, no início, depois de Binho Marques e agora com o Governador Tião Viana, foi possível essa colocação do Acre, em termos de qualidade de ensino, estar entre a nona e a sétima posição no Plano Nacional de Educação. Isso é muito importante, mas existe um grande desafio pela frente.

O número de analfabetos no Acre passava de 25%. Hoje, evoluímos bastante, mas temos mais de 13% ainda; o nosso índice de analfabetismo chega a mais de 13%. Então, precisamos continuar o trabalho para reduzir esse índice. É muito importante para o Estado do Acre conseguir resultados melhores.

Outro aspecto que deve ser considerado também é que, para erradicar o analfabetismo, para garantir o acesso à Internet de banda larga a todos os núcleos urbanos do Estado e para fazer com que dotemos a população de mais conhecimento... Porque, quem domina o conhecimento acaba tendo mais capacidade de competição. Nós temos certeza de que o Acre está no caminho certo, quando apostamos nesse sentido.

Agora, em relação aos atrasos que vivemos, todas as vezes que fazemos um pronunciamento, procurando mostrar os passos importantes que foram dados nos últimos 13 anos no Estado do Acre, sempre aparecem aquelas vozes discordantes no sentido de dizer: "Mas há tal aspecto que não avançou, ainda há bairros que estão desassistidos em algumas cidades". Quando isso ocorre, procuramos sempre deixar claro que, quando fazemos uma exaltação dos avanços conquistados, isso não significa que tenhamos atingido a condição ideal. Temos muitos desafios pela frente. Imaginem só que a maior parte dos Municípios do Acre não tem acesso à banda larga! Esse é um desafio que temos que garantir. O Governo Tião Viana se lançou ao desafio de fazer 100% de pavimentação nas ruas urbanas de todos os Municípios do Acre até 2014. É um desafio a ser superado.

Nós temos todo um problema de infraestrutura que persiste, e nós precisamos superá-lo. Por exemplo, temos a ligação com o Pacífico a partir do Acre, mas não conseguimos ter a ligação com o Brasil, porque a ponte sobre o rio Madeira não foi construída e nem está na prioridade do governo daqui para 2014. Teremos que juntar a Bancada Federal para fazer pressão, no sentido de garantir que tenhamos uma ponte sobre o rio Madeira, porque essa é uma necessidade do povo do Acre. Então, há uma infinidade.

O nosso setor produtivo é ainda deficitário. Por isso tanto investimento e tanta preocupação do Governo do Acre no sentido de adquirir máquinas, de buscar novas tecnologias, de mandar pessoas, equipes para conhecer experiências fora; e também os investimentos todos que estão sendo feitos para gerar renda para a população.

Agora mesmo, na região de Brasiléia, temos uma importante experiência na indústria de embutidos de frango. A Acreaves é uma indústria genuinamente acriana, que foi gestada a partir do plano de desenvolvimento do Governo do Acre, que hoje já produz frangos e

embutidos para abastecer boa parte do mercado local e, no futuro, vai estar pronta para exportação. Essa mesma indústria já está avançando na área de suínos. Vamos ter também, em poucos anos, uma importante contribuição econômica a partir da suinocultura, também por indução do Governo do Acre.

Então, esses esforços todos estão sendo feitos, e queremos levá-los ao conhecimento do Brasil e também de outros povos que estão presentes na Rio+20, no sentido de conhecerem as experiências até aqui desenvolvidas e fundamentalmente mostrar que o povo do Acre tem dado a sua parcela de contribuição, porque manter 87% da nossa floresta preservada é algo muito significativo. Mas precisamos usufruir dos avanços tecnológicos, precisamos da solidariedade do conjunto dos brasileiros, no sentido de que os avanços tecnológicos cheguem ao Acre para que possamos usufruir de todos os benefícios.

Para finalizar, Senador Paim, eu gostaria de lembrar a todos os nossos telespectadores que, hoje, há algo muito importante também acontecendo no futebol nacional, que é praticamente uma decisão da Libertadores. Teremos Santos x Corinthians. Aliás, Corinthians x Santos, porque o jogo será no Pacaembu. E o Santos tem uma missão muito difícil, porque ele perdeu em casa. O placar foi 1 a 0 na última quarta feira. O Santos precisa vencer esse jogo contra o Corinthians para ir à final, quem sabe, contra o Boca Juniors. Como o Santos foi campeão da Libertadores em 2011, estamos na esperança de que ele seja campeão também em 2012, para repetir o feito de Pelé, na década de 60, porque ele conseguiu, em 1962 e 1963, o bicampeonato da Libertadores. Agora, estamos tentando, com uma nova geração, os Meninos da Vila, rever esse feito, que ocorreu só com a presença de Pelé no Santos. Para que o Santos chegue ao tetra campeonato da Libertadores, ele precisa vencer o Corinthians com o placar mínimo de 1 a 0 para ir aos pênaltis, ou com qualquer outro placar, desde que seja vitória. Não pode haver empate. Se der empate, quem vai à final será o Corinthians. E o Santos precisa jogar muito melhor do que jogou na última quarta-feira para conseguir esse resultado.

Então, eu fico aqui na esperança dessa vitória do Santos e anuncio às pessoas que poderão ver pela SporTV, pela Fox TV ou pela TV Globo, porque um jogo dessa importância para o futebol nacional certamente será transmitido por todas as emissoras.

Encerro, dessa forma, Senador Paim, agradecendo a sua atenção e dizendo que o Acre está lá, firme e forte, na Rio+20, apresentando suas experiências e tentando fazer com que o Brasil e o mundo conheçam também as experiências que estão acontecendo no Estado, como forma de contribuição para

um Planeta sustentável e para um desenvolvimento que leve em conta as verdadeiras necessidades dos povos da floresta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Aníbal Diniz, que fala sobre o Acre, sobre a Rio+20 e, ao mesmo tempo, faz um comentário final sobre o nosso Santos. Em São Paulo, eu sou Santos; no Rio Grande do Sul, sou Caxias.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a está convocado a assumir a tribuna, como orador inscrito, para satisfação de todos nós.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou muito feliz hoje! Tenho 82 anos. Há quatro meses vim a esta tribuna para falar da minha alegria de, com 82 anos, ganhar a minha primeira neta. Mostrei ao Presidente Sarney a fotografia da minha neta, que estava no meu telefone. Ele pegou o telefone dele e me mostrou uma foto, dizendo: minha terceira bisneta.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero dizer que tenho três filhos, tinha quatro. Perdi um num acidente de automóvel quando ele estava com dez anos, teria hoje 35 anos. Meus dois filhos, como eu, são formados em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. No último final de semana, Pedrinho, meu filho menor, que recém completou dezoito anos, e ainda cursa o terceiro ano no Colégio Marista de Brasília, fez o vestibular lá. Há meia hora, minha mulher me informou que ele passou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Pedrinho e a toda a família!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu e meus dois filhos nos formamos na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Achei que o Pedrinho ia fazer o exame lá apenas para ver como está sua preparação para o vestibular. Mas eu rezava a Deus pedindo que Ele fizesse o melhor para o Pedrinho. Pedrinho pensava em fazer vestibular lá e aqui, na UnB, mas vejam como é destino... Agora, ele vai para lá, estuda lá, cria amizades e, de repente, encontra uma namorada e casa por lá...

Deus escolheu o caminho: Pedrinho foi aprovado em Porto Alegre. Eu agradeço ao meu bom Deus e felicito o Pedrinho e a mãe dele. A vitória no vestibular é um momento muito importante.

Agora nós estamos vivendo um drama lá em casa: como vamos fazer? Vamos deixar o Pedrinho morando sozinho em Porto Alegre? Fazendo faculdade, mas morando sozinho? A mãe dele é mais corajosa que eu. Ela disse assim: "Lá ele vai aprender a viver". E eu, árabe – minha mulher me acusa muito de eu querer

ter os filhos debaixo das asas –, estou com medo e já estou dizendo: “Então, tu vais com ele, e eu fico aqui sozinho. Você vai para Porto Alegre”.

Meu abraço ao meu amigo e querido reitor da PUC, irmão Joaquim Clotet. No meu tempo, era o nosso querido irmão José Otão, uma criatura fantástica, que construiu a Pontifícia Universidade Católica. Eu acompanhei todo o seu trabalho. Hoje, o reitor é um ilustre professor e dedicado irmão marista. Neste fim de semana, vou visitá-lo para apresentar o meu filho.

Sr. Presidente, inicia-se oficialmente hoje a Rio+20. Justiça seja feita aos esforços que o Brasil e que as diversas entidades do mundo inteiro preocupadas com o futuro da humanidade dedicaram a esse congresso. Não vai ter o sucesso no que tange à presença de grandes nomes presidenciais que imaginávamos. Eu achei muito esquisito a coincidência de marcar uma conferência do Grupo dos 20, no México, exatamente na mesma época, ou seja, começando na segunda-feira, tanto que a nossa Presidente chegou correndo hoje do México para participar da abertura.

O novo presidente francês veio, e acho que foi importante a vinda dele.

O presidente Obama não veio porque tudo que dissesse aqui poderia ser usado contra ele, eleitoralmente, nos Estados Unidos.

O chanceler David Cameron, do Reino Unido, não veio. Para não chegar muito perto das Malvinas, ele preferiu ficar por lá. O Brasil está do lado da Argentina na questão das Malvinas.

A chanceler alemã, Ângela Merkel, não veio, porque a Presidente brasileira – em minha opinião, corretamente – defende uma posição, de modo especial em relação à crise europeia, diferente da dela. Aliás, a proposta apresentada pela chanceler alemã para enfrentar a crise – dizem todos – é boa para a Alemanha, mas não para os outros países.

Eu acredito que haverá de ser uma boa reunião, Sr. Presidente. Embora alguns achem que ela não obterá os compromissos que se esperava com relação ao meio ambiente, eu acho que terá avanços.

Senhor Presidente, aproveito este dia para tocar num assunto que eu considero muito importante. Está-se debatendo muito a da criação de um instituto nacional de Oceanografia.

Os oceanos ocupam lugar especial na história da Humanidade. Berço da vida e importantes para o desenvolvimento das civilizações, permitiram a expansão do comércio e a consolidação dos grandes impérios.

Desde o domínio de Creta, há três mil anos antes de Cristo, até o atual poderio naval da superpotência Estados Unidos, o conhecimento da ciência da navegação garantiu o progresso e a riqueza de muitas na-

ções, cujos dirigentes compreenderam a importância dos mares.

O Brasil, país que possui uma das mais extensas costas marítimas do mundo inteiro, com mais de 8.500 quilômetros de costa marítima, não tem reservado a devida atenção ao oceano, às ciências marinhas e à exploração sustentável dos recursos do mar.

Estamos diante de novas fronteiras para exploração econômica, principalmente agora, pelas reservas de combustível fóssil, que move a economia mundial: o petróleo. Nesse aspecto, o nosso pré-sal é o exemplo que já atrai interesse internacional.

Além das reservas de óleo e gás, os oceanos são ricos em minerais vitais, utilizados como matérias-primas para os diversos ramos da indústria.

A exploração desses minérios no mar oferece muitas vantagens, como o grau da pureza, a facilidade de transporte e o menor impacto ambiental.

Nunca é demais também enfatizar a importância dos mares como elemento vital para a segurança alimentar das nações.

O Brasil é uma grande Nação oceânica, mas atuamos de forma dispersa nos debates e fóruns internacionais sobre o assunto.

Não dispomos de um órgão federal que atue de forma unificada, coordenando os estudos e decisões referentes ao ambiente marinho. Especialistas que analisam a questão dos mares e a crescente importância que adquirem, vêm alertando para a necessidade da criação de um instituto nacional de oceanografia. É o grande debate, a grande discussão de revistas especializadas e institutos técnicos: a criação do de um instituto nacional de oceanografia.

O Brasil precisa de um órgão de abrangência federal que tenha a finalidade de coordenar estudos, políticas e ações referentes ao ambiente marítimo, além de representar o Brasil em reuniões e congressos internacionais.

No momento, discutimos junto à Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, a ampliação de nossa área de exploração marítima. Defendemos a proposta de aumentar o limite exterior da plataforma continental brasileira em mais 960 mil quilômetros quadrados. A área oceânica sob jurisdição brasileira, conhecida como Amazônia Azul, passará a totalizar 4,4 milhões de quilômetros quadrados, correspondendo aproximadamente à metade da área terrestre de nosso território.

Repare, Sr. Presidente, que a área continental brasileira, no mar da plataforma brasileira, corresponderá à metade do País: 4,4 milhões de quilômetros quadrados.

O Brasil deverá garantir, assim, a posse plena de recursos como o óleo e gás do pré-sal, cujos campos estão situados no limite das 200 milhas. Simultaneamente, desenvolvemos uma estratégia de modernização de nossas forças de defesa, enquanto definimos políticas públicas de gerenciamento do oceano, base de sustentação da crescente influência do Brasil no cenário mundial.

Nesse cenário, é evidente a necessidade de criação de um Instituto Nacional de Oceanografia, nos moldes dos grandes institutos oceanográficos hoje em atividade no mundo inteiro, a maioria localizada nos Estados Unidos.

Temos já em atividade uma experiência bem-sucedida de Instituto Oceanográfico funcionando no Rio Grande do Sul, junto à Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), instituição que usufrui de reconhecimento internacional como centro de excelência.

A FURG – Fundação Universidade de Rio Grande, instalada na cidade de Rio Grande, a 317 quilômetros de Porto Alegre, oferece plenas condições técnicas, plenas condições científicas, além de outras vantagens substanciais para sediar um futuro Instituto Nacional de Oceanografia.

Responsável pelo primeiro Curso de Oceanologia do País, criado em 1970, a Universidade de Rio Grande foi berço de iniciativas de preservação ambiental pioneiras no nosso continente. São exemplos nesse aspecto o Projeto TAMAR (tartarugas-marinhas) e o Projeto Peixe-Boi Marinho, inspirados pelo oceanógrafo José Catuetê Borralho e Albuquerque, que pertenceu ao antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, quando tive a honra de servir ao país como Ministro da Agricultura. José Catuetê Borralho e Albuquerque foi aluno da primeira turma do curso em Rio Grande, que recentemente formou seu profissional número mil. Os projetos, hoje conhecidos mundialmente – e atraindo milhares de turistas à suas bases –, colocaram o Brasil como modelo no mapa mundial de preservação daquelas espécies até então ameaçadas de extinção.

Dessa forma, a Universidade da Cidade de Rio Grande – FURG contribui para a sustentabilidade, a educação e a formação da consciência ecológica, ao tempo em que demonstra sua excelência em pesquisas de caráter técnico e científico.

É possível destacar, ainda, a privilegiada localização da Universidade de Rio Grande, em pleno coração do Mercado Comum do Sul (Mercosul), próximo de Porto Alegre; de Montevideu, no Uruguai; de Buenos Aires, na Argentina; de Santiago, no Chile.

Do porto de Rio Grande à base brasileira na Antártica, Comandante Ferraz, a distância é de 3.382 quilômetros. Toda ligação do Brasil com a nossa base

Comandante Ferraz na Antártica – que agora queimou e que está sendo reconstruída – é feita exatamente via cidade de Rio Grande. Os técnicos se formam ali; se preparam ali; dali, partem para passar temporada na Antártica e voltam; ali se coordena todo o necessário para manter a base de Comandante Ferraz, na Antártica.

Contando com embarcação própria, o navio oceanográfico Atlântico Sul, pesquisadores da universidade da cidade de Rio Grande desenvolvem um ambicioso e estratégico projeto de mapeamento costeiro do Brasil, em atendimento à solicitação da Convenção International sobre os Direitos do Mar. Através da identificação das concentrações biológicas marinhas e do uso de sondas que alcançam até 2000 metros de profundidade, o projeto traça um perfil dos fundos da costa e das ilhas oceânicas, além de permitir um levantamento pesqueiro completo da zona oceânica do Brasil no oceano Atlântico. O navio tem capacidade para abrigar até 12 pesquisadores e condições para 25 dias no mar, contando ainda com uma lancha que acomoda 6 pessoas e possui autonomia para 300 milhas náuticas. Mais de 5 mil quilômetros foram mapeados, finalizando a pesquisa em três quartos da costa do País, por meio de 108 estações de coletas de dados físicos. A intenção da Organização das Nações Unidas, com esse trabalho em parceria com o Governo brasileiro, é definir um padrão internacional para captura sustentável de pescado, evitando a extinção dos recursos marinhos.

O navio da Universidade de Rio Grande concluiu recentemente a etapa Nordeste do mapeamento, após dois meses de trabalho ao longo da costa, incluindo as ilhas de Fernando de Noronha, rochedos de São Pedro e São Paulo e o Atol das Rocas. Essa atividade comprova que a universidade do Rio Grande detém condições técnicas, conhecimento científico para estar presente e desenvolver pesquisa em toda a costa brasileira.

A segurança alimentar também está presente entre as preocupações e atividades da Universidade do Rio Grande, em apoio à indústria pesqueira nacional e às políticas públicas de combate à fome. A fundação desenvolve, com expressivo sucesso, o Projeto Anchoíta, que atraiu a atenção dos participantes do 6º Congresso Mundial da Pesca, realizado em Edimburgo, na Escócia, entre 7 e 14 de maio passado.

A anchoíta é um pequeno peixe, também denominado como sardinha brasileira, abundante na costa sul do Brasil. Muito consumido em outros países, como o Chile, por exemplo, é praticamente desconhecido entre nós, uma realidade que começa a mudar graças à iniciativa de um grupo de pesquisadores da Universidade do Rio Grande. Depois de mapeados os locais

de maior incidência do pescado, o peixe foi capturado e processado industrialmente, ficando apto a ser utilizado em programas de segurança alimentar, como os de combate à fome e nas merendas escolares.

Foram produzidas 35 mil latas desse peixe processado, quantidade equivalente a 350 mil refeições para as escolas. Um projeto-piloto desenvolvido em escolas, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, revelou que o produto foi bem aceito, abrindo uma nova perspectiva para as políticas de combate à fome. Dessa forma, o peixe poderá ser conhecido e comercializado em larga escala no Brasil.

Atualmente, a sardinha, parente da anchovita, é um dos peixes mais consumidos no País, totalizando-se cerca de 550 milhões de latas/ano. Embora seja um recurso pesqueiro importante, o Brasil importa sardinha para atender às necessidades de consumo. Pode-se prever o extenso mercado existente para a nossa anchovita, um cenário antevisto pelos pesquisadores da Universidade do Rio Grande.

Outra prova da excelência da Universidade do Rio Grande ocorreu junto à comunidade científica dos Estados Unidos. Três professores da instituição obtiveram a aprovação de patentes referentes à pesquisa e ao uso de microalgas para depuração de poluentes em água de produção de petróleo. Um processo extremamente importante num momento em que se amplia, em todo o mundo, a exploração de petróleo no mar, com frequentes acidentes que poluem grandes extensões marinhas.

O trabalho foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e com a Petrobras, e já foi devidamente patenteada no Brasil e na Comunidade Europeia.

Esse alto padrão de qualidade do corpo de pesquisadores da FURG anima todo o conjunto de alunos da Universidade. Acompanhando os passos dos pioneiros das ciências do mar, os acadêmicos da Universidade do Rio Grande também vêm obtendo sucesso em suas atividades. Em 2011, os estudantes Gabriele Lara e Kassio da Silva, do Programa de Pós-Graduação em Aquicultura, receberam o prêmio internacional concedido pela Engineering Aquaculture Society. Foram autores dos melhores trabalhos referentes ao cultivo de camarões em sistemas de bioflocos, apresentados no Congresso Mundial de Aquicultura, realizado em Natal, no Rio Grande do Norte.

A educação ambiental é motivo de interesse constante da Universidade do Rio Grande. A escola mantém um excelente museu oceanográfico na Laguna dos Patos, numa área de 42 hectares de marismas, habitat de muitas espécies. O Eco-Museu da Ilha da Pólvora é visitado por estudantes e pessoas interes-

sadas em conhecer de perto um atrativo educacional voltado ao ambiente marinho.

Essa é a Universidade de Rio Grande, uma instituição que possui altíssimo conceito na comunidade científica nacional e mundial. Pelo trabalho desenvolvido e pela excelência reconhecida, consideramos que a Fundação Universidade de Rio Grande está amplamente habilitada a sediar o futuro Instituto Nacional de Oceanografia.

Srs. Parlamentares, a Presidente Dilma Rousseff tem procurado colocar o Brasil na vanguarda do esforço mundial pelo desenvolvimento sustentável. Essa orientação progressista do Governo da Presidente Dilma foi destacada por ela na abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que começou ontem, no Rio de Janeiro.

O mundo olha para o Brasil, País que tem experimentado crescente protagonismo na cena mundial. Nesse sentido, um centro nacional de pesquisa voltado para o oceano, fonte de vida, riqueza e conhecimento, representará importante contribuição para a ampliação da compreensão do ambiente em que vivemos. Um centro de pesquisas do oceano é um legado às futuras gerações, um testemunho de que em nosso tempo cumprimos com nossa responsabilidade.

Sr. Presidente, querido Senador Paim, e Senadora Ana Amélia, tenho certeza de que estaremos juntos na luta para que a nossa querida Presidente da República entenda e compreenda que a criação desse instituto é fundamental. Criar um instituto como esse no Rio Grande é apenas dar continuidade a um trabalho. Não é começar do zero. É apenas oficializar o que está sendo feito.

Por isso, neste momento em que estamos inaugurando oficialmente a Rio+20, levando nossa solidariedade inclusive aos nossos Parlamentares que lá se encontram, pedimos à querida Presidente Dilma que encare a importância e o significado de uma decisão como esta. É até incompreensível que ainda não tenha um no Brasil, mas é importante que seja criado. Sendo criado, a Universidade do Rio Grande é o lugar ideal para sua instalação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Simon.

No dia 9 de julho, teremos uma audiência pública para discutir a ação dos mares e dos oceanos. Com seu pronunciamento brilhante, V. Ex^a poderia estar lá para contribuir, inclusive enfatizando a importância dessa proposta que V. Ex^a aqui levantou do fundo nacional que fortalece a Universidade do Rio Grande. Parabéns a V. Ex^a.

Senador Sérgio Petecão com a palavra como orador inscrito, porque, como tal, terá o tempo desejado.

Em seguida, Senador Wellington Dias.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, mais uma vez, agradeço este generoso espaço que essa Presidência me concede na tribuna do Senado, ouvindo atentamente o pronunciamento desse patrimônio moral desta Casa, que é o Senador Pedro Simon, que nos orgulha muito.

Um dos sonhos que eu tinha, Senador Paulo Paim, era o de, um dia, dividir o Parlamento com o Senador Pedro Simon. Deus foi muito generoso comigo e me concedeu essa oportunidade. No dia a dia do plenário e das Comissões de que faço parte, como a Comissão de Constituição e Justiça, da qual S. Ex^a também faz parte, tenho procurado ouvi-lo e segui-lo, espelhando-me em suas decisões e em suas atitudes. Uma pessoa que admiro muito é o Senador Pedro Simon.

Volto a um tema que foi abordado por S. Ex^a da tribuna, a Rio+20, evento para o qual estão virados os holofotes do mundo, evento que reúne cientistas, intelectuais, parlamentares, presidentes e ministros e que, de certa forma, cria a expectativa, principalmente junto à população mais humilde, de dias melhores.

Vou falar pelo meu Estado, o Acre, e pela Amazônia, que, com certeza, é uma das regiões mais citadas nesses eventos.

Quero desejar boa sorte aos participantes que lá estão muito preocupados em nos trazer dias melhores. Mas, hoje, a população já não acredita muito nisso. Já foram realizados vários fóruns como esse, mas um benefício direto para a população muitas vezes não chega.

Posso falar pela minha região. Com certeza, o Acre está sendo enaltecido, está sendo comentado. Devem falar sobre a floresta, sobre o companheiro Chico Mendes, sobre as lideranças indígenas.

Nesta semana toda, estou em Brasília, torcendo para que esse fórum possa trazer dias melhores para a população do meu humilde Estado, para as pessoas que têm muitas necessidades, para os nossos seringueiros, que são os verdadeiros guardiões da floresta, que vivem o dia a dia ali, que passam por dificuldades e que, muitas vezes, são cobrados. Mas poucos são os benefícios que chegam ali.

Então, eu queria aproveitar essa oportunidade, a Rio+20, que está acontecendo neste momento e que se encerra no dia 22, sexta-feira – estamos na quarta-feira, temos a quinta e a sexta-feira –, para dizer que espero que essas pessoas que estão ali, no Rio de Janeiro, encontrem alternativas; encontrem a grande alternativa que é conciliar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. Nós entendemos que

esse é o grande desafio. Eu acredito que um dia poderemos chegar a esse entendimento.

Sr Presidente, outro assunto que me traz à tribuna é o seguinte: na verdade, na segunda-feira, tivemos aqui uma sessão solene, uma sessão muito bonita que marcou os 50 anos de emancipação política do meu Estado, o Estado do Acre. Houve uma participação em massa. O Senador Wellington, inclusive, fez uma fala aqui parabenizando os acreanos. E eu também procurei, dentro das minhas possibilidades, dar a minha contribuição; lógico, da forma que eu acho que é o melhor para o meu Estado. Eu não estou preocupado em agradar a, b ou c. Estou preocupado com as pessoas que me deram o voto de confiança e me deram a oportunidade de estar aqui, no Senado, representando-os. Não estou preocupado se vou desgostar o governador, ou se vou desgostar o senador.

Eu tenho procurado pautar o meu mandato em cima deste entendimento: o que for melhor para o meu Estado, eu vou ser a favor; o que não for, com certeza, vou ser contra.

E, quando estive nesta tribuna, tive a oportunidade de fazer alguns questionamentos. Tivemos aqui o pronunciamento do Senador Aníbal, um belo pronunciamento; tivemos aqui o pronunciamento do Senador Jorge Viana, um belo pronunciamento. Mas, no meu entendimento, é importante salientar algumas coisas que foram ditas.

Seria muita injustiça da minha parte não reconhecer que no meu Estado houve grandes avanços; seria injustiça da minha parte eu não reconhecer que o Estado do Acre não começou de doze anos para cá. Houve pessoas que dedicaram toda a sua vida ao Estado, e fiz questão de nominá-las, de citá-las aqui. Procurei citar todos os ex-Governadores, os Parlamentares que também deram a sua contribuição para o nosso Estado. O mínimo que nós podemos fazer é citar essas pessoas e reconhecer o trabalho feito por elas.

Mas eu disse que, no Acre, nem tudo são flores. Nós temos problemas. E eu procurei ser moderado, porque era uma sessão solene. Se eu fosse falar das dificuldades do Acre, eu falaria a tarde toda.

Eu entendi e tentei somente lembrar ao nosso Governador – eu nunca poderia perder aquela oportunidade, porque teria que falar na frente dele, que estava aqui, nesta mesa – e aos Senadores que também estavam aqui no plenário que o Acre não é só maravilhas. Nós temos problemas graves, e eu os citei.

Nós temos que reconhecer que o Governo do Estado tem feito um grande esforço com esse Programa Ruas do Povo, como eles chamam lá, o que, no meu entendimento, acho um total desrespeito para com os prefeitos. Ora, se há recursos, eles não são do Esta-

do, Senador Paulo Paim. Os recursos são do BNDES; são recursos federais.

O Governo do Estado do Acre, hoje, virou um verdadeiro prefeitão. Eu conheço prefeitos, no interior do meu Estado, principalmente nos Municípios pequenos, que têm dito: "Petecão, eu não sei mais o que faço. O que eu fazia aqui eram as ruas; e o Governo do Estado resolveu fazer todas as ruas do meu Município". Isso é ruim? Não. É bom. Mas fica uma espécie de desconfiança do prefeito.

Ora, se você vai fazer a obra, repasse os recursos para a prefeitura e cobre do prefeito. Nós temos instituições que fiscalizam, até porque o dinheiro é federal.

Aqui, eu queria fazer um agradecimento, porque vejo, às vezes... Quantas vezes eu fui questionado aqui sobre o porquê de o Presidente Lula nunca ter tido uma votação expressiva no Acre. Por que a Presidente Dilma não ganhou as eleições no Acre?

Estão aqui dois exemplos claros. O Programa Ruas do Povo é dinheiro do Governo Federal. E vejo essas pessoas pouco, mas muito pouco mesmo citarem essas ações do Governo Federal, as ações da Presidente Dilma.

E eu aqui tenho feito um esforço grande para ajudar o Governo da Presidente Dilma. Lá no Acre, eu tenho problemas; isso é público e notório. Vou fazer oposição ao Governo do PT. Quando tiver que elogiar, vou elogiar, mas aqui eu tenho que agradecer. Agradecer não só por este benefício que o Governo Federal, que a Presidente Dilma está levando para o nosso Estado, que é esse recurso. São mais de R\$700 milhões contraídos pelo Governo, dinheiro do BNDES, dinheiro do Governo Federal, para que o governo do Estado faça esse Ruas do Povo.

Conversei com alguns prefeitos e eles estão preocupados porque é verdade que algumas ruas já estão sendo concluídas, é verdade, mas a preocupação dos prefeitos é de que não está chegando o saneamento básico, que também é de fundamental importância. Ora, estão fazendo as ruas, depois vão ter que cortar essas ruas para fazer o saneamento básico. E aí é de onde vem a nossa preocupação com o dinheiro público, o dinheiro dos nossos impostos, que, de certa forma, poderá ser desperdiçado, está sendo desperdiçado.

Fica aqui o nosso agradecimento à Presidente Dilma.

E teve outra ação do Governo Federal agora, cujos dados estou levantando para trazer a esta tribuna, para que eu possa fazer esse agradecimento à Presidente Dilma. Já pedi para que a nossa equipe levantasse junto ao Ministério da Saúde, porque, no primeiro momento, eu confesso que achei que se tratava de uma ação do governo do Estado, porque os

óculos que foram distribuídos para aquelas pessoas que foram beneficiadas com aquelas cirurgias de vista tinham bandeira do Estado, tinham a logomarca do governo do Estado, e eu tive uma informação no Ministério da Saúde de que é uma ação do Governo Federal. E as pessoas não divulgam.

Era importante que isso fosse divulgado, que esse reconhecimento fosse feito para que nós pudéssemos, eu que faço parte da base do Governo aqui, agradecer à Presidente Dilma por essas ações estarem chegando ao meu Estado, estarem chegando ao povo acreano. Mas fica aquela coisa fechada, como se tudo fosse feito pelo governo do Estado.

Mas, com certeza, nós estamos levantando os dados, vamos, no momento certo, divulgá-los da tribuna desta Casa.

Os jornais do governo, por conta da minha posição nesta tribuna... Não fiz nem críticas. Não estaria sendo justo com o governador se eu dissesse, desta tribuna, que o Acre é um paraíso. Ora, já pensou se a Presidente Dilma estivesse assistindo a essa sessão solene? Ela pensaria: se o Acre está um paraíso, não precisamos mais destinar recursos para lá. Não. Houve avanços, é verdade que houve, mas o Acre tem problemas.

Na semana passada, na segunda-feira, quando em vim, tivemos de sair de madrugada porque a pista do aeroporto de Rio Branco, nossa capital, Senador Paim, passou dois dias fechada. Dois dias fechada passou a pista do aeroporto de Rio Branco, nossa capital. Imaginem se houvesse alguém com necessidade de viajar para um tratamento de emergência! Teria morrido. Então, não está tudo bem.

Citei um exemplo, e eles não gostaram. Disse que uma professora da Foz do Breu me ligou dizendo que o maior sonho dela – veja só Senador Paim – era poder passar o natal e o ano novo em clima. Em clima, como chamamos lá no Acre, é passar com energia. Não tinha energia para que ela passasse o natal e o ano novo na Foz do Breu. São coisas pequenas de se contar e que é preciso dizer. Não podemos ter vergonha de dizer isso para o Brasil, senão o Brasil vai ficar pensando que o Acre é um paraíso. O Acre não é um paraíso.

Há aqui o Jornal Página 20, mas lá no Acre nós o conhecemos como Página 13. Ele teceu algumas agressões à minha pessoa, o que, inclusive, chocou alguns Senadores. Ontem, tive a oportunidade de ouvir. O senhor, Senador Paulo Paim, é convededor disso e sabe que aqui na Casa nós temos um Regimento. A sessão solene foi uma sessão especial. Por conta do horário, a TV Senado teve de suspender a exibição da sessão. Foi exatamente no meio da fala do nosso Go-

vernador Tião Viana. Os jornais do Acre, os jornais do governo, onde não sai uma linha que não seja autorizada pelo Assessor de Comunicação do Governo, não sai uma linha, todas as semanas eu recebo agressão desse jornal. Não sai uma linha aqui que não seja autorizado pelo Assessor de Comunicação do Governo, inclusive a coluna aqui era assinada pelo Assessor de Comunicação do Governo, onde eles dizem que a sessão foi cortada na hora da fala do governador, porque o Presidente desta Casa, Senador José Sarney teria mandado cortar a fala do Senador Tião Viana.

Então, isso é um absurdo! Isso é um absurdo!

Ontem mesmo, o Diretor de Comunicação Social aqui do Senado já emitiu uma nota de esclarecimento a este jornal, o jornal Página 13, dizendo que a iniciativa de suspender a fala não partiu do Presidente Sarney, até porque ele não estava sequer na Casa. É uma nota que foi assinada pelo Sr. Fernando César.

São atitudes como essa que dão uma dimensão a que ponto chegou a política no Acre.

Fica aqui o nosso repúdio. Não tive interesse nenhum de agredir, de denegrir a imagem do governador. Muito pelo contrário, as minhas palavras aqui foram de ponderação. Coloquei-me à disposição do governador e quero me colocar, quero reiterar isso, todas as vezes que ele precisar; não só ele, como à disposição de todos os prefeitos – e eu tenho feito isso –, independente de cor partidária, independente de ideologia política. Eu sempre coloquei meu mandato à disposição para ajudar ao meu Estado.

E tenho dito que acima dos interesses político-partidários estão os interesses da população do meu Estado.

Sinceramente, não me abati com essas agressões desse jornal, porque ele já faz isso todo dia mesmo. Agora o que deixou a muitos amigos e Senadores e ao próprio Presidente desta Casa indignados foram as agressões, a calúnia que foi feita por conta desse jornal contra o Presidente.

Mas, quero agradecer à TV Senado, mais uma vez, que fez uma nota de esclarecimento, porque até eu fiquei preocupado quando o jornal publicou que a TV Senado teria cortado a fala do ex-Senador e Governador Tião Viana. Está aqui uma das notas; vou ler:

Também considerada desrespeitosa com o povo acreano, a atitude da TV Senado foi debitada ao ranço que o presidente da Casa, José Sarney, ainda tem do fato de quase ter perdido a disputa da presidência para o então senador Tião Viana.

Veja só, Senador Paim, a que ponto essas pessoas chegam, lá no Acre. Eu não estava aqui, mas,

pelas informações que tenho, essa não foi uma disputa acirrada. Acho que o Presidente Sarney teve 49 votos, salvo engano. Isso nem se discute aqui, nesta Casa, mas, infelizmente...

São várias notas aqui. Vou ler outra:

“Mesmo com o desrespeito da TV Senado...”

Desrespeito? A TV Senado passou quase uma semana, lá no Acre, fazendo um especial para o governo. Um especial foi exibido na TV Senado, aqui, neste plenário, na sessão, e TV Senado ainda desrespeitou, no entendimento do jornalista.

Mesmo com o desrespeito da TV Senado, que retirou do ar a fala do governador para colocar notas pouco expressivas de um pretenso noticiário nacional da emissora, o pronunciamento de Tião Viana foi considerado histórico por vários internautas das redes sociais.

Para vocês verem como é que é, Senador Wellington. O senhor é do PT, mas eu o conheço. O seu procedimento é exatamente contrário ao do PT do Acre.

É preciso tornar público isso porque as pessoas precisam saber o que está acontecendo no Acre.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Petecão, me permite um aparte

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Concedo um aparte ao nobre Senador Aníbal Diniz.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Petecão, em primeiro lugar, eu me sinto muito à vontade em dialogar politicamente com V. Ex^a, porque eu gosto de fazer política de maneira transparente. E V. Ex^a tem deixado bem claro que é adversário aberto do nosso projeto lá no Acre. Eu procuro ouvir com muita atenção cada um dos seus argumentos para, justamente, tentar colocar os devidos pingos nos is. Em primeiro lugar, em nenhum momento a gente quer passar para a população a ideia falsa de que o Acre é um paraíso. O Acre não é um paraíso. Ainda hoje, fiz um pronunciamento e deixei, com muita clareza, a minha posição de que temos desafios extremos a serem superados no Acre. Nós temos indicadores sociais completamente desfavoráveis. Veja só, nós tínhamos um índice de analfabetismo de 25%. Houve muito trabalho, mas ainda hoje nós temos mais de 13% de analfabetos no Acre. Nós temos o índice de pobreza absoluta superior a 18%. Nós temos uma ponte sobre o rio Madeira que nos mantém isolados do resto do Brasil. E hoje nós já temos uma informação do Ministério dos Transportes de que não está na ordem das prioridades, daqui para 2014, tocar nessa ponte sobre o rio Madeira. São problemas que exigem de todos nós completa unificação para tentar resolver. Nossa economia é uma econômica deficitária. As empresas que

atuam no Acre atuam basicamente graças à indução da política econômica desenvolvida para o Estado, porque, se não tivesse, estaria muito pior. E V. Ex^a é testemunha de que o Acre estava completamente inviável há treze anos, quando ganhamos o Governo da Floresta, com V. Ex^a nosso aliado, que nos ajudou naquele processo. Então, a gente não pode separar, não deixar de reconhecer aquilo que avançou. Quando a gente diz que avançou muito, que a gente diz que conseguiu manter esses 87% da floresta preservados e que é preciso encontrar uma forma de dar sustentação econômica para esse projeto, justamente para poder melhorar a qualidade de vida do nosso povo e manter a preservação da floresta, é um desafio posto e a gente está permanentemente levantando a voz quanto a isso. Com relação aos recursos fruto de financiamento do BNDES, só temos financiamento do BNDES porque nós conseguimos tornar o Acre um Estado adimplente. Ninguém consegue financiamento junto ao BNDES ou aos organismos internacionais se não tiver certificação de adimplência absoluta, se não tiver comprovação de um desempenho fiscal favorável. Hoje mesmo, quando o Brasil inteiro, quando os Estados do Brasil inteiro estão chorando porque devem duas vezes, três vezes o seu Produto Interno Bruto, o Acre consegue ainda obter financiamento. Então, isso é uma prova de que a gente mudou e mudou para melhor nos últimos anos. Temos problemas? Temos. Agora, por exemplo, quando V. Ex^a diz que a Presidenta Dilma perdeu no Acre, e isso é porque nós fizemos as ações de governo mostrando mais as marcas do governo e não o do Governo Federal, eu acho que V. Ex^a entra numa seara que nos ofende pelo seguinte: nós fizemos a campanha da Presidenta Dilma e hoje somos, no caso do discurso de V. Ex^a, responsabilizados pela derrota da Presidenta Dilma. E V. Ex^a, que fez campanha contra a Presidenta Dilma no palanque do PSDB, vem aqui no plenário cobrar posição, como se nós tivéssemos a culpa pela nossa aliada ter tido menos votos. Nós tivemos uma série de circunstâncias nas últimas eleições. Nós perdemos a Marina, que deixou de estar conosco e resolveu ter uma candidatura própria. Isso interferiu no cenário local, até mesmo pela decisão de V. Ex^a. Imagine: se nós tivéssemos Marina candidata ao Senado, muito provavelmente V. Ex^a não teria sido candidato ao Senado. Então, a saída da Marina mexeu no tabuleiro político do Acre, e isso causou certa situação. Nós tivemos uma campanha para o Governo extremamente acirrada. O PSDB do Acre teve 49,5% dos votos contra 50,5% do Governador Tião Viana, do PT e da Frente Popular. Quer dizer, nós tivemos toda uma alteração eleitoral. O Senador Jorge Viana e V. Ex^a, que foram eleitos Senadores, tiveram pratica-

mente a mesma votação. Ou seja, houve uma disputa muito acirrada, e o nosso segundo candidato ao Senado perdeu. Quer dizer, o conjunto do comportamento eleitoral do Acre foi muito diferente nessas eleições. É algo, digamos, completamente novo na política do Acre? Não! O eleitor do Acre sempre foi um eleitor muito consciente. Ontem mesmo, nós mostramos que Guiomar Santos lutou para elevar o Acre a Estado, e, na primeira eleição que disputou para Governador, ele perdeu. Na eleição em que V. Ex^a foi eleito Deputado Estadual, em 1984, o eleitorado do Acre votou em Nabor Júnior para o Senado, votou em Orleir Cameli, do PP, para o Governo e votou em Marina Silva, do PT, para Senadora. Ou seja, a gente sempre teve uma posição do eleitorado do Acre de dividir um pouco as forças. Na última eleição, também aconteceu isso. V. Ex^a, que era adversário, foi eleito Senador, o Senador Jorge Viana também foi eleito, mostrando uma divisão de forças, e, entre os dois candidatos ao Governo, do PSDB e do PT, o povo do Acre manteve o Governo do PT. Agora, com relação à Presidência, houve uma postura realmente diferente, para a qual a gente não tem uma explicação direta. Sabemos que temos problema no sentido da interpretação dessa posição do eleitorado, mas não podemos simplesmente atribuir a culpa à nossa atitude, como Governo, quando, na realidade, há uma conformação de forças bem diferenciada. O próprio PMDB, que é um aliado nacional – e V. Ex^a é testemunha disso –, no Acre é adversário do nosso projeto e fez campanha contra a Presidenta Dilma. O PMDB inteiro fez campanha contra o Vice-Presidente da República, Michel Temer, no Acre, por birra contra o nosso projeto. E agora nós sermos responsabilizados pela derrota da Presidente Dilma por uma pessoa que fez campanha contra a Presidente Dilma parece-me um pouco demais. E exatamente por isso eu voltei ao plenário para aparteá-lo, para tentar deixar essa questão um pouco mais clara junto aos nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado. Muito obrigado pela atenção de V. Ex^a de ter me dado o aparte.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador, se o senhor me permite, ainda gostaria de lhe conceder o tempo que for necessário, se a Presidência permitir, para que o senhor comente essas agressões por parte do jornal *Página 20* contra o Presidente do Senado, em que ele acusa o Presidente do Senado de ter cortado o microfone, cortado a fala do então Governador Jorge Viana. O senhor gostaria de comentar isso?

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Olha, Senador Petecão, eu sou a favor de total liberdade de imprensa com responsabilidade. Por isso, sou a favor de que cada um responda pelos seus atos. Eu acho que

a atitude de uma pessoa comentar, em tais termos, a questão da TV Senado sem procurar se informar previamente é precipitada. Tanto é que, quando eu soube que o nosso programa não foi transmitido na íntegra, liguei inicialmente para o Diretor de Comunicação. Sr. Fernando César Mesquita, que me disse que tinha tido problema, sim, por conta de uma comissão que estava acontecendo no mesmo horário, mas ele, imediatamente, assumiu a responsabilidade de retransmitir o programa à noite. E pronto. O assunto para mim estava encerrado. O esforço que fiz foi tornar público que haveria retransmissão do programa à noite, como também no sábado e no domingo. Para mim, o assunto foi encerrado ali. Em nenhum momento, fiz qualquer ilação de corte de microfone por motivo ideológico. Eu acho que, se alguém fez comentário nesses termos, já o fez de maneira precipitada. Essa é a minha opinião.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Não. Eu trouxe esse assunto aqui porque temos que corrigir algumas injustiças. Está aqui, no jornal, o qual tem uma relação direta com o Governo, não sai uma nota nesse jornal aqui que não tenha o aval do assessor de comunicação do Governo. Espero que o que estou dizendo não seja do conhecimento do senhor, até porque nós moramos no Acre e todos nós nos conhecemos. E o senhor sabe do que estou falando aqui, do jornal *Página 20*, que lá é chamado por todos de *Página 13*.

Quanto a essa questão da Presidente Dilma, Senador Anibal Diniz, eu estou buscando saber por que o povo do Acre não votou na Presidente Dilma.

Eu estou aqui agradecendo à Presidente Dilma pelos benefícios. Isso é o mínimo que eu posso fazer. O mínimo que eu posso fazer é vir a esta tribuna e ter a humildade de agradecer pelos benefícios. Não estou, de forma alguma, dizendo que o Governo do Estado está deixando de fazer. Se vocês não quiserem divulgar, acho ainda melhor que vocês não divulguem. Agora, eu não posso deixar de reconhecer que os recursos que estão chegando ao meu Estado contam com uma participação direta do Governo Federal.

Eu defendo o Governo da Presidente Dilma aqui nesta Casa exatamente porque entendo que, acima dos interesses político-partidários... Não é por conta das divergências que nós temos lá no Estado que eu vou deixar de reconhecer que o Governo Federal tem ajudado.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Mas esse reconhecimento...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu estou tentando buscar aqui um entendimento. Eu quero saber por que o povo do Acre... Não justifica! No Amazonas, a Presidente Dilma teve 90% dos votos. No Acre, a Presidente Dilma perdeu a eleição.

Então, é esse entendimento... Eu acho que o senhor deveria me agradecer por eu estar tentando encontrar uma alternativa. E eu acho que um dos problemas é este: não se divulgam as ações do Governo Federal. E essa ação que o senhor... O senhor me falou o óbvio. Todo mundo sabe que o Acre só poderia se endividar se ele ainda tivesse um poder de endividamento. No entanto, se não tivéssemos o apoio do Governo Federal, nós não conseguiríamos esse recurso, porque o recurso é do BNDES.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – É isso que eu estou dizendo. Só estou dizendo isso. Eu não estou dizendo mais do que isso.

O que o senhor disse – “Ah, não; o Estado pode se endividar” – é óbvio, mas o problema, Senador Anibal, é que, daqui a uns anos, quem vai administrar o Estado totalmente endividado, totalmente quebrado?

A razão de vir à tribuna é porque eu estou feliz. Conversei com alguns prefeitos, e eles me chamaram a atenção. Aquele projeto, aquela ação do Governo Federal de levar o benefício do tratamento de vista às pessoas, para mim, foi maravilhoso. Eu não vi... Eu vi lá, está nos óculos, na bandeirinha do Estado, no Governo do Estado do Acre. Eu não vi se o senhor fez isso aqui – desculpe-me –, mas, se fez, temos que fazer todo dia, temos que agradecer porque aquele benefício do Governo Federal ajudou milhares de acrianas que precisavam do benefício naquele momento. O que eu estou fazendo aqui é agradecer o apoio que a Presidente Dilma tem destinado ao Governo de vocês, ao Governo do PT.

Automaticamente, esse benefício, indo ao Governo do PT, chegará à população do meu Estado, porque eu não faço aquela política pequena, como faz o Governo do Estado: em algumas prefeituras em que o Governo não é do PT, ele sequer assina convênio com os prefeitos. Eu acho que nós temos que deixar a política de lado um pouco e tratar o Estado como um todo, até porque a política não é tudo. Nós temos que entender que, acima dos interesses político-partidários, estão os interesses da população do nosso Estado.

Então, eu quero dizer ao senhor que, da minha parte, não fica mágoa. Agora, eu fiquei sinceramente preocupado com essas calúnias que foram aqui publicadas nesse jornal que o senhor conhece muito bem, o *Página 20*, que é 100% governista. O jornal poderia muito bem ter feito hoje uma nota pedindo desculpas ao Presidente desta Casa pelo que foi feito com a sua pessoa.

Obrigado, Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem o direito de usar a palavra pela ordem com base no art. 14, porque foi citado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu só queria reforçar aqui, em relação a essa questão que o Senador Petecão está apresentando, porque o Senador Petecão, primeiro de tudo, é um político extremamente hábil, tem uma *performance* fantástica ao se fazer de vítima. Ele diz permanentemente que não aparece em veículo de comunicação do Acre. Mas a única emissora que tem um correspondente permanente aqui na tribuna do Senado faz acompanhamento de todos os Parlamentares, seja da Câmara Federal, seja aqui do Senado, e está permanentemente mostrando as ações de cada um.

A afirmação final que o Senador Petecão faz ao dizer que está grato à Presidenta Dilma, dando a entender que nós não estamos gratos, é uma injustiça, porque todos os Senadores desta Casa sabem o quanto nos expomos aqui. O Senador Jorge Viana, eu e o próprio Governador lá no Acre, em cada uma das ações que a gente acompanha, temos procurado deixar muito claro que a gente só tem conseguido os benefícios que nós tivemos até aqui porque nós contamos com o apoio tanto do Presidente Fernando Henrique, na primeira fase do Governo Jorge Viana, quanto do Presidente Lula, que foi o Presidente que mais nos ajudou, e agora também da Presidenta Dilma, que tem dado uma atenção muito especial ao Acre no que diz respeito à liberação dos recursos. Lamentavelmente, a Presidenta Dilma não foi ainda nos fazer uma visita no Acre, mas a gente espera que, em um momento oportuno, ela vá, talvez este ano ainda, à inauguração da BR-364.

Agora, o Senador Petecão fez outra afirmação em relação ao resultado eleitoral.

Se ele apresenta a dúvida, o que houve que a Presidenta Dilma teve menos votos no Acre do que no Amazonas, essa dúvida nós também temos. Nós também temos e gostaríamos de ter essa resposta. O que não pode acontecer é ele apresentar a dúvida e automaticamente apresentar uma resposta: porque não foram mostradas devidamente as ações do Governo Federal no Acre.

Pelo contrário, temos nos dedicado absolutamente a mostrar a ação do Governo Federal, mostrar todos os avanços que conseguimos a partir desse bom diálogo que temos com o Governo Federal.

Agora, infelizmente, houve um resultado eleitoral adverso para nós e para a Presidenta Dilma, e não temos uma explicação objetiva do que aconteceu. Posso afirmar que eu pedi voto para a Presidenta Dilma no

Acre, o Senador Jorge Viana pediu voto para a Presidenta Dilma no Acre, o Governador Tião Viana pediu voto para a Presidenta Dilma no Acre. Agora, o PMDB não pediu voto para a Presidenta Dilma no Acre. O Senador Petecão não pediu, ele pediu para o PSDB. Então, não pode uma pessoa que fez campanha contra agora querer nos responsabilizar pelo insucesso. Aí fica muito difícil. E a gente precisa realmente ter esse posicionamento para que a sociedade do Acre, a sociedade do Brasil saiba que existe uma oposição que tem bastante firmeza e está fazendo os seus esforços todos para tomar a primazia da política do Acre. E temos procurado mostrar que os esforços todos do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, do Governador Jorge Viana, do Governador Binho e do Governador Tião Viana contribuíram para que a vida do povo acriano hoje estivesse um pouco melhor.

Chegamos à situação ideal? Não. Estamos muito longe da situação ideal, mas sabemos perfeitamente que com trabalho, com honestidade e com dedicação vamos chegar a níveis mais elevados de qualidade de vida do nosso povo e estamos lutando permanentemente por isso, porque entendemos a política como dedicação, como total responsabilidade no sentido de buscar melhores condições de vida para o nosso povo. E temos nos dedicado a esse mister permanentemente, desde que entramos na atividade política, desde a fundação do PT até agora, que somos governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Aníbal Diniz, Senador Sérgio Petecão, que está no plenário ainda, primeiro, o debate democrático é isso mesmo. Deixe que ambos falassem. V. Ex^a falou pelo art. 14.

Agora quero fazer um apelo: qual dos dois poderia assumir a Presidência? Porque tenho um compromisso às 5h, e o Senador Wellington tem que falar. (Pausa.)

Então, o Senador Sérgio Petecão assume a Presidência, porque tenho um compromisso exatamente às 17h.

É o primeiro acordo, viu? Ambos dialogaram, e o Senador Aníbal Diniz pediu ao Senador Sérgio Petecão que assumisse a Presidência.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ou ex-Presidente, meu querido Paulo Paim; meu querido Petecão, Senador do Acre; Senador Aníbal, inicialmente, devo dizer que acho importante esse debate, com o contraditório. Acho que ele faz parte do sistema democrático. Da minha parte, quero apenas elogiar a iniciativa do evento realizado na

segunda-feira. Ele é muito importante e, creio, marca o trabalho do Senado. Ontem, encontrei o Governador Tião Viana na Rio+20 e o parabenizei e, aqui, parabenizo a vocês por essa iniciativa.

E é sobre a Rio+20 que quero tratar. Ontem, tive o privilégio de visitá-la, pelo Senado Federal. Quero parabenizar o Senado Federal pela estrutura que ali instalou, junto à de diversos órgãos brasileiros, como a Câmara Federal. O Senado Federal estava com suas equipes técnicas, com as assessorias, e ali foi possível trabalhar. Amanhã, haverá uma nova rodada com a Comissão de Mudanças Climáticas, a Comissão de Meio Ambiente e outras áreas. Ontem, estivemos lá o Senador Jorge Viana, a Senadora Vanessa, Senadora Ana Rita, Senador Rodrigo Rollemberg, e juntos tivemos oportunidade de tratar desse fórum com a presença de representantes, de ministros, embaixadores de vários países. Aqui destaco a importante atuação da América do Sul, da América Central, de países africanos, asiáticos, árabes, além, é claro, da América do Norte e da Europa, que tem uma tradição de longa data nessa área diplomática.

Sei que sempre se ressalta o documento final, como sairá, se haverá ou não avanço. Mas percorri todos aqueles espaços, tive o privilégio de ir ao Rio-centro, ao Parque dos Atletas e a outras áreas mais afastadas, com cerca de 70, 80 mil pessoas – é a estimativa – visitando, e eu sei que era um mundo de gente naquela área da beira-mar, e ninguém podendo nem curtir muito praia, nem mar. Muito trabalho, com as tendas, os debates mais diversificados, manifestações as mais variadas.

E eu não posso deixar de registrar aqui a visita que fiz ao Fórum dos Trabalhadores. No Fórum dos Trabalhadores, participei de um debate exatamente sobre o papel das organizações sociais do movimento sindical, ali liderado pela Central Única dos Trabalhadores, com a presença do Artur, seu Presidente, e de tantas outras lideranças. Pude ver ali a importância dos trabalhadores nesse debate, ou seja, de uma integração dos trabalhadores do Brasil com o mundo, para serem parte desse pacto que se busca construir, e espero até o final: mais avançado do que foi a Eco-92.

Destaco ainda a visita que fiz à Fundação Milton Santos. Lá, liderado pela Fundação Perseu Abramo e outras, participamos de um debate sobre esse momento de crise mundial e o papel para novas mudanças que impactam tanto a parte ambiental e econômica como a social. É bom lembrar que há um consenso na Rio+20 que nós temos, que é um lado inclusive que não é bom. Nós estamos tendo que fazer uma pactuação, no momento em que temos uma crise, que muitas vezes é colocada apenas como uma crise econômica – e

é, e é grave e é forte – mas é também uma crise ambiental. O fato é que nós temos mudanças climáticas, estiagem de um lado; onde chovia muito, redução de chuvas; outros lugares, enchentes, enfim, e o mundo começa a ter essa preocupação. As novas gerações... E destaco aqui uma presença muito grande de jovens na Rio+20.

Estive visitando e participando desse debate, portanto, com a participação de pessoas da América do Sul, da Europa, da América do Norte e também do Brasil.

Destaco o trabalho aqui do Jorge, da Fundação Perseu Abramo, coordenador desse trabalho.

Estive ainda visitando vários *stands*. Destaco aqui, puxando para o meu corporativismo, o da Caixa Econômica Federal, que é uma das patrocinadoras e tem um suporte importante lá, onde também faz parte dos debates. E aqui quero dizer que, durante este debate, nós tivemos oportunidade de tratar sobre um documento importante, Sr. Presidente, que é o documento dos povos indígenas.

Eu estive na Kari-Oca. A Kari-Oca já é uma tradição, foi na Eco-92, quando eles levantaram uma tenda, uma réplica de uma verdadeira tenda, e neste ano havia duas, e, ali, nós tivemos um encontro com cerca de 400 índios brasileiros, representando as diversas etnias. Destaco aqui o trabalho do Marcos Terena, do Carlos Terena, do Ronald, que da nossa assessoria também nos acompanha nesse tema. E os povos indígenas, denominados Filhos da Mãe Terra, ali, numa região onde funcionava um hospício, afastado do centro da cidade, a cerca de trinta e poucos quilômetros do centro da cidade, apoiados por várias entidades e pelo Governo brasileiro – e destaco o apoio do Ministério do Esporte – ali fizeram um debate da maior qualidade, da melhor qualidade.

Eu tive oportunidade de chegar em um momento desses e pude subscrever... E me comprometi de trazer ao Senado Federal, e estarei repassando-a, uma cópia da Declaração Kari-Oca II, como eles chamam, a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre a Rio+20 e a Mãe Terra, do dia 13 ao dia 22 de junho deste ano, e que estariam ontem e hoje entregando. São dois documentos, um documento que diz respeito à pauta mundial, em que índios de vários países, da Argentina, do Chile, também da América do Norte, dos Estados Unidos e do Canadá, mas também de países de outros continentes, ali celebraram um acordo, um entendimento sobre os principais pontos.

O principal deles é o da institucionalização do colonialismo. Eles fazem um grande diagnóstico sobre isso, eles querem que as nações, os governos e as empresas abandonem as falsas soluções que geram

as mudanças climáticas, tais como as grandes empresas hidroelétricas, os organismos geneticamente modificados. Enfim, faço esse destaque aqui de forma resumida, vou ter a oportunidade de tratar sobre toda essa pauta. Mas eu gostaria de dizer que o pleito principal é que possam, em qualquer parte do mundo, ser ouvidos antes, porque depois que definem que vão fazer uma hidroelétrica e que será em tal lugar, os indígenas somente tomam conhecimento na hora do leilão, na hora em que já está num processo muito avançado, praticamente quando tudo está definido. E o que eles pedem, em qualquer lugar do mundo, também ao Governo brasileiro, é para que sejam ouvidos, porque, como povos da origem do Planeta, do Brasil, enfim, acham que têm um papel importante e devem ser escutados, inclusive com poder de modificar e orientar o melhor caminho.

Lembram ainda a importância da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento, a Rio+20, como é chamada; a inclusão do tema da economia verde e ajudam a definir o que é economia verde.

Lembram ainda a importância de evitar que se tenha a exploração, que eles chamam até de roubo dos ecossistemas e da biodiversidade do mundo; assim, como a violação dos direitos inerentes aos povos indígenas.

Vou encaminhar uma cópia deste documento à Presidente Dilma, ao Presidente José Sarney e ao Presidente Marcos Maia, para que sejam considerados muitos dos pontos da Rio+20, que vão ficar em grupo de trabalho posterior, que é onde normalmente se têm os maiores avanços, assim como aconteceu com a Eco 92. E eu estarei atento e cobrando.

Voltando ao tema. Lá, tivemos esse encontro com os Senadores e participamos dos debates na Plenária Preparatória com Ministros de Estado, Secretários, Embaixadores e com uma forte presença brasileira.

O que pude perceber? Primeiro, ali temos um debate em um ambiente muito tenso, muito tenso, por conta não exatamente, vamos dizer assim, da responsabilidade de a, de b ou de c, mas desse ambiente inseguro que vive o Planeta neste instante.

Acho que a Rio+20 pode não ter os avanços que poderia ter, embora acredite que tenhamos alguns pontos que vou destacar, pois eu, pelo debate que participei ontem, imagino que vamos avançar.

Institucionalizar o pós-evento, ou seja, termina a Eco 92, e o que fica para tocar – porque senão fica muito solto, muito abstrato – os encaminhamentos seguintes?

Então, lá há uma discussão para se criar ou uma agência global – é o ponto principal –, que, em nome da representação dos países ali presentes, possa fazer os

encaminhamentos, ter condições de deliberação sobre aquilo que é o detalhamento das principais decisões. E nesse ponto eu destaco que, apesar, até ontem, de um grande esforço brasileiro, destaco aqui um esforço das lideranças da Noruega, de vários países. A minha percepção é que nós vamos sair da Rio+20, como aconteceu com a Eco 92, no máximo com um grupo de trabalho, no máximo com um fórum informal, mas não institucionalizado, como era o desejo.

Qual é a vantagem da institucionalização? É que se assegurava as condições dos recursos para o seu funcionamento. O contrário fica na dependência de doações desse ou daquele país, o que muitas vezes termina virando argumento para que as coisas não aconteçam.

O princípio intergeracional. Eu acho que essa é uma vitória já da Rio+20. A Rio+20, para todo mundo compreender, aprova princípios. Lá atrás, para dar um exemplo, tratávamos da Eco 92. O foco era meio ambiente, ecologia. Agora, eu acho que já há uma mudança conceitual, e esse é um avanço que foi produzido a partir da Eco 92, porque ali não se chegou a um acordo, mas, posteriormente, nós tivemos esses avanços. Foi fazer a integração da área ambiental com o social e com o econômico.

Agora, vejam que o problema é que a crise é econômica, é ambiental e é social. Então, se não tivermos princípios, uma pactuação para os três pilares que regem, neste instante, que desafiam a humanidade, nós não vamos chegar a uma solução.

De um lado, o econômico quer desenvolvimento, quer indústrias, mais produção, enfim, mais respostas, mais tecnologia. E isso, do outro lado, dependendo de como for feito, causa mais ou menos impacto ambiental, causa mais ou menos impacto social, positivo ou negativo. Por isso esses três pilares como algo fundamental que está ali sendo colocado.

A definição da estrutura era importante para poder definir os mecanismos de implementação. Qual era a regra simples? Ora, aqueles que fazem mais emissão, normalmente os países mais desenvolvidos, aqueles que já causaram mais danos ambientais, ou seja, aqueles que hoje, de um lado, fazem mais emissão no planeta, e, do outro, tem menos captação. A região, como a de V. Ex^a, a região Norte do Brasil, essa parte do Planeta é exatamente o contrário. É o pulmão do planeta. Vamos precisar de oxigênio. Vamos precisar de água. Vamos precisar de alimento. Vamos precisar de todas essas coisas.

Se não houver uma sustentabilidade – onde os mais desenvolvidos, que são os mais atrasados do ponto de vista ambiental –, uma contrapartida, não vamos conseguir ir a lugar nenhum.

Então, não tem regra. Tem esse debate. Ah, mas de novo a história dos mais ricos contribuindo para sustentar os mais pobres! Não tem jeito. É a lei da natureza. Ou seja, é o adulto que protege a criança, o bebê, o idoso, o que está na média de idade. É o idoso que tem mais experiência, que aconselha. Enfim, é assim que funciona em todos os aspectos da vida e da natureza. E é assim também que tem que acontecer.

Inclusive, o Brasil – digo isso como parte, com muito orgulho, de um país que já não é mais subdesenvolvido – é um país que caminha para as condições do desenvolvimento. Um país que quer colocar a sua assinatura, avançando na institucionalização e, ao mesmo tempo, com os mecanismos de implementação.

Vamos fortalecer as estruturas de financiamento, de garantia, de meios e de recursos. O Brasil, com certeza, estará dentro desse processo.

Do outro lado, foram tratados alguns temas que considero importantes: a transferência obrigatória de tecnologia. Um exemplo: se um país quer que tenhamos menos emissões e ele é detentor da tecnologia, como a eólica, da energia a vento, ou detentor da tecnologia da energia solar, enfim, que são menos impactantes do ponto de vista ambiental, então, é preciso que se tenha um acordo para socializar. Para aqueles países que hoje, por falta do conhecimento dessa tecnologia e de condições de comprá-la, são obrigados a queimar óleo diesel, como acontece na região Norte do Brasil, onde são obrigados a impactar, a emitir mais gás carbônico por, exatamente, falta desse conhecimento, é importante essa disseminação.

Devo dizer que também, a meu ver, apesar de um debate muito sério, muito correto, poderemos sair da Rio+20 sem um entendimento, pelo menos amplo. A tendência é de que tenhamos no máximo um grupo de trabalho que vai prosseguir nessa direção.

Tenho defendido a tese de que se tivermos um fundo internacional, se você vai comprar o pneu de um carro, por exemplo, o que tem de emissão para se produzir o pneu de um carro? O que tem de emissão? CO₂. Ali, você tem como embutir uma taxação que pode permitir do outro lado proteger as regiões que, se não tiver outra alternativa, vão desmatar. E para manter a floresta em pé, para fazer a revitalização, alguém tem que pagar a conta, alguém tem que pagar a conta, e isso é necessário para proteger desde um simples olho d'água até as grandes nascentes dos nossos rios, que abastecem não apenas o Brasil, mas outras regiões do Planeta.

Quero, assim, dizer que assisti ainda ao debate sobre a propriedade intelectual, ou seja, alguém domina uma substância que é capaz de curar a Aids, que é capaz de curar a dengue, que é capaz de curar

um conjunto de outras doenças, endemias, enfim, é um problema, especialmente para os mais pobres. Ela pode atingir qualquer parte do mundo, mas é um problema mais grave para os mais pobres. Por quê? Porque mesmo o mundo dominando a tecnologia, não consegue ter o acesso, não consegue ter o acesso.

O Brasil entrou de cheio nessa parada com a criação, no caso do medicamento, por exemplo, do genérico. Ou seja, é uma forma de se reduzir o preço, tirando dali as patentes, porque a gente sabe, para poder se descobrir um medicamento, é claro, você ali tem um aporte de recurso privado muito grande. Então, se tiver uma parcela de recurso público, você reduz o preço do produto final. Esse é o eixo do que se está trabalhando dentro da linha da propriedade intelectual, para que aquilo que é essencial à vida, aquilo que não é supérfluo.

Se alguém inventa um avião, inventa um helicóptero, inventa um equipamento, bom, claro que viver com isso é bom, mas não é a essencial à minha vida. Eu quero algo para curar a doença, eu quero é algo para aprender com mais facilidade, para me alimentar com maior produtividade, ter uma produção naquilo que o trabalho no campo, numa área menor, puder produzir mais. Então, eu acredito que isso tem que socializar.

Enfim, diria que talvez empurrados pelas mudanças climáticas, há uma tendência de se fazer essa unificação, de trabalhar na dimensão ambiental, integrado com a social e a econômica.

O ambiente do evento acho que pode ser alterado, nessa fase final, com a chegada, a...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Fora do microfone.) – ... partir de hoje, dos chefes.

Agradeço, Sr. Presidente. Estou concluindo e sou muito grato por sua generosidade.

O fato é que nós temos ali condições de, com a presença... Por que o que acontece? Nessa fase, são os embaixadores, são os ministros, parlamentares. Nós tivemos lá uma plenária de parlamentares, com parlamentares do mundo inteiro, onde também colocamos a nossa parte em relação a esse trabalho.

Eu dizia que, empurrado pela crise econômica, empurrado pela crise social... Ainda a pobreza hoje da África, do México, da América do Sul, da América Latina é um problema para os ricos porque vai se fazer muro para todo lado? Vão proibir o direito de ir e vir dos povos no mundo? A gente está vendendo os constrangimentos de países não aceitando a entrada de brasileiros ou de pessoas de outro país e, muitas vezes, com vexames muito grandes. Por quê? Porque a gente não consegue dar conta de colocar qualidade de

vida espalhada por todas as regiões do mundo. Tem aí um bilhão de pessoas, pelo menos, precisando desse apoio, e, certamente, há essa necessidade. Portanto, a discussão financeira, onde o foco aí são os bancos; a econômica, as indústrias, o comércio, as bases de produção; e a ambiental, com a participação pública e as organizações sociais do setor privado.

Enfim, o que se busca é a definição, a clareza. O que é a economia verde, que é um tema novo colocado no debate? O que é isso mesmo? É preciso definir com muita clareza. É um princípio novo, assim como o princípio da responsabilidade com as futuras gerações, que já foi aprovado. Ou seja, intergeracional: a nossa geração, nós que estamos vivos hoje, aqui, no planeta Terra, neste lugar chamado Brasil, temos responsabilidade com as gerações dos nossos filhos, dos nossos netos, dos nossos bisnetos; enfim, dos que vêm aí pela frente.

Eu quero assim dizer que outro avanço foi tratar de forma mais específica sobre os principais desafios do mundo neste triângulo: economia, meio ambiente e o social: energia, água, alimento, oceano – não só água doce, oceano também; população urbana: como vamos lidar com as grandes concentrações humanas de cidades como São Paulo, Tóquio, Cidade do México, e tantas outras, e cidades que também caminham para um crescimento muito grande.

Ou seja, o que está provado é que a educação por si só permite um equilíbrio com o aumento da expectativa de vida e uma redução da taxa de natalidade. A taxa de natalidade no meu Estado, para lhe dar um exemplo, e talvez o de V. Ex^a também, quando eu olho o meu bisavô, ele teve 32 filhos. Trinta e dois filhos! Hoje ele iria para a cadeia se ele inventasse ter esse tanto de filho. E aí, quando vem para a geração do meu avô, ele teve 13 filhos. É impensável! As mulheres e os homens que estão aqui nos acompanhando já pararam para pensar o que é ter hoje, as novas gerações, treze filhos? Não estou falando nem de 32, mas de 13. E à minha geração, que já é uma geração já de 50, de 40, de 60 anos de idade, veja o que a educação fez: ela nos permitiu compreender que era preciso ter uma família menor, com três, quatro no máximo; e a geração dos nossos filhos com dois, um. Ou seja, com uma expectativa de vida de 75 anos, isso vai levar o Brasil rapidamente a um crescimento de natalidade empatado ou até menor do que a taxa de mortalidade.

A China, por exemplo, é o primeiro país grande do mundo que já tem taxa negativa, e assim ocorre com vários outros países educacionalmente mais desenvolvidos. É claro que a China teve o fuzil, teve a ameaça, conforme estabelecido em lei.

Então, esse é um tema que vamos ter de cuidar com todo o padrão.

E para encerrar, Sr. Presidente, o grande avanço que está lá é um princípio, e está incluído aí...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –

Perdoe-me. Sei que V. Ex^a está além do tempo, mas lhe sou grato. Foi incluído no debate e o conceito foi aprovado de se tratar diferentemente os menos favorecidos. Ou seja, os índios, os quilombolas, os que vivem no lixão, na zona urbana; os que vivem nas favelas, os que vivem, enfim, em condições sub-humanas. Ficou o pacto – e aí é onde é importante ter a institucionalização, para poder fazer isso andar com maior velocidade – do fortalecimento ou das instituições financeiras ou das formas de co-participação de contribuições para poder ajudar isso.

A erradicação da pobreza, como um compromisso que já vem de 92, do chamado Agenda 21, tem aqueles 21 itens ali, novamente foi renovado e foi incluído mais um: mudar padrões de sustentabilidade, ou seja, a sustentabilidade precisa avançar. Então, passa a ser uma responsabilidade de todos os 190 países signatários mudar padrões de sustentabilidade.

Isso está no item 226, e eu aprendi que esse item é um documento grande, enorme, que vai sair por quê? Porque ali nós temos um padrão de sustentação. O mundo vai ter que aprender a lidar com um limite de consumo.

É um tema que eu tenho trazido aqui muitas vezes; às vezes, chato. O mundo agüentaria cada ser humano com um carro? Nós temos mesmo alumínio, ferro? Nós temos mesmo matéria prima, borracha, combustível, para aguentar isso? A casa tem quatro pessoas, tem quatro carros, tem três quartos lá na casa, tem três televisões. Ou seja, o mundo aguentaria esse padrão que os mais ricos, por serem somente eles uns poucos... E agora, à medida que o mundo todo vai ganhando poder de consumo, como fica?

O andar de baixo agora também quer subir para o andar de cima. E aí? Tem vaga para todo mundo? O Planeta vai suportar isso? Então, essa é uma mudança profunda.

Eu acho que, na Eco 92, nós tivemos um acordo para poder renovar o que foi pactuado lá atrás e avançar em algumas coisas. Acho que esse princípio também marcará fortemente.

Então, eu quero aqui dizer que para mim é uma alegria ter partilhado e poder dizer aos meus filhos também, às futuras gerações, que, como Senador da República de um País chamado Brasil, eu pude ajudar, no meio de setenta, oitenta mil pessoas que parti-

pam daquele evento no Rio de Janeiro, a assegurar um bom diagnóstico, bons princípios, bons acordos, bons pactos, para que a gente tenha um planeta, assegurando as condições de qualidade de vida para as atuais gerações, mas olhando, por esse compromisso, com as gerações futuras.

Sr. Presidente, muito obrigado mesmo. Sou grato pela sua atenção.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão, V. Ex^a me concede a palavra, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Sérgio Petecão, é pela ordem mesmo. Quero só fazer o registro de um documento que recebi agora em meu gabinete, falando sobre a importância de aprovarmos um projeto que veio da Câmara dos Deputados sobre os *free shops*. Tivemos como exemplo o meu próprio Estado, o Rio Grande do Sul, e todos os Estados que ficam na fronteira.

No Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, serão beneficiadas as cidades de Porto Xavier, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Barra do Quaraí. Na fronteira com o Uruguai, poderemos ter essas lojas em Quaraí, Santana do Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí.

Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida de que esse projeto oriundo da Câmara trará benefícios, principalmente para os brasileiros e para aqueles que têm a sua moradia na fronteira. Segundo um dado que recebi, somente Santana do Livramento, nos últimos 15 anos, perdeu cerca de 400 empresas de médio e grande portes, situação que levou ao desemprego naquela região de aproximadamente dez mil conterrâneos nossos. A abertura de lojas francas em território nacional nas condições previstas no PLC nº 11, de 2012, certamente contribuirá para reverter esse quadro de desânimo e desesperança.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que aceite e publique nos Anais da Casa, na íntegra, esse meu pronunciamento sobre a importância da aprovação dessa lei sobre os *free shops* na região de fronteira de todo o nosso País. Não é só o Rio Grande que vai ser beneficiado, mas todos nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradeço a tolerância e a compreensão de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre free shops em região de fronteira.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero, hoje, pedir a atenção das Senhoras e dos Senhores Senadores a uma proposição que julgo de grande relevância para o País e, muito especialmente, para os Municípios brasileiros situados na região de fronteira.

Municípios que, por sua situação geográfica, tendem a conviver com problemas bem peculiares, entre os quais os obstáculos enfrentados por todos aqueles que se dedicam ao comércio de mercadorias.

A proposição a que me refiro, Senhor Presidente, chegou ao Senado Federal no último dia 4 de abril. É o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2012 – nº 6.316, de 2009, na Casa de origem, de autoria do nobre companheiro Deputado Marco Maia.

No dia 14, semana passada, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será examinado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Projeto tem dois objetivos básicos: de um lado, autoriza a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras; de outro lado, institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional.

Todos sabemos, Senhoras e Senhores Senadores, os benefícios que as lojas francas, ou *free shops*, podem trazer para a sociedade. Elas não só incrementam o turismo, como, principalmente, contribuem para a geração de empregos diretos e indiretos.

Exatamente por isso, nossos vizinhos da América do Sul, como o Uruguai e o Paraguai, já autorizaram há bastante tempo a instalação de lojas francas nas áreas de fronteira cruzadas por rodovias. No Brasil, ao contrário, temos uma legislação bastante restritiva sobre o assunto.

Vejamos o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro e estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.

O artigo 15 do citado Decreto-Lei, Senhor Presidente – com a redação dada pela Lei nº 11.371, de 2006 –, determina que (abro aspas) “na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais, na chegada ou saída do País, ou em trânsito, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira” (fecho aspas).

Não há margem, Senador Presidente, para estender a prerrogativa também às rodovias: nossa legislação fala especificamente em portos e aeroportos.

Por isso, o Projeto ora submetido à consideração desta Casa cuida de acrescentar ao Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, um artigo 15-A, com a seguinte redação (abro aspas, novamente):

“Artigo 15-A. Poderá ser autorizada a instalação de lojas francas para a venda de mercadoria nacional ou estrangeira contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira.

“Parágrafo 1º A autorização mencionada no caput deste artigo poderá ser concedida às sedes de Municípios caracterizados como cidades gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil, a critério da autoridade competente.

“Parágrafo 2º A venda de mercadoria nas lojas francas previstas neste artigo somente será autorizada a pessoa física, obedecidos, no que couberem, as regras previstas no artigo 15 e demais requisitos e condições estabelecidos pela autoridade competente.”

Uma pequena mudança na Lei, Sr^{as} e Srs. Senadores, que pode significar a redenção de uma enorme área de fronteira.

Tomemos como exemplo o meu Estado do Rio Grande do Sul. Na fronteira com a Argentina, poderão ser beneficiadas cidades como Porto Xavier, São Borja, Itaqui, Uruguaiana e Barra do Quarai. Já na fronteira com o Uruguai, poderemos ter lojas francas em Quaraí, Santana do Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí.

A cada ano, Sr. Presidente, os brasileiros – na maioria, gaúchos – gastam cerca de um bilhão e meio de dólares nos free shops das zonas de fronteira. É uma enorme quantidade de dinheiro utilizada para comprar perfumes, bebidas, cosméticos e produtos eletrônicos, entre muitos outros produtos.

Essa situação, é claro, não pode continuar se perpetuando. Alguma providência precisa ser tomada. Afinal, toda essa movimentação de pessoas em busca de mercadorias mais baratas traz em seu bojo não apenas a perda de divisas para o País, mas o empobrecimento de nossas cidades.

Pouco tempo atrás, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi a informação de que somente Santana do Livramento, nos últimos quinze anos, perdeu cerca de 400 empresas de médio e grande porte, situação que levou ao desemprego aproximadamente 10 mil conterrâneos nossos.

A abertura de lojas francas em território nacional, nas condições previstas no PLC nº 11, de 2012, certamente contribuirá para reverter esse quadro de desânimo e desesperança.

Ademais, há de se ressaltar o viés de equidade social embutido na proposta. Ora, se aos turistas que

entram ou saem do País pelos portos e aeroportos – normalmente pessoas de maior poder aquisitivo – é oferecida a oportunidade de comprar produtos com redução e até isenção de impostos, por que essa mesma oportunidade não deveria ser dada àqueles que cruzam nossas fronteiras pelas rodovias federais?

De modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que este primeiro componente do PLC nº 11, de 2012 – a autorização para que sejam instaladas lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras –, parece-me inquestionável.

Da mesma forma como, para mim, é inquestionável o segundo componente do Projeto: a instituição do Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional.

O que temos aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, é simplesmente a introdução, no Brasil, de um instrumento fiscal já adotado em vários outros países, quase sempre com o nome de tax free: a isenção de impostos na aquisição de produtos para as pessoas não residentes em território nacional.

Com efeito, assim dispõe o PLC nº 11, de 2012:

“Artigo 2º Fica instituído, no âmbito da tributação federal, o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional – EVN, nos termos desta Lei.

“Artigo 3º Beneficiário do EVN é, exclusivamente, a pessoa física não residente no País, qualificada como turista estrangeiro, que remova do território nacional, em caráter permanente, bens admitidos a este Regime Aduaneiro Especial, portados em bagagem acompanhada e adquiridos pessoalmente em nome próprio, como consumidor final, em estabelecimentos comerciais do varejo nacional que estejam autorizados pela Receita Federal do Brasil a funcionar como Varejistas Exportadores do EVN.”

Os artigos seguintes, Sr. Presidente, tratam de detalhar aspectos técnicos e operacionais da proposta, como, por exemplo, o prazo para a remoção permanente da mercadoria do território nacional, os impostos e contribuições dos quais estarão isentos os bens admitidos ao EVN e as responsabilidades do varejista exportador.

Extremamente importante é o fato de, ao contrário do que ocorre com o Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, a proposição não discriminar as zonas de fronteira terrestre.

Na verdade, o PLC nº 11, de 2012, mostra-se até preocupado com a forma como o EVN será operacionalizado nessas zonas. E dispõe, em seu artigo 5º, que a operacionalização do EVN na faixa de fronteira terrestre do território nacional, em especial nas localidades desprovidas de locais que possam abrigar, em suas

zonas primárias, recintos alfandegados adequados ao pagamento de restituição aos seus beneficiários, será estabelecida em regulamento.

Isso posto, o que se pode esperar é que, adotado o instrumento, estrangeiros em visita ao Brasil acabem comprando muitos produtos submetidos ao regime do EVN, o que contribuirá não apenas para o aumento da arrecadação, mas também para a geração de empregos em nosso País e, mais especialmente, nas cidades localizadas na faixa de fronteira.

Esse, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Projeto que deu entrada nesta Casa no último dia 4 de abril.

Lembro a todos que, com a aprovação desse projeto serão beneficiadas 28 cidades de nove estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rondônia e Santa Catarina.

Peço então o empenho das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores para que o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2012, seja rapidamente aprovado. Afinal, estou plenamente convencido de que ele atende da melhor maneira possível aos interesses da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que V. Ex^a acaba de entregar à Mesa, para que seja dado como lido. Quero, desde já, solidarizar-me com o seu requerimento e dizer que lá no Acre nós também precisamos. Estamos na fronteira com o Peru e com a Bolívia. Então, é de fundamental importância esse projeto. V. Ex^a citou, aí, cidades do Rio Grande e de Santa Catarina, salvo engano. É importante que esse projeto tenha um alcance maior. Aí, com certeza, o Estado do Acre será beneficiado e lutaremos para que isso aconteça.

Parabéns, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – O Sr. Senador Ciro Nogueira enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, tenho grande satisfação de homenagear, nesta tribuna, o centenário de nascimento de uma das figuras mais marcantes da história contemporânea do Piauí, o coronel Octávio Miranda. Neste gesto, sei que estarei contribuindo para, de alguma forma, manter viva a lembrança desse piauiense, que durante toda a sua trajetória demonstrou estar à frente de seu tempo.

O coronel Octávio Miranda, nascido no município de Campo Maior em 3 de março de 1912, viveu 90 anos e, nessas nove décadas, deu mostras de sua ética, de sua honradez. Começou sua vida profissional no Exército Brasileiro e, na condição de oficial, teve participação marcante em vários episódios, como quando liderou a unidade que desalojou os integralistas do Palácio da Guanabara, sendo destacado pelo Comando da 1^a Região Militar, Guarnição da Capital Federal, então no Rio de Janeiro.

Sem dúvida, foi um oficial rigoroso, entendendo-se o rigor não no sentido negativo. Pelo contrário, o coronel Octávio empreendia grande esforço em executar qualquer tarefa da melhor forma possível, sempre em busca do nível de excelência.

Essa característica o levou longe no campo político e no setor empresarial. Eleger-se deputado estadual por duas legislaturas: 1947 a 1955. E foi na Assembleia Legislativa que ele pôde atuar incansavelmente pelo desenvolvimento do Piauí.

Octávio Miranda fundou e presidiu o Jockey Club do estado e suas iniciativas impulsionaram o desenvolvimento da zona Leste da cidade. Ativo nos eventos sociais, ele incentivou a expansão da cidade e foi mentor da primeira exposição agropecuária que se tem notícia no Piauí.

Mais uma vez pioneiro, idealizou e dirigiu a primeira agência de desenvolvimento do estado, a Cooperativa Mista para o Desenvolvimento Agropecuário Industrial do Piauí, e, posteriormente, foi um dos responsáveis pela vinda do Banespa e do Bradesco para o nosso estado.

A comunicação social também deve muito ao coronel Octávio Miranda, que percebeu que o nosso Piauí precisava de um jornal diário. Assim, no início da década de 60, ele adquiriu o jornal O DIA e o fez circular todos os dias a partir de 15 de fevereiro de 1964. Era um sonho do coronel se tornando realidade, e assim ele nos deu mais um exemplo, que é o de acreditar na realização dos sonhos, por maiores que sejam.

Hoje, Senhor Presidente, o jornal O Dia se tornou um dos melhores e mais fortes veículos de informação do meu estado, com uma equipe de jornalistas de altíssima qualidade, dirigido de forma competente pelo professor universitário Valmir Miranda, filho do nosso homenageado.

Quero registrar que o Jornal O Dia, aliás, foi uma das primeiras redações do País a informatizar sua redação, no final dos anos 70. O coronel amava as letras e, mais que isso, amava a liberdade de imprensa. E isso não é um paradoxo: mesmo sendo coronel, lutou contra a censura imposta pelo regime militar nos anos 60 e 70.

Que os filhos que ele teve com dona Erminda Cribillete – Volmar, Vilma, Valeira, Valmira, Valmir, Octávio Filho e Edgar, continuem honrando o nome desse brilhante piauiense.

Para encerrar, devo lembrar que o coronel Octávio Miranda trabalhou até seus últimos dias de vida e nos deixou, em consequência de insuficiência cardiorrespiratória aguda, em 22 de junho de 2002.

Como eu disse no início, destacar essa bela trajetória aqui, na tribuna do Senado Federal, é uma contribuição para deixar viva a lembrança de Octávio Miranda. E ouso pretender mais que isso: desejo que

este breve relato de sua biografia sirva de inspiração para outros brasileiros, especialmente no que se refere a abraçar suas metas até atingir a realização dos seus sonhos, por mais difícil que possa parecer.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 33 minutos.)

ATO CONJUNTO DA SECRETÁRIA-GERAL DA MESA E DA DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

Nº 01, DE 2012

Instituir Comissão Técnica para elaborar proposta de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal

A SECRETÁRIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL E A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares,

Considerando que o Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal – SVE/SF encontra-se em funcionamento ininterrupto há dez anos utilizando arquitetura tecnológica desatualizada;

Considerando que os equipamentos do SVE/SF apresentam sinais de esgotamento em virtude do tempo de uso;

Considerando a importância de se manter atualizada a segurança da informação processada pelo SVE/SF;

RESOLVEM:

Art. 1º Instituir Comissão Técnica destinada a elaborar proposta de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal que atenda a padrões atualizados de tecnologia da informação e de boas práticas de segurança da informação.

Art. 2º Integram a referida Comissão os seguintes servidores:

a) da Secretaria-Geral da Mesa:

1. José Roberto Leite de Matos, matrícula 46398;
2. Sérgio Ceronino Pereira Bonifácio, matrícula 221330;
3. Flávio Roberto Almeida Heringer, matrícula: 105032;
4. Jorge Peil Marques Vaz, matrícula 229201;

b) da Diretoria-Geral:

1. Euzébio Dalvi, matrícula 104866;
2. Bernardo Brenicci, matrícula 105536;
3. Marcello Vavallo, matrícula 105433;
4. Keny Jose de Oliveira Villela, matrícula 105901;
5. Ricardo Paoliello Palet, matrícula 228488;
6. Roberto Fonseca Iannini, matrícula 222395;
7. Hugo Leonardo da Rocha Canuto, matrícula 54620.

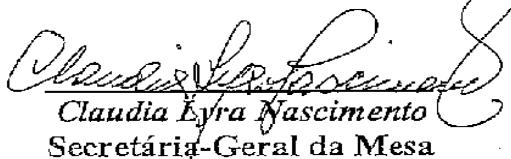
Art. 3º O servidor José Roberto Leite de Matos presidirá os trabalhos da Comissão e o servidor Marcello Vavallo o substituirá em seus eventuais afastamentos e impedimentos.

Art 4º - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos seus trabalhos.

Art. 5º A participação na referida Comissão não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante prestado ao Senado Federal.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de abril de 2012.


Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa


Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral

**ATO CONJUNTO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
E DA DIRETORIA-GERAL DO SENADO FEDERAL
Nº 02, DE 2012**

Modifica a composição da Comissão Técnica para elaborar proposta de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal.

A SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL e a DIRETORIA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares,

Considerando a necessidade da participação de servidores com formação técnica na área de Engenharia Civil/Arquitetura e de servidor da área de Telecomunicações;

RESOLVEM:

Art. 1º Passam também a integrar a Comissão Técnica criada pelo Ato Conjunto da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral do Senado nº 01, de 2012, os seguintes servidores:

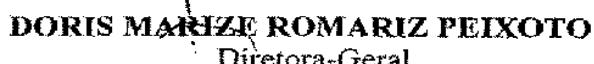
- a) pela Secretaria de Eletrônica (STEL):
 - 1. Alberto Clemente dos Santos Silva, mat. 52143;
- b) pela Secretaria de Engenharia (SENG):
 - 1. Andre Luiz de Souza Castro, mat. 223673.

Art. 2º O servidor Hugo Leonardo da Rocha Canuto, mat. 54620, deixa de integrar a Comissão.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2012.


CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa


DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PDT - João Durval*
- Bloco-PSB - Lídice da Mata**
- Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

- Bloco-PP - Francisco Dornelles*
- Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
- Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

- Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
- Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
- Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

- Bloco-PSDB - Mário Couto*
- Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
- Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

- Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
- Bloco-PTB - Armando Monteiro**
- Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

- Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
- Bloco-PSDB - Aloíso Nunes Ferreira**
- Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

- Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
- Bloco-PSDB - Aécio Neves**
- Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

- Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
- S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
- Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

- Bloco-DEM - Jayme Campos*
- Bloco-PR - Blairo Maggi**
- Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PMDB - Pedro Simon*
- Bloco-PP - Ana Amélia**
- Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

- Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
- Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
- Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

- Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
- Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
- Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

- Bloco-PT - Ana Rita* (S)
- Bloco-PR - Magno Malta**
- Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

- Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
- Bloco-PP - Ciro Nogueira**
- Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

- Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
- Bloco-DEM - José Agripino**
- Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

- Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
- Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
- Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

- Bloco-PTB - Fernando Collor*
- Bloco-PP - Benedito de Lira**
- Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

- Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
- Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
- Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

- Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
- Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
- Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

- Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
- Bloco-PMDB - Roberto Requião**
- Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

- Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
- Bloco-PT - Jorge Viana**
- PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
- Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
- Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

- Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
- Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
- Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

- Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
- Bloco-PP - Ivo Cassol**
- Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

- PSD - Kátia Abreu*
- Bloco-PR - João Ribeiro**
- Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

- Bloco-PMDB - José Sarney*
- Bloco-PSB - João Capiberibe**
- PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

- Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
- Bloco-PT - Angela Portela**
- Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹¹⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) ^(3,19)	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽⁵⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDB AG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimaraes Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muñoz Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*****. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GMGD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.
2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.
3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 061 33033501
E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR
O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20**

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG). Antonio
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL ⁽²⁶⁾Kátia Abreu (PSD) ^(24,25)

1. Randolph Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).

28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).

30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).

32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).

33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).

34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. n° 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. n° 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. n° 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. n° 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. n° 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. n° 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDB AG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Amílcar Diniz (PT) (8,10)
Jorge Viana (PT) (6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (7)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	1. Roberto Requião (PMDB) (2,4,16,21,28,40)
Pedro Simon (PMDB) (3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,16,37,40,47)
Romero Jucá (PMDB) (40)	3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) (40)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) (21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (9)
José Agripino (DEM) (18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,43)	1. Kátia Abreu (30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. N° 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. N° 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferreira é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).

28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).

29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).

35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 45/2012).

38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.

41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.

44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).

45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).

46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).

47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).

49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,32,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (31,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) (46,49)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,27)	3. Antonio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (27)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) (35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSD, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Décio Amorim, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferrão, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).

27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).

37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. n° 6/2012-GLPSD).

39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).

40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).

41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).

42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).

46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.

47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).

48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).

49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(32,34,37)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,33,38)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,26)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgáio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acrílio Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

36. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. n° 02/2011-CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
- Em 12.03.2012, foi lido o Ofício n° 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular, Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
Vicentinho Alves (PR) ^(11,17)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
17. Em 30.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 177/2012/CMA e OF. Nº 054/2012/GLBUF/SF).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (2,13,28,29,30,41)	2. VAGO (39)
VAGO (31,34,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Laurito Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldis Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).

45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).

46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO (1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSD e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) (16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu (28,31)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rolemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).

31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(4,5)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,33,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,31,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício n° 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. n° 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF n° 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF n° 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício n° 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício n° 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB n° 151/2012).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. N° 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. N° 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- * Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24)
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. n° 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/f>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Moazirilo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.º 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾		1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾
João Alberto Souza (MA) ⁽⁶⁾		2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)		3. VAGO ⁽²⁾
Romero Jucá (RR)		4. VAGO ⁽¹⁾
PT		
Humberto Costa (PE)		1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)
PSDB		
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
DEM		
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR		
Vicentinho Alves (TO)		1.
PP		
Ciro Nogueira (PI)		1.
PDT		
Acir Gurgacz (RO)		1.
PSB		
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)		

 Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 12/06/2012

Notas:

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS**PMDB**VAGO ^(9,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(4,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PSD

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS n°s 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1^a Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros: 16 titulares****PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS**PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁸⁾**PR**VAGO ^(11,19,20)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁷⁾**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PSOL**VAGO ^(13,14)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,18,21)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,16)**PSD**

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾**Atualização:** 13/06/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
14. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.º 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of.º 34/2012-GSMC).
19. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) (2)

PV

Paulo Davim (RN) (10)

Atualização: 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) (11)

PSDB

Cyro Miranda (GO) (3)

PTB

João Vicente Claudino (PI) (6)

DEM

Clovis Fecury (MA) (12)

PR

Vicentinho Alves (TO) (1)

PP

Ciro Nogueira (PI) (9)

PDT

Cristovam Buarque (DF) (13)

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) (10)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) (2)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) (5)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) (4)

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) (8)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁶	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foleto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC
 (Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}

Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}

Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público em relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-20
Designação da Comissão: 14-12-20
Instalação da Comissão: 8-2-20
Prazo final da Comissão: 19-8-20

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1. ¹⁴
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁶	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁶
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-201
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Jorge Viana (PT/AC) ⁶	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Blairo Maggi (PR/MT) ²
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁴
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ³
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Jô Moraes (PCdoB/MG) ⁵

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁶**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emíliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 186 páginas
(OS: 12805/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

